

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 201/2025
Data: 29/12/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
MSC AMPLIA CAPACIDADE E RENOVA FROTA DE NAVIOS PARA A TEMPORADA DE CRUZEIROS 2026/2027 NO BRASIL	4
PORTO DE SANTOS SE APROXIMA DE NOVO RECORDE AO ATINGIR 171 MILHÕES DE TONELADAS DE CARGAS	5
PORTO DE SANTOS AMPLIA DIÁLOGO COM A CIDADE E GERA IMPACTOS NO EMPREGO	6
PRATICAGEM ADOTA TECNOLOGIA PARA REDUZIR CONSUMO DE COMBUSTÍVEL E EMISSÕES DE GASES	9
TERMINAL DE SANTOS VAI EXPANDIR ÁREA DE PÁTIO OPERACIONAL E AMPLIAR MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES	11
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	13
ANTAQ APROVA PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO PARA 2026.....	13
PELA SEGUNDA VEZ, ANTAQ RECEBE OURO POR BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS.....	14
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	14
PROGRAMA AMPLIAR GARANTE R\$ 25,3 MILHÕES PARA MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO DE PORTO ALEGRE DO NORTE (MT)	14
GOVERNO FEDERAL APROVA ESTUDOS FINAIS PARA ARRENDAMENTO DEFINITIVO DO PORTO DE ITAJAÍ.....	16
BRASIL AVANÇA PARA ATENDER DEMANDA DE COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL DE AVIAÇÃO ATÉ 2029	17
AERONAUTAS APROVAM ACORDO E NÃO HAVERÁ GREVE NA AVIAÇÃO BRASILEIRA	18
BE NEWS – BRASIL EXPORT	19
EDITORIAL – MINERAIS CRÍTICOS, TERRAS RARAS E O FUTURO DO BRASIL	19
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - A ESPERANÇA ESTÁ AÍ PARA REESCREVER NOSSA HISTÓRIA TODOS OS DIAS	20
NACIONAL - HUB – CURTAS - RENAN FILHO CONFIRMA SAÍDA PARA DISPUTAR O GOVERNO DE ALAGOAS EM 2026	21
<i>Destino definido</i>	21
<i>Compromisso</i>	21
<i>Equipe mantida</i>	21
<i>Leilão hidroviário no TCU</i>	22
<i>Receio</i>	22
OEA RECONHECE TENTATIVA DE GOLPE NO BRASIL E DESCARTA CENSURA	22
PP AVALIA ROMPER COM TARCÍSIO E LANÇAR CANDIDATURA PRÓPRIA EM SP	23
LULA SANCIONA LEI QUE REDUZ ISENÇÕES E TRIBUTA BETS E FINTECHS	24
AERONAUTAS FECHAM ACORDO COM EMPRESAS E AFASTAM PARALISAÇÃO NO SETOR	25
MPOR E SENAT VÃO OFERECER 74 BOLSAS GRATUITAS PARA MECÂNICOS DA AVIAÇÃO CIVIL	26
OPERAÇÃO NAVEGUE SEGURO 2026 AMPLIA FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO NO VERÃO.....	27
PROJETOS DA MARINHA MERCANTE NO NE SOMAM R\$ 7,1 BILHÕES EM 2025	29
ESTUDO APONTA POTENCIAL DO BRASIL EM MINERAIS CRÍTICOS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	30
FORTALEZA LIDERA HUB DE CABOS SUBMARINOS NA AMÉRICA LATINA, DIZ BANCO MUNDIAL	31
PRAZO PARA DELIBERAR LUCROS E DIVIDENDOS DEVERIA SER ESTENDIDO, DIZ ABRASCA	33
GOVERNO PUBLICA EXTRATO DE EMPRÉSTIMO DE R\$ 12 BILHÕES AOS CORREIOS.....	34
SOLUÇOS PERSISTEM, MAS BOLSONARO TEM QUADRO ESTÁVEL.....	35
PROCEDIMENTO NÃO GARANTE FIM DAS CRISES, DIZ MÉDICO	36
TRAMA GOLPISTA: MORAES DETERMINA PRISÃO DOMICILIAR DE 10 RÉUS.....	37
ACUSADO DE SER MEMBRO DO GABINETE DO ÓDIO ESTÁ ENTRE OS PRESOS	38
TOFFOLI DIZ QUE BC E SEU DIRETOR NÃO SÃO INVESTIGADOS NO CASO MASTER	39
ANBIMA SE JUNTA AO CORO EM APOIO AO BANCO CENTRAL	40
AGU E CGU MUDAM REGRAS DE ACORDOS DE LENIÊNCIA	40
DEPUTADO VAI À JUSTIÇA PARA DERRUBAR ‘GRATIFICAÇÃO FAROESTE’ NO RIO	42
RÚSSIA X UCRÂNIA: SE O ACORDO DEMORAR MUITO, NÃO ACONTECERÁ.....	42
ZELENSKY ANUNCIA NOVO ENCONTRO EM JANEIRO PARA SELAR A PAZ	44
CHINA MIRA SUPREMACIA EM IA E REVÊ ATÉ USO DE CAMISINHA.....	44
JORNAL O GLOBO – RJ.....	46
MEDIDAS ANUNCIADAS PELOS CORREIOS SÃO POSITIVAS, MAS INSUFICIENTES PARA RESOLVER CRISE DA ESTATAL, DIZEM ESPECIALISTAS	46
PF PODE DECIDIR POR NÃO FAZER ACAREAÇÃO APÓS DEPOIMENTOS DE DIRETOR DO BC, DONO DO MASTER E EX-PRESIDENTE DO BRB	48
FUNDO DE INVESTIMENTO FORMADO POR PETROBRAS, BNDES E FINEP ABRE NOVOS CAMINHOS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	49
BANCO CENTRAL APRESENTA AO TCU INFORMAÇÕES SOBRE PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DO BANCO MASTER.....	51
GOVERNO REGISTRA DÉFICIT PRIMÁRIO DE R\$ 20,2 BILHÕES EM NOVEMBRO DE 2025	51



AMAZÔNIA PODE PERDER ATÉ 50% DA VAZÃO DOS RIOS, APONTA ESTUDO	53
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	54
DE EMPRESA FAMILIAR A GIGANTE QUÍMICO: GRUPO OCQ CRESCE COM AQUISIÇÕES E FATURA R\$ 6 BI	54
CSN GANHA ALÍVIO DE CAIXA COM FINANCIAMENTO DE R\$ 1,13 BI DO BNDES PARA SIDERÚRGICA DE VOLTA REDONDA ..	56
BANCO CENTRAL RESPONDE AO TCU SOBRE QUESTIONAMENTO QUE APONTA 'PRECIPITAÇÃO' EM LIQUIDAR MASTER	58
CASO MASTER: DELEGADA DA PF QUE PEDIU PRISÃO DE VORCARO VAI CONDUZIR INTERROGATÓRIOS DA ACAREAÇÃO	59
TEMOS DE PRIORIZAR O TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS	60
ANO FOI MARCADO PELA VITÓRIA DO PRAGMATISMO NO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL	61
VALOR ECONÔMICO (SP).....	62
CHINA ANUNCIA REDUÇÃO DE TARIFAS DE IMPORTAÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS A PARTIR DE 2026.....	62
MINÉRIO DE FERRO SOBE 2,58% NA BOLSA DE DALIAN	62
BRASIL PROJETA NOVA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES COM INTEGRAÇÃO ENTRE MODAIS.....	63
INTERFERÊNCIAS DO STF E DO TCU NA LIQUIDAÇÃO DO BANCO MASTER ACENDEM ALERTA NO FMI E NO BANCO MUNDIAL	65
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	66
FRETE DE GRANÉIS SÓLIDOS FECHA 2025 EM ALTA DEVIDO AO USO DE MENOS NAVIOS	66
PORTA-CONTÊINERES CRUZAM O CANAL DE SUEZ PELA PRIMEIRA APÓS DOIS ANOS	67
PROJETO DE OBRAS NO PEDRAL DO LOURENÇO AVANÇA NO RIO TOCANTINS E AMPLIA BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO DA REGIÃO	67
NOS ÚLTIMOS 25 ANOS, OS 20 MAIORES PORTOS DO MUNDO QUASE <i>QUADRUPLICARAM O VOLUME TOTAL MOVIMENTADO</i>	68
EM 2026, ENTRARÁ EM VIGOR UMA REGRA DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA CONTÊINERES PERDIDOS NO MAR	69
PELA SEGUNDA VEZ, ANTAQ RECEBE OURO POR BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS.....	70
FUNDO DA MARINHA MERCANTE DESTINA R\$ 7,1 BILHÕES A PROJETOS NO NORDESTE EM 2025	70
PDVSA ARMAZENA ÓLEO EM PETROLEIROS EM CONSEQUÊNCIA DO BLOQUEIO DOS EUA.....	71
O PORTO DE PARANAGUÁ ATINGIU 80% DE CONCLUSÃO NAS OBRAS DO PROJETO FERROVIÁRIO DE MOEGÃO	72
CHINA MULTA NAVIO POR USO DO STARLINK EM SUAS ÁGUAS TERRITORIAIS	72
UE TOMA MEDIDAS PARA REFORMAR OS PADRÕES DE RECICLAGEM DE NAVIOS	73
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	74
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	74



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MSC AMPLIA CAPACIDADE E RENOVA FROTA DE NAVIOS PARA A TEMPORADA DE CRUZEIROS 2026/2027 NO BRASIL

Companhia ficará com quatro navios no país e prevê aumento de 10% na oferta de leitos, apesar da redução recente de cabines

Por Maurício Martins 24 de dezembro de 2025



Galeria principal interna com teto de LED é um dos destaques do Virtuosa, que tem 19 andares e é um dos mais novos, inaugurado em 2020 (MSC Cruzeiros/Divulgação)

A MSC Cruzeiros garante que na temporada 2026/2027 seus navios terão uma oferta 10% maior de leitos no Brasil, aproximadamente, em relação ao ciclo atual.

A empresa vai manter apenas quatro navios operando no País, mas com renovação completa da frota e embarcações maiores. Os transatlânticos serão

Virtuosa, Divina e Musica, os três com embarques exclusivos no Porto de Santos, além do Lirica, com partidas do cais santista e do Rio de Janeiro.

Somados, esses navios da MSC têm capacidade para 16.550 passageiros, 10,8% mais do que os 14.940 da temporada atual, que opera no Brasil com Seaview, Preziosa, Armonia e Sinfonia. Novidades

Será a estreia do MSC Virtuosa no País. Com capacidade para 6.334 hóspedes, é um dos mais novos da empresa, inaugurado em 2020.

“O Virtuosa fará homeport em Santos e cruzeiros ao Nordeste, substituindo o Seaview. Será o principal navio da operação nacional, o maior e mais moderno a navegar em águas brasileiras”, destacou o diretor-geral da MSC Cruzeiros no Brasil, Adrian Ursilli.

Já o MSC Divina, que esteve no Brasil em 2014, durante a Copa do Mundo e fretado apenas para levar torcedores, fará pela primeira vez cruzeiros regulares. Ele fica no lugar do Preziosa, iniciando com minicruzeiros a partir de Santos e, depois, roteiros para a Argentina.

“Teremos ainda a vinda do MSC Musica, que já fez algumas temporadas no Brasil, é muito conhecido e querido dos brasileiros. Ele retorna para fazer minicruzeiros e alguns cruzeiros para Buenos Aires. É o terceiro operando de Santos”, disse Ursilli.



Já o MSC Lirica fará roteiros de sete noites, com embarques em múltiplos portos como o do Rio de Janeiro, Itajaí (SC), Paranaguá (PR) e Santos, afirma o diretor da MSC.

Inspirado na atriz italiana Sophia Loren, o MSC Divina também fará pela primeira vez cruzeiros no Brasil (MSC Cruzeiros/Divulgação)

Não consegue repor

O aumento da oferta de cabines pela MSC Cruzeiros, embora seja relevante, não consegue repor toda a diminuição de 31,7% que houve de 2024/2025 (navios com capacidade para 21.869 passageiros) para a temporada atual, 2025/2026 (14.940).

Em setembro, a CVC, maior operadora de viagens do País, afirmou que a redução no número de cabines vinha limitando as vendas e chegou a avaliar a possibilidade de voltar a fretar embarcações, como fez no passado, para ampliar a capacidade no mercado brasileiro, ou fazer parceria com duas novas armadoras internacionais, com quem já mantinha conversas.

Questionado sobre a demanda da CVC por mais oferta, Ursilli ressaltou que o planejamento da companhia é feito com antecedência e segue uma estratégia global. “É óbvio que temos contato com os nossos parceiros, agentes de viagens, operadores. É sempre muito importante ouvir a opinião e os comentários de todos, mas esses programas obedecem ao nosso cronograma mundial”, completou.

O executivo explicou que a companhia está trabalhando junto com a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil) para resolver gargalos que impedem uma maior atratividade pelo mercado brasileiro, mas acredita que essa questão será superada para que mais navios venham ao País.

Costa mantém dois

A Costa Cruzeiros vai manter dois navios na temporada 2026/2027, com a mesma capacidade total dos últimos dois ciclos: 8,7 mil hóspedes. A empresa trará novamente o Diadema e substituirá o Favolosa pelo Serena.

No início da temporada, o Costa Diadema realizará minicruzeiros de 3 e 4 noites, pelo litoral brasileiro, com embarques em Santos e Itajaí e paradas em Ilhabela. A partir do cruzeiro de Natal, com saída em 20 de dezembro de 2026, iniciará roteiros de 7 noites com embarques em Santos e Itajaí, e segue assim até março de 2027.

O Costa Serena foi reformado e chegará com uma estética pop e inspirada no mundo dos deuses. Ele navegará pela Argentina e Uruguai, em roteiros de 8 e 9 noites, com embarques no Rio de Janeiro.

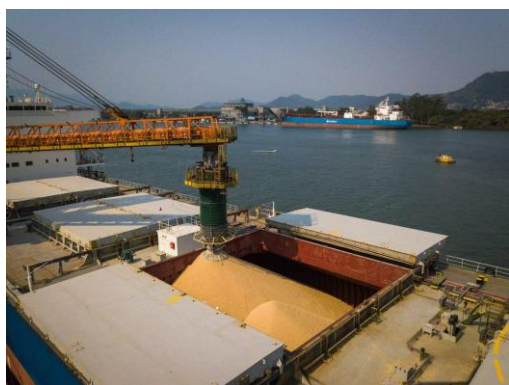
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/12/2025

PORTO DE SANTOS SE APROXIMA DE NOVO RECORDE AO ATINGIR 171 MILHÕES DE TONELADAS DE CARGAS

Apenas em novembro, o cais santista movimentou 16,1 milhões de toneladas; veja os números ao longo do ano

Por ATribuna.com.br 23 de dezembro de 2025



Carga com maior participação no ano foi soja em grãos, com 33,83 milhões de toneladas movimentadas (Divulgação/APS)

O Porto de Santos manteve, em novembro, o ritmo de crescimento consolidado ao longo de 2025 e voltou a registrar recorde de movimentação de cargas. Foram 16,13 milhões de toneladas, a maior marca para um mês de novembro, enquanto o acumulado do ano atingiu 171,62 milhões de toneladas, também a marca mais expressiva para o período.

Com esse desempenho, faltam apenas 7,4 milhões de toneladas para que o cais santista supere o recorde anual de 2024, quando foram movimentadas 179,8 milhões de toneladas, reforçando a expectativa de novo marco histórico até o final do ano.

Os dados foram publicados na última sexta-feira pela Autoridade Portuária de Santos (APS).

A movimentação de contêineres também apresentou crescimento expressivo. O acumulado de 2025 já alcança 5,4 milhões de TEU (unidade de medida padrão equivalente a um contêiner de 20 pés), avanço de 8% em relação a 2024.

“É um resultado esperado, mas extremamente significativo. Ele confirma a urgência da ampliação da Poligonal do Porto de Santos, além do reforço contínuo nas infraestruturas de acesso, como o aprofundamento do canal e as obras das avenidas perimetrais”, afirma o presidente da APS, Anderson Pomini.

Desempenho mensal

Na comparação com novembro de 2024, o crescimento total foi de 13,9%. Os embarques passaram de 10,01 milhões para 11,57 milhões de toneladas (+15,6%). Já os desembarques cresceram 11,1%, de 4,10 milhões para 4,56 milhões de toneladas.

Entre as cargas embarcadas, açúcar, milho e soja ultrapassaram 2 milhões de toneladas cada, liderando o desempenho do mês passado. Nos desembarques, o destaque foi o adubo, com volume superior a 1 milhão de toneladas.

Em contêineres, novembro também foi o melhor da história do Porto, com 489,15 mil TEU, crescimento de 5,3% em relação ao mesmo mês de 2024 (464,7 mil TEU).

Acumulado

Entre janeiro e novembro o complexo portuário de Santos movimentou mais de 171,2 milhões de toneladas, alta de 2,7% na comparação com o mesmo período de 2024. No segmento de contêineres, o volume acumulado chegou a 5,4 milhões de TEU, consolidando crescimento de 8% e novo recorde histórico. Mais uma vez, o agronegócio teve papel central no desempenho do Porto, segundo dados da APS.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/12/2025

PORTO DE SANTOS AMPLIA DIÁLOGO COM A CIDADE E GERA IMPACTOS NO EMPREGO

Secretário Bruno Orlandi avalia a relação entre Santos e o Porto e aponta prioridades para 2026

Por Ted Sartori 28 de dezembro de 202



Orlandi: “A relação entre Santos e o Porto avançou de forma consistente” (Vanessa Rodrigues/ AT/ Arquivo)

As várias nuances da relação Porto-Cidade, como os acessos e o trabalho, são tratadas nesta entrevista com o secretário de Assuntos Portuários e Emprego de Santos, Bruno Orlandi. Ele também faz um resumo sobre o que foi feito envolvendo o tema durante este ano que está terminando e o que está sendo projetado para 2026.

Qual é a sua avaliação geral da relação entre a cidade de Santos e o Porto neste ano? Quais foram os principais avanços observados?

A relação entre Santos e o Porto avançou de forma consistente em 2025, especialmente quando observamos a conexão entre atividade portuária, trabalho e desenvolvimento econômico. Ainda em 2023, na minha primeira passagem pela Secretaria, levamos ao prefeito Rogério Santos a importância de incorporar o departamento de emprego à pasta, justamente pelo peso do Porto como grande empregador da cidade. Hoje, o setor portuário responde por cerca de 37 mil das 193 mil carteiras assinadas em Santos, o que significa que um em cada cinco trabalhadores atua diretamente em atividades portuárias, número que praticamente dobra quando consideramos toda a cadeia logística, retroportuária e serviços associados. Em 2025, retornamos à Secretaria com a missão do prefeito de estreitar e fortalecer a relação Porto-Cidade, com mais diálogo, planejamento e participação do Município nas discussões estratégicas, e foi exatamente isso que colocamos em prática.

Quais ações da Prefeitura, ao longo de 2025, contribuíram para melhorar a convivência entre a atividade portuária e o cotidiano da população santista?

Quando falamos em relação Porto-Cidade, falamos justamente da necessidade de convivência em harmonia. Por muitos anos, Porto e cidade caminharam de costas um para o outro, e a atuação da Secretaria, em conjunto com outras esferas, ajudou a mudar esse cenário. Houve um diálogo mais alinhado às necessidades do Município, tanto no âmbito local quanto nacional. Em Brasília, contar com o deputado federal Paulo Alexandre Barbosa na presidência da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos fortaleceu o protagonismo de Santos nas decisões estratégicas. No âmbito local, a relação com a Autoridade Portuária de Santos (APS), na figura do presidente Anderson Pomini, se consolidou como uma parceria produtiva, com o Município participando ativamente das principais reuniões e debates. Posso dizer com tranquilidade que foram inúmeras as agendas que participei em Brasília e na APS, sempre com o objetivo de construir soluções conjuntas para o Porto e para a cidade.



"Há um compromisso claro de participar de eventos e iniciativas com empresas portuárias que são entusiastas de práticas ESG", diz Orlandi (Vanessa Rodrigues/AT/Arquivo)

Em 2025, quais temas geraram maior diálogo ou mesmo tensão entre o Porto e a Cidade, e como a Secretaria trabalhou esses pontos?

Um dos principais desafios é a dependência de fatores externos, que passam por burocracia e decisões em diferentes níveis de governo. Um exemplo é o PL 733/2025, que nos preocupa pelos possíveis impactos na relação Porto-Cidade. Nessas situações, o nosso papel tem sido acompanhar de perto, dialogar e articular para que os interesses de Santos sejam ouvidos e respeitados.

A mobilidade urbana e o tráfego de caminhões continuam como um dos maiores desafios. O que avançou neste ano e quais melhorias

ainda são necessárias?

Os acessos ainda são um grande gargalo para a Cidade e para o Porto. Em 2025, tivemos avanços importantes na região da Alemoa, que é uma área complexa justamente por envolver competências do Município, do Estado e da União, o que exige que as obras aconteçam de forma integrada e em continuidade. As intervenções de drenagem e infraestrutura são fundamentais para melhorar o trânsito e resolver problemas históricos da região. Dentro desse conjunto de ações, o viaduto de retorno da Alemoa já está com o projeto pronto e aguarda autorização do Governo do Estado de São Paulo para o início das obras. Outro avanço relevante foi o debate em torno da nova pista da Imigrantes, uma luta antiga de Santos e da Baixada, que teve participação ativa do Município. Estive em reuniões na sede da Ecovias tratando desse tema, porque ampliar a capacidade do sistema Anchieta-Imigrantes é decisivo para a mobilidade urbana e logística. Além disso, mantivemos diálogo constante com os sindicatos de caminhoneiros, patronais e laborais porque ouvir quem está na operação diária ajuda a construir soluções mais eficientes. Ainda há muito a avançar, mas esses passos mostram que estamos enfrentando o problema de forma estruturada.

Na área de geração de empregos ligados ao porto e à cadeia logística, quais resultados práticos a gente pode destacar deste ano?

Ao longo de 2025, realizamos 12 edições do Mutirão do Emprego, com a oferta de 1.735 vagas e mais de 3.084 pessoas entrevistadas, fortalecendo a política pública de intermediação de mão de obra e ampliando o acesso da população às oportunidades do mercado de trabalho como um todo. Outro avanço importante foi o investimento em qualificação profissional. Um exemplo é o curso inédito e totalmente gratuito de mecânica portuária, desenvolvido em parceria com o Sindicato dos Operadores Portuários (Sopesp) e a Fundação Centro de Excelência Portuária (Cenep), voltado à formação de mão de obra para uma área com demanda real do setor. Foram disponibilizadas 60 vagas e a ideia é preparar trabalhadores, especialmente mulheres, para ocupar as oportunidades que o próprio Porto e a logística oferecem.

Como a Prefeitura tem participado das discussões sobre projetos logísticos e portuários que impactam diretamente a Cidade, como condomínios logísticos ou o canal de acesso?

Temos colaborado de forma ativa e contínua, sempre defendendo a necessidade de soluções coordenadas. Quando falamos de grandes projetos logísticos, é fundamental avançar em três frentes: estrutural, com novos acessos e ampliação de vias; operacional, com sistemas de agendamento de cargas, controle de fluxo e gestão de filas; e regulatória, com diálogo permanente entre a Autoridade Portuária, o Governo do Estado e os municípios. Um exemplo claro é o Tecon 10: qualquer expansão desse porte precisa vir acompanhada de soluções equivalentes em infraestrutura e gestão, para evitar sobrecarga viária e garantir eficiência logística sem prejudicar a Cidade e a população.

Do ponto de vista da sustentabilidade, que medidas adotadas ou incentivadas pela Prefeitura ajudaram a reduzir impactos ambientais da atividade portuária sobre a Cidade?

A sustentabilidade tem sido tratada de forma estruturada dentro da Secretaria. No nosso plano de metas, há um compromisso claro de participar de eventos e iniciativas com empresas portuárias que são entusiastas de práticas ESG, justamente para integrá-las ao programa ODS Santos 2030. Além disso, a Prefeitura é signatária do Manifesto ESG do Porto de Santos, o que reforça esse alinhamento entre desenvolvimento portuário, responsabilidade ambiental e compromisso social. A ideia é estimular boas práticas e fortalecer uma cultura de sustentabilidade que envolva Porto e cidade.

Como evoluiu o relacionamento institucional entre a Prefeitura e a Autoridade Portuária de Santos em 2025, e quais iniciativas conjuntas foram mais significativas?

Em 2025, essa relação evoluiu para um trabalho mais próximo e contínuo. Houve uma troca técnica constante entre as equipes da Autoridade Portuária e da Secretaria de Assuntos Portuários e Emprego, com diálogo direto entre os técnicos e acesso às diferentes diretorias da APS. Hoje, o Município participa das discussões, é ouvido e tem suas demandas atendidas, o que fortalece o planejamento e permite tratar temas complexos de forma mais eficiente. Essa integração fez diferença na condução de pautas estratégicas para o Porto e para a cidade.

Quais são as prioridades da Secretaria para 2026 no que diz respeito à relação Porto-Cidade e à melhoria da infraestrutura urbana ligada ao Porto?

As prioridades para 2026 são os projetos estratégicos ligados ao Porto de Santos, como o Túnel Santos–Guarujá, a nova ligação Planalto–Baixada, a nova fase do Parque Valongo, as passarelas de acesso ao Porto e as melhorias nos acessos viários, especialmente na Alemoa. A Secretaria também seguirá atuando nas discussões sobre novos terminais portuários, como o Tecon 10, o terminal de passageiros no Valongo e o novo acesso rodoviário à margem direita do Porto. Além disso, continuaremos participando de eventos e agendas do setor logístico, em diálogo com outras prefeituras, a Autoridade Portuária, o Ministério de Portos e Aeroportos e a Capitania dos Portos. Em 2025, a Secretaria completou 20 anos e se consolidou como referência nacional. Para 2026, seguimos alinhados ao Plano de Governo 2025–2028, com a visão de que o Porto é motor de desenvolvimento, mas precisa crescer de forma integrada à Cidade e ao bem-estar da população.

Quais projetos ou pautas estratégicas estão no radar para o próximo ano e que podem ajudar a consolidar uma relação mais equilibrada entre o Porto de Santos e a cidade?

Estão no radar temas como a modernização da infraestrutura portuária, os novos modelos de operação logística e o avanço de políticas públicas que fortaleçam emprego, qualificação profissional e sustentabilidade. A Secretaria seguirá atuando com planejamento e articulação institucional para garantir que o crescimento do Porto continue gerando desenvolvimento econômico, oportunidades e qualidade de vida para Santos, consolidando uma relação cada vez mais equilibrada entre Porto e Cidade.

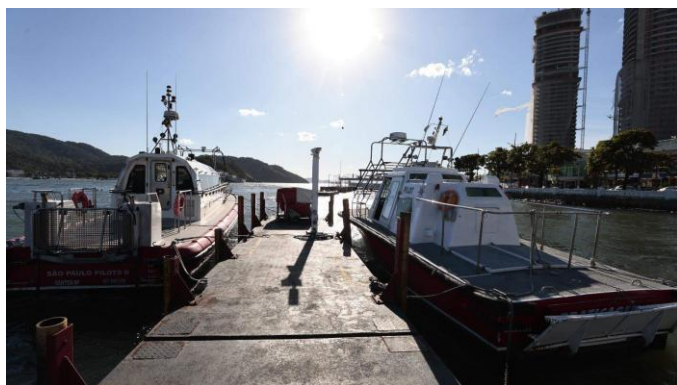
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/12/2025

PRATICAGEM ADOTA TECNOLOGIA PARA REDUZIR CONSUMO DE COMBUSTÍVEL E EMISSÕES DE GASES

Plataforma EcoPilots permite economia de até 20% nas lanchas, reduz custos operacionais e contribui para práticas ESG

Ted Sartori 27 de dezembro de 2025



Com tecnologia, Praticagem consegue diminuir consumo em até 20%, reduzir gastos e ajudar o meio ambiente (Sílvia Luiz/ AT)

Um olhar para a melhor operação das embarcações e, de quebra, atender práticas ESG (Meio Ambiente, Social e Governança, da sigla em inglês). É o objetivo da EcoPilots, plataforma de tecnologia que está sendo aplicada na Praticagem de São Paulo. O benefício mais direto é a redução no consumo

de combustível, que pode chegar entre 15% e 20%, resultando em economia nos custos operacionais e diminuição na emissão de gás carbônico (CO₂) na atmosfera. Duas das 15 lanchas da frota já contam com o sistema e a ideia é ampliar.

O desenvolvimento do projeto começou em maio de 2024 e ficou pronto em fevereiro deste ano, mas a colocação efetiva do equipamento nas embarcações aconteceu no mês passado, após a realização de testes. O idealizador foi o engenheiro de segurança e meio ambiente na Praticagem, Dorivaldo Viana.

“Vimos que as operações de lancha na Praticagem tinham poucos dados para fazermos essa gestão. Com a vinda dos motores de injeção eletrônica, descobrimos que, deles, conseguíamos extrair muita informação. Começamos, então, a pensar em algo para poder melhorar essa gestão das embarcações, para reduzir emissões de CO₂”, afirma Viana, há 16 anos na Praticagem, sendo 14 no setor marítimo, pilotando as lanchas.

O engenheiro teve a companhia dos desenvolvedores de hardware, Filipe Lourenço, e de software, Douglas Oliveira – este último companheiro de Viana no curso de MBA em gestão empresarial na Fundação Getúlio Vargas (FGV), o que acrescentou o ambiente acadêmico nesse processo criativo.

“Dentro da sala de aula também nós começamos a desenvolver algumas ideias na Praticagem. Começamos a coletar alguns dados das embarcações e fazer com que eles virassem insights (algo se compreenda), para a gente conhecer melhor a operação das embarcações”, conta.

O equipamento

A EcoPilots parte de um robusto hardware, que coleta os dados do motor quando ele está funcionando. Ele é instalado na Rede CAN (Controller Area Network), onde está toda a parte

eletrônica. Lá estão todos os chicotes (feixes de cabos elétricos), que funcionam como o “sistema nervoso” da embarcação.

“Pluga-se diretamente ali e temos perto do hardware um modem 5G, por onde são enviadas a mensagem e os dados para a nuvem. Nós conseguimos, com o nosso painel de controle, coletar esses dados, tratar e visualizar tudo em tempo real, tanto na embarcação”, detalha.

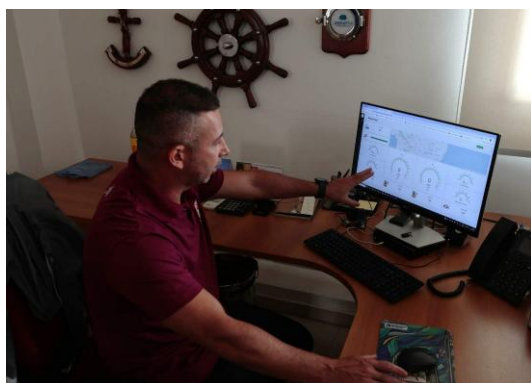
Diversos parâmetros são medidos, como velocidade, consumo, temperatura do motor, pressão de óleo e aceleração, além de toda a condução da lancha e por onde ela passa. “A tela que o piloto enxerga na embarcação é o mesmo layout que a gente enxerga no computador, na sede da Praticagem”, afirma.

Prêmio e interesse

A EcoPilots venceu o ESG Challenge, promovido pela Autoridade Portuária de Santos (APS). O time vencedor recebeu bolsa de R\$ 36 mil e 12 meses de incubação no Parque Tecnológico de Santos, com mentoria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e apoio da Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep), além da Prefeitura Municipal.

Além de Dorivaldo, Filipe e Douglas, a equipe ganhadora também contou com a especialista em sustentabilidade Gabriela Joaquim, responsável por desenvolver e liderar as estratégias do eixo social do projeto.

“A APS está bem interessada nisso. Então, pode ser escalável para o Porto e, de repente, até para outras Praticagens”, projeta. “Mas tudo o que a gente conhece hoje em relação à ferramenta é por intermédio da operação da Praticagem Santos. E ela se desenvolveu também com o apoio da Praticagem e de seus comandantes porque, se você não tem um laboratório, fica mais difícil”, emenda.



Programa mede velocidade, consumo, temperatura do motor, pressão de óleo e aceleração das lanchas (Sílvia Luiz/ AT)

Polo de inovação

Prático e oficial de Marinha da reserva, Sandro Teixeira da Rocha afirma que os benefícios da plataforma EcoPilots são claros: menos emissões contribuem para um ar mais limpo e reforçam a imagem do Porto como um polo de inovação e sustentabilidade, atraindo mais investimentos e fortalecendo a economia local de forma consciente. “A EcoPilots é um exemplo prático de como a experiência

local, combinada com a tecnologia, pode fazer a diferença, inclusive internacionalmente. A inovação nasce no Porto de Santos e para ele, mas com os olhos no futuro da navegação em todo o mundo”, conclui.



Dorivaldo Viana: colocação do equipamento nas embarcações da Praticagem aconteceu no mês passado (Sílvia Luiz/ AT)

Para motor com injeção eletrônica

A EcoPilots atual serve para qualquer tipo de embarcação que use um motor com injeção eletrônica, porque ele depende desse sistema que o motor entrega. Porém, o engenheiro de segurança e meio ambiente

na Praticagem, Dorivaldo Viana, e os outros integrantes do grupo responsável pelo projeto também

estão desenvolvendo e testando um hardware para um motor mecânico. Na Praticagem, por exemplo, das 15 lanchas, sete são dessa forma.

“A gente enxerga que a maior parte de algumas frotas de apoio portuário é composta de embarcações com motores mecânicos”, avalia Viana. “A Praticagem é que está nesse diferencial, trocando a frota para injeção eletrônica também para conseguir uma redução no consumo e das emissões, entrando em uma agenda verde. Para o próximo ano, provavelmente vão ser reformadas mais lanchas para fazer essa troca”, emenda Viana para A Tribuna.

Diferente

O trabalho voltado para o motor mecânico, porém, é um pouco mais complicado e leva mais tempo. Há a necessidade de fazer e validar todos os cálculos para ver se está tudo correto, mas Viana acredita que no segundo semestre de 2026 o equipamento já esteja pronto.

“O motor mecânico informa, por exemplo, a pressão de óleo e a temperatura, mas o que mais importa para a EcoPilots é vermos o consumo de combustível. Vamos ter que pegar essas informações e correlacionar com uma boia dentro do tanque para que vejamos a quantidade de horas que o motor ficou ligado, com a porcentagem de combustível que foi consumido”, explica ele.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/12/2025

TERMINAL DE SANTOS VAI EXPANDIR ÁREA DE PÁTIO OPERACIONAL E AMPLIAR MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES

Expansão do Tecon Santos, na Margem Esquerda, prevê investimentos de R\$ 3 bilhões até 2031 e reforça automação e sustentabilidade

Por Bárbara Farias 26 de dezembro de 2025



Projeto de expansão do terminal começou em 2019 e, até 2031, serão investidos cerca de R\$ 3 bilhões (Alexsander Ferraz/ AT)

A Santos Brasil dá mais um passo no projeto de expansão do Tecon Santos, na Margem Esquerda (Guarujá) do Porto de Santos. O terminal ganhará mais 4 mil metros quadrados (m²) de área operacional no pátio, com a demolição do prédio administrativo, ampliando a movimentação de contêineres em 137 mil TEU (unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés) ao ano. A meta da

companhia é expandir a capacidade operacional dos atuais 2,7 milhões de TEU para 3 milhões de TEU até o final de 2026. O plano envolve R\$ 3 bilhões em investimentos até 2031.

O projeto de expansão do terminal iniciou em 2019 e, até 2031, serão investidos cerca de R\$ 3 bilhões, dos quais R\$ 2 bilhões já foram empregados. “O projeto avançou algumas etapas que incluíram a extensão de 220 metros do berço de cais, concluída em 2021, e a expansão do pátio, que passou de 1,8 milhão para 2,7 milhões de TEU. A meta de chegar a 3 milhões de TEU até o final de 2026 será alcançada com a demolição do prédio administrativo”, afirmou o diretor de Terminais Portuários da Santos Brasil, Marcelo Patrício.

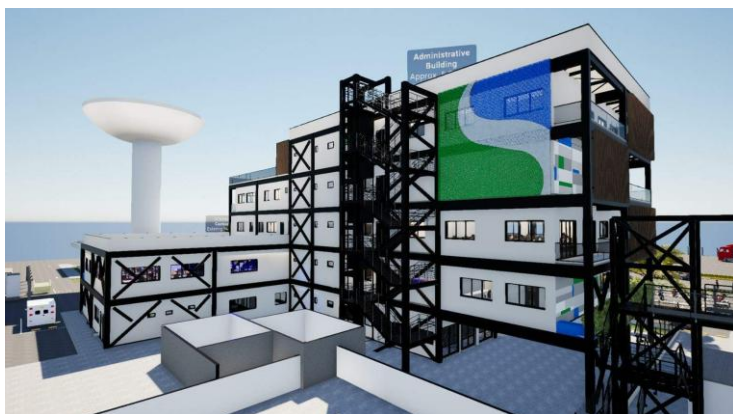
Ele destacou que as obras permitirão a atracação de navios de grande porte. “Os três berços estão preparados para receber simultaneamente três navios de 366 metros”, declarou o diretor de Terminais, destacando que o Tecon Santos é o maior terminal de contêineres da América do Sul e responde por 17% de toda a movimentação desse segmento de carga no País.

Aquisições

O pacote de expansão inclui aquisições de equipamentos modernos e sustentáveis. “Além dos quatro portêineres (guindastes de cais) entregues desde 2020 e dos oito RTGs (guindastes de pátio) elétricos já em operação, chegam em 10 de janeiro mais dois portêineres de operação remota e oito RTGs elétricos, adquiridos por cerca de R\$ 300 milhões, ampliando capacidade, automação e eficiência energética do terminal”, disse Patrício.

Os portêineres, equipados com tecnologia TPS e capacidade de operação remota, reforçam a automação e a segurança das operações. Já os RTGs de última geração ampliam o processo pioneiro de operação remota iniciado em 2024 e contribuem para reduzir significativamente as emissões: cada unidade elétrica evita a liberação de cerca de 20 toneladas de CO₂ por mês. A substituição completa da frota — com previsão de mais 30 RTGs elétricos — resultará em queda de 97% nas emissões desses equipamentos.

Na área ambiental, Patrício destacou que o Tecon Santos avança em políticas de ESG com mais de 50 projetos de sustentabilidade. Entre eles, estão a eletrificação da frota, a aquisição de 35 caminhões a gás natural que serão convertidos para biometano e a instalação de uma usina fotovoltaica no armazém, capaz de reduzir o consumo de energia em até 7%.



Inauguração do edifício é prevista para o segundo semestre de 2027 (Reprodução)

Prédio terá padrão internacional de sustentabilidade

A diretora de Planejamento de Operações da Santos Brasil, Evelyn Santo Lima, explicou que a futura sede administrativa terá 5 mil m² e ficará próxima aos gates de entrada e saída. O edifício será mais alinhado aos padrões internacionais de sustentabilidade.

“É um prédio sustentável, com estrutura de aço leve, brises metálicos e vidros de controle solar para eficiência energética. A proposta busca reduzir consumo de ar-condicionado, melhorar o conforto térmico e utilizar materiais de menor impacto ambiental”, disse a executiva durante a apresentação do projeto.

Inauguração em 2027

O novo prédio terá cinco andares e capacidade para abrigar até 450 colaboradores. Com investimento de R\$ 72 milhões e inauguração prevista para o segundo semestre de 2027, o projeto segue alinhado à meta de ser net zero até 2040, incorporando elementos para certificação LEED, como estrutura metálica leve, vidros de controle solar, brises, terraços verdes, sistemas hidráulicos mais eficientes e integração com bicicletário.

Evelyn enfatizou que o foco é no bem-estar dos colaboradores por meio do design biofílico. “O prédio terá terraços verdes e áreas de despressurização para que o funcionário possa relaxar, baixar a carga emocional e estimular a criatividade”, afirmou.

O projeto inclui ainda um átrio central para aumentar a entrada de luz natural, espaços sociais integrados e tecnologias como reúso de água e redução da pegada de carbono. “A gente está no processo de contratação da empresa”, finalizou a diretora.



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ APROVA PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO PARA 2026

Dessa vez, Agência trará fiscalização dos contratos de arrendamento de modo programado em rito próprio.



Brasília, 29/12/2025 - A Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ) está com o Plano Anual de Fiscalização (PAF 2026) aprovado. A iniciativa foi publicada na sexta-feira (26), no Diário Oficial da União (DOU). A novidade é que, a partir do ano que vem, os contratos de arrendamento passarão por uma fiscalização programada com rito próprio - e a ideia é aprofundar o entendimento sobre pontos críticos observados no ambiente regulado, elevar os padrões dos requisitos de serviço adequado e, também, acompanhar pontos de

atenção estratégicos para o desenvolvimento das atividades reguladas.

Essa ação inédita foi apresentada no documento assinado pelo diretor-geral da ANTAQ, Frederico Dias. Ao todo, 44 contratos de arrendamento foram selecionados para serem fiscalizados por meio do novo rito - o que representa quase um terço desse tipo de serviço. O restante será dividido entre os dois últimos anos do Plano Plurianual de Fiscalização (PPF 2025-2028).

Fiscalizações Temáticas

Em 2026, haverá sete fiscalizações temáticas. São elas:

- Diagnóstico do desempenho das autoridades portuárias;
- Estrutura de fiscalização das autoridades portuárias;
- Diagnóstico dos convênios de delegação;
- Preço em terminais de contêineres;
- Utilização da tonelagem de porte bruto (TPB) da frota nacional para fins de afretamento de embarcações estrangeiras e inscrição no Registro Especial Brasileiro (REB);
- Embarcações do transporte misto; e
- Atraso e omissão de navios de contêineres na costa brasileira.

"As fiscalizações temáticas propostas para o PAF 2026 foram elaboradas com base em critérios de relevância regulatória, alinhamento estratégico com o Plano Plurianual de Fiscalização 2025-2028 e análises de risco realizadas a partir da atualidade das atividades fiscalizatórias da Agência", ressalta o superintendente de Fiscalização, Alexandre Florambel.

O PAF 2026 traz, ainda, um detalhamento sobre as chamadas fiscalizações operacionais, que são aquelas averiguações em que o fiscal realiza in loco. Conforme o documento, esse tipo de ação fiscalizatória será restrito ao transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal e de travessia, bem como em terminais portuários de passageiros. "O foco será verificar a operação das empresas em relação à prestação do serviço adequado, sem necessidade de verificação documental", completa Florambel.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 29/12/2025

PELA SEGUNDA VEZ, ANTAQ RECEBE OURO POR BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

Agência obteve bons resultados em avaliação do MDIC. Dois selos prata também foram ofertados.



Brasília, 26/12/2025 – A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o Selo Ouro de Boas Práticas Regulatórias. A fim de alcançar esse reconhecimento, foram analisados 13 requisitos propostos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com resultados positivos para a Agência no somatório da análise.

Para o selo ouro, o critério avaliado foi a obrigatoriedade exigida pela Agência de prestação de informações para alimentação do Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP). Além desse maior prêmio, a Agência também foi agraciada com dois selos prata. Nesse critério, foi considerado o modo de identificação do agente responsável pela armazenagem adicional de carga nas instalações portuárias e, também, os procedimentos para celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Antaq.

O Superintendente de Regulação, José Renato Fialho, ressaltou a relevância desse reconhecimento para a ANTAQ: “A iniciativa, de modo geral, é de extrema importância porque expõe quais boas práticas regulatórias estão sendo aplicadas nas várias Agências existentes. Estamos sempre nos atualizando, a Agência nunca se acomoda e procura sempre melhorar”. E completa: “A ANTAQ garantiu requisitos de excelência, e esse resultado só confirma que estamos no caminho certo”.

Conheça os premiados **aqui**. <https://portalreg.mdic.gov.br/pagina-nao-encontrada>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 26/12/2025

Primeiro aeroporto de Mato Grosso contemplado pela iniciativa terá infraestrutura modernizada e maior integração aérea



Investimentos no aeroporto de Porto Alegre do Norte vão levar mais conectividade, logística e saúde ao estado de Mato Grosso - Foto: divulgação

O Aeroporto Municipal de Porto Alegre do Norte (MT) foi arrematado pela concessionária GRU Airport durante a primeira rodada do Programa AmpliAR, do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). O terminal, único do estado

contemplado nesta fase, receberá R\$ 25,3 milhões em investimentos privados, destinados à modernização da infraestrutura e à ampliação da capacidade operacional. O processo segue agora para as etapas de habilitação e assinatura contratual.

Criado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, o AmpliAR tem como objetivo fortalecer a aviação regional. Nesta primeira etapa do programa foram priorizados aeroportos da região da Amazônia Legal e do Nordeste, garantindo mais conectividade, desenvolvimento econômico, segurança operacional e inclusão social.



Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a concessão marca um novo capítulo para o município. “O Programa AmpliAR demonstra o compromisso do Governo Federal com uma aviação regional forte, inclusiva e estruturada. Porto Alegre do Norte vai contar com um aeroporto moderno, seguro e preparado para gerar emprego, atrair investimentos e melhorar a qualidade de vida da população”, afirmou.

Desenvolvimento regional e impacto econômico

Desenvolvimento regional

A modernização do aeroporto vai ampliar a integração aérea do município com grandes centros urbanos, facilitar o deslocamento de passageiros, fortalecer o transporte de cargas e expandir oportunidades de negócios. A iniciativa também deve impulsionar o turismo regional, fortalecer a economia e apoiar eventos estratégicos para o setor produtivo local.

Com pista asfaltada de 1.600 metros, uma das mais estruturadas da região, o aeroporto será aberto ao tráfego público e preparado para operações com aeronaves de maior porte, ampliando de forma significativa a capacidade operacional. O terminal atenderá não apenas o município, mas uma população estimada em 250 mil habitantes, distribuída em uma área superior a 1.200 km sem aeroportos estruturados, garantindo acesso mais ágil a serviços, mercados e centros urbanos.

Para o ministro, os resultados vão além da infraestrutura física. “Um aeroporto estruturado movimenta a economia, fortalece o agronegócio, apoia o comércio e cria novas oportunidades. O AmpliAR tem essa missão: transformar realidades e levar desenvolvimento onde ele faz a diferença”, destacou Silvio Costa Filho.

Conectividade, logística e saúde

Porto Alegre do Norte se destaca pela forte vocação agropecuária. Com o novo aeroporto modernizado, produtores, empresas e empreendedores terão maior agilidade para deslocamentos, transporte de cargas, negócios e conexões estratégicas com o restante do país. “Estamos falando de infraestrutura que transforma realidades. Um aeroporto estruturado fortalece o agronegócio, movimenta a economia, gera emprego e abre novas oportunidades para a região”, afirmou Silvio Costa Filho.

A nova estrutura também terá impacto direto na saúde pública. A mais de 1.000 quilômetros de Cuiabá, referência hospitalar do estado, Porto Alegre do Norte passa a contar com condições mais seguras para operações aeromédicas e remoção de pacientes em situações de urgência, reduzindo tempos de resposta e ampliando as chances de atendimento adequado.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 29/12/2025

GOVERNO FEDERAL APROVA ESTUDOS FINAIS PARA ARRENDAMENTO DEFINITIVO DO PORTO DE ITAJAÍ

Ministério de Portos e Aeroportos encaminhou projeto à Antaq solicitando dispensa de nova audiência pública para agilizar envio ao TCU. Leilão deve ser realizado no 1º semestre de 2026



Ministério de Portos e Aeroportos encaminha estudos para licitação do porto de Itajaí (SC) - Foto: Ascom/Porto de Itajaí

O Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), concluiu mais uma etapa decisiva para garantir o futuro do Porto de Itajaí (SC). O MPor aprovou a versão final dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para o arrendamento definitivo do complexo de Itajaí. Os documentos foram encaminhados na

sexta-feira (26) à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que fará a elaboração das minutas de edital e de contrato. A previsão é que o leilão seja realizado no primeiro semestre de 2026.

No despacho enviado à agência reguladora, a Secretária Nacional de Portos solicita a dispensa de uma nova fase de audiência pública. A justificativa técnica é que a modelagem atual já incorpora as contribuições recebidas pela sociedade e pelo mercado na audiência anterior, não havendo necessidade de reiniciar o ciclo de consultas. A meta do Ministério de Portos e Aeroportos é obter o aval do Tribunal de Contas da União (TCU) até abril de 2026.

Para o ministro Silvio Costa Filho, essa concessão coroa o esforço do Governo Federal em reerguer o porto. "Nosso foco sempre foi garantir que o Porto de Itajaí tenha um horizonte seguro para crescer. Trabalhamos incansavelmente para superar os desafios recentes e promover essa retomada. Agora, com a concessão definitiva, vamos oferecer a previsibilidade que o setor produtivo espera. Estamos saindo da fase de transição para um ciclo de investimentos de longo prazo, assegurando que o porto tenha a infraestrutura necessária para atender com eficiência a cadeia produtiva nacional e internacional", afirmou o ministro.

Segundo o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, essa medida visa otimizar o cronograma sem abrir mão do rigor técnico. "Essa aprovação é uma resposta necessária que o MPor dá à sociedade e ao mercado. Entendemos a importância estratégica do Porto de Itajaí; por isso, não estamos medindo esforços para encurtar caminhos burocráticos, sempre com responsabilidade, para garantir que o leilão aconteça no prazo a que nos comprometemos", disse.

Solução definitiva

O projeto prevê um montante de R\$ 2,8 bilhões em investimentos, com uma cláusula estratégica de celeridade: R\$ 920 milhões deverão ser executados já nos primeiros três anos de contrato. Esse aporte inicial tem como foco a modernização de equipamentos e melhorias na infraestrutura para receber e manobrar os navios.

A transformação física do complexo será expressiva. A modelagem estipula a construção de um novo terminal de contêineres, com capacidade estática de 37.152 TEUs (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) e uma ampliação de 90% nas áreas de pátio, resolvendo um dos principais gargalos operacionais do porto.

Além do ganho logístico, a concessão trará forte impacto socioeconômico para a região, com geração de empregos diretos e indiretos e o respectivo incremento na renda da região.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 29/12/2025

BRASIL AVANÇA PARA ATENDER DEMANDA DE COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL DE AVIAÇÃO ATÉ 2029

Políticas públicas e investimentos estruturam a produção nacional de SAF com meta de suprir a demanda do setor aéreo até 2029



O SAF é considerado peça-chave para a redução das emissões de gases de efeito estufa na aviação civil e ocupa posição central nas estratégias globais de descarbonização do transporte aéreo. Foto: Divulgação

O Brasil encerra o ano com avanços concretos na transição energética da aviação. O país já conta com capacidade técnica, produtiva e regulatória para atender, até 2029, a demanda nacional por combustível sustentável de aviação (SAF) e avançar na consolidação desse mercado. Um dos marcos desse processo foi o anúncio da

Petrobras em relação às primeiras entregas de SAF 100% produzido no Brasil. A iniciativa integra as políticas públicas coordenadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para fortalecer a cadeia nacional do SAF e resulta dos investimentos da estatal no desenvolvimento de novos biocombustíveis.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, ressalta que o avanço do combustível sustentável de aviação é decisivo para posicionar o Brasil na agenda global de descarbonização do transporte aéreo. “Estamos estruturando um novo mercado no país, com planejamento, segurança regulatória e investimentos que dão previsibilidade ao setor. A produção nacional de SAF fortalece a indústria brasileira, gera oportunidades econômicas e permite que a aviação cresça de forma sustentável, em linha com os compromissos ambientais internacionais”, afirmou o ministro.

O Ministério de Portos e Aeroportos tem atuado como um articulador ativo na transição energética do setor aéreo. O objetivo é facilitar essa transição e fomentar a produção de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF), alinhando o Brasil às novas regulamentações, como a Lei do Combustível do Futuro (Lei 14.993/24).

Para isso, o MPor criou, em conjunto com o Ministério de Minas e Energia, o Fórum de Transição Energética na Aviação Civil (Fotea), um comitê interministerial focado em propor políticas públicas, coordenar ações e monitorar o programa de SAF.

Importância do combustível sustentável

O SAF é considerado peça-chave para a redução das emissões de gases de efeito estufa na aviação civil e ocupa posição central nas estratégias globais de descarbonização do transporte aéreo.

No Brasil, o desenvolvimento desse mercado avança apoiado na capacidade instalada da nossa indústria de refino, na experiência acumulada sobre biocombustíveis e na nossa grande oferta de matérias-primas de origem renovável, como óleos vegetais. Esse conjunto de fatores permite ao país a criação de uma cadeia produtiva alinhada aos padrões internacionais de sustentabilidade, com potencial para atender as exigências regulatórias do setor aéreo e de ampliar a oferta de combustíveis que gerem menos emissão de carbono (CO₂).

No caso do SAF, a redução das emissões de CO₂ ocorre porque parte de sua composição usa matéria-prima de origem vegetal, processada em conjunto com o querosene de aviação mineral. De acordo com a Petrobras, essa parcela renovável tem uma redução prevista de até 87% nas emissões líquidas de carbono.

O desenvolvimento do SAF está alinhado às diretrizes do Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação, que tem como objetivo estimular investimentos, ampliar a capacidade produtiva e garantir segurança regulatória para o setor. A atuação integrada entre órgãos do governo federal e empresas estratégicas é fundamental para criar um ambiente favorável à consolidação dessa cadeia produtiva.

Com políticas públicas estratégicas, os investimentos da Petrobras e o fortalecimento do marco regulatório, o Brasil avança na consolidação de um mercado nacional de SAF, contribuindo para a redução das emissões na aviação e para a construção de uma economia de baixo carbono no país.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 29/12/2025

AERONAUTAS APROVAM ACORDO E NÃO HAVERÁ GREVE NA AVIAÇÃO BRASILEIRA

Negociação coletiva assegura equilíbrio nas relações de trabalho e fortalece a retomada da aviação no país



Aeroporto de Belém - Foto: Infraero

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) informa que foi aprovada a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos aeronautas para os anos 2025/2026. As negociações realizadas entre representantes dos trabalhadores e das empresas do setor foram mediadas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O diálogo se desenvolveu de forma responsável e colaborativa, sob o acompanhamento do Ministério e da

Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), resultando em um acordo que estabelece ajustes em pontos relevantes das reivindicações trabalhistas, garantindo segurança jurídica e estabilidade para o setor.

O Ministério parabeniza o compromisso de todas as partes envolvidas em construir uma solução equilibrada, compatível com o atual momento de forte crescimento da aviação brasileira.

Para o MPor, a aprovação da CCT reafirma a importância do diálogo da negociação coletiva como instrumento para o desenvolvimento sustentável da aviação.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 28/12/2025

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – MINERAIS CRÍTICOS, TERRAS RARAS E O FUTURO DO BRASIL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O amadurecimento das discussões no Congresso Nacional acerca da exploração de minerais críticos e terras raras sinaliza uma percepção tardia, porém necessária, de que a riqueza geológica brasileira é um ativo de poder geopolítico. O levantamento conjunto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Agência Nacional de Mineração (ANM) descortina um horizonte de oportunidades em elementos como lítio, cobalto e níquel — insumos que compõem o sistema nervoso da economia digital e da eletrificação da frota global. Com 10% das reservas mundiais e um potencial de investimento de US\$ 20 bilhões até 2029, o País se encontra diante da chance de deixar a condição de mero espectador das disputas entre potências, para se tornar um fornecedor estratégico e industrializado.

A tramitação do Projeto de Lei 2780/2024, relatado pelo deputado Arnaldo Jardim, e do PL 4443/2025, do senador Renan Calheiros, mostra-se como uma oportunidade importante para que o País crie as condições para explorar suas reservas de minerais críticos e terras raras. A proposta de elaborar uma Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos busca não apenas listar os recursos essenciais, mas oferecer um ambiente regulatório previsível, capaz de atrair máquinas, infraestrutura e pesquisa geológica. Em um cenário em que a China detém o domínio sobre 43% das terras raras, a exploração sustentável do território brasileiro torna-se um imperativo de segurança econômica.

É imperativo defender que o Governo, especialmente o Legislativo, crie a legislação necessária para a exploração dos minerais críticos no País. O Brasil não pode mais se conformar com o papel de exportador de commodities brutas; a nova legislação deve ser o alicerce para que o processamento industrial ocorra internamente. A imposição de que 80% das terras raras extraídas sejam processadas no País, conforme previsto em um dos textos em debate, é uma medida ousada que visa a garantir que a agregação de valor e a geração de tecnologia de ponta permaneçam em solo nacional.

A integração entre minerais críticos e estratégicos — estes últimos, essenciais para a fabricação de fertilizantes e, consequentemente, para a soberania do agronegócio — exige um planejamento integrado. O Legislativo tem o dever de entregar, até o próximo mês de fevereiro, um marco que concilie a rapidez exigida pelo mercado com o rigor das normas ambientais. E mais: o protagonismo global na transição energética depende da capacidade de converter minério em baterias, semicondutores e turbinas eólicas, elevando o Brasil nas cadeias globais de valor.

Também deve-se destacar que a ausência de um levantamento geológico total do território é uma lacuna que a nova política nacional deve preencher com prioridade. A isenção de impostos e a criação de fundos para pesquisa e desenvolvimento, propostas pelo Senado, são instrumentos financeiros vitais para reduzir os riscos exploratórios. Ao pautar esses projetos para deliberação em plenário, o Congresso reconhece que a disputa por recursos é a questão mais sensível da geopolítica contemporânea.

O sucesso da indústria nacional no século XXI passa, obrigatoriamente, pelos minerais críticos. Se o Brasil almeja ser uma nação resiliente e digitalizada, a criação dessa base legal é o passo fundamental. A segurança jurídica não é apenas uma exigência de investidores, mas o passaporte para que o País exerça, com plenitude, sua vocação de potência energética e tecnológica.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - A ESPERANÇA ESTÁ AÍ PARA REESCREVER NOSSA HISTÓRIA TODOS OS DIAS



HUDSON CARVALHO

Consultor em Gestão de Pessoas e Estratégia Empresarial,
diretor executivo da Elabore Online – Resultados Através das Pessoas

opinioao@portalbenews.com.br

Pergunto como você acha que reagirá à liderança, num ambiente empresarial, o jovem profissional que, em sua própria casa, não é capaz de respeitar as determinações e orientações dos próprios pais

“A história será gentil comigo, pois eu pretendo escrevê-la.”

Frase atribuída a Winston Churchill

Você tem sido testemunha das inúmeras oportunidades em que abordamos aqui a forma como as novas gerações encaram o trabalho e seu ambiente. Minha tese continua sendo de que há mais aspectos positivos do que negativos nessa Turma.

Tenho insistido também que, sejam o que forem, no trabalho e na vida, o são por influência da formação que nós, as gerações anteriores, exercemos sobre eles, mas principalmente, dos exemplos que demos ou deixamos de dar a eles. Suponho que de muitas formas, seja uma reação ao que viram ao longo de suas – ainda curtas – vidas.

Não quero de forma alguma fazer juízo de valor sobre a conduta de cada um nesse campo. Eu mesmo errei dezenas de vezes na educação das nossas filhas, Camilla e Giulia. Mas pergunto como você acha que reagirá à liderança, num ambiente empresarial, o jovem profissional que, em sua própria casa, não é capaz de respeitar as determinações e orientações dos próprios pais.

Como trabalhará em equipe aquele que não foi acostumado a executar, junto com seus irmãos e irmãs, as atividades rotineiras que mantêm uma casa em ordem?

Que limite de tolerância possuirá alguém que teve reduzida convivência em Família e os enormes desafios de convivência que ela traz?

Que capacidade de resolução de problemas terá alguém que, ao invés de cozinhar sua própria refeição, usa, sem pensar, o aplicativo para pedir o que comer.

Repito: reconheço os inúmeros valores dessa geração, mas esses pontos me incomodam, em especial esse sentimento de que estão prontos para ocupar uma diretoria, após dois meses de estágio.

Esse conjunto me dá a impressão de que estamos mais fracos, no conjunto da sociedade, do que éramos até recentemente.

Talvez esteja mais reflexivo nessa época em que, naturalmente, nos conduzimos a reavaliar o que vemos à nossa volta. Procurando soluções fico mais atento. Foi assim que descobri a história do rapaz que chamarei de Vinícius e que me animou, sobremaneira. Acendeu em mim o sentimento de que, nem tudo está perdido.

Quem é ele? Vinícius é um jovem de dezessete anos que trabalha como “pacoteiro” num mercado próximo de casa. Sem que pedíssemos, ofereceu-se para nos ajudar a carregar as compras até em casa.



Com o salário pequeno, mais as gorjetas que recebe, ajuda a mãe-solo que faz limpeza diária em dois escritórios, além de trabalhar em uma empresa de segurança à noite. O pai manda pensão, mas não liga quase nunca, nem no seu aniversário.

Vinícius já jogou “na base” de uma grande equipe de futebol da Cidade, mas não conseguiu seguir em frente. Seu sonho terminou cedo.

Foi assim, caminhando pelas ruas do nosso bairro, que minha mulher Silvia e eu vimos esse moço sorrir, apesar da sua curta, mas difícil história de vida.

Para os “Vinícius” da vida – e eles são muitos – não há tempo ruim. Não há tempo para reclamar. A necessidade de sobrevivência fala mais alto.

Não posso avaliar os efeitos que essa história possa ter causado a você. Sinceramente, espero que sejam próximos aos que causou a mim: vontade de “dar uma força” para esse e tantos outros Vinícius que a vida coloca em nosso caminho.

Se me permitir uma sugestão: eles podem estar em qualquer lugar, inclusive dentro do seu próprio lar. Comece pelos Vinicius próximos a você.

Os Vinícius não são ajudados com dinheiro apenas. É com presença e atitude positiva – às vezes uma única e pequena palavra – é suficiente para encorajá-los.

Talvez você seja um Vinicius amargurado com o tratamento que a vida também lhe deu, mas, ... supere-se. Devo ter escrito essa frase dezenas de vezes, mas o farei novamente. Ninguém é escravo da sua própria história, de seus próprios erros. Sempre é tempo de fazer diferente e melhor.

Quer saber? Até os acertos merecem revisão. O mundo muda muito rápido.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/12/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - RENAN FILHO CONFIRMA SAÍDA PARA DISPUTAR O GOVERNO DE ALAGOAS EM 2026

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

DESTINO DEFINIDO

Apesar do desejo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de mantê-lo na Esplanada dos Ministérios, o ministro dos Transportes, Renan Filho, já definiu seu futuro político: ele deixará o cargo em 2026 para concorrer novamente ao Governo de Alagoas. A decisão foi detalhada pelo próprio ministro durante o programa Bom Dia Ministro, onde ele revelou os bastidores de uma reunião decisiva ocorrida no último dia 9, no Palácio do Planalto. No encontro, que contou com as presenças do governador Paulo Dantas e do presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE), Marcelo Victor, o redesenho político do estado foi o tema central.

COMPROMISSO

Nos bastidores de Brasília, Renan Filho é avaliado como um dos nomes mais eficientes do atual governo. O presidente Lula teria chegado a sugerir não apenas sua permanência nos Transportes, mas a possibilidade de assumir funções ainda mais estratégicas. No entanto, o apelo regional prevaleceu. “Eu disse ao presidente que tenho um compromisso muito grande com o povo de Alagoas e com o grupo político do qual faço parte. Serei candidato ao governo para que Alagoas possa dar um novo salto de desenvolvimento”, explicou o ministro.

EQUIPE MANTIDA

A saída de Renan Filho, prevista para o próximo ano, não deve interromper o ritmo das obras de infraestrutura. Segundo o ministro, o presidente Lula fez questão de alinhar uma transição que

preserve a equipe técnica atual. O objetivo é garantir a continuidade do cronograma de investimentos, que hoje representa o maior volume de recursos destinados ao setor nos últimos anos, incluindo projetos prioritários em território alagoano.

LEILÃO HIDROVIÁRIO NO TCU

O destino da primeira concessão hidroviária do País, o tramo sul da Hidrovia do Rio Paraguai, está agora sob análise do Tribunal de Contas da União (TCU). O órgão foi acionado para mediar um conflito de posições entre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) sobre a participação da mineradora LHG Mining, controlada pelo grupo J&F (dos irmãos Joesley e Wesley Batista). Enquanto a agência reguladora defende a restrição da empresa para evitar o monopólio, o Ministério argumenta que mecanismos regulatórios são suficientes para controlar riscos de mercado.

RECEIO

O conflito central gira em torno do receio de uma integração vertical excessiva. A LHG Mining é hoje a maior usuária da via, respondendo por cerca de 70% a 75% do minério transportado na região.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

OEA RECONHECE TENTATIVA DE GOLPE NO BRASIL E DESCARTA CENSURA

Segundo órgão da Organização dos Estados Americanos, o país tem democracia sólida. Documento contraria bolsonaristas que alegam perseguição política

Do Estadão Conteúdo



“A delegação constatou que o Brasil possui instituições democráticas fortes e eficazes”, afirma o documento da OEA.

Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão ligado à Organização dos Estados Americanos (OEA), destacou que o Brasil possui instituições democráticas “fortes e eficazes” e descartou a existência de um cenário de censura no país.

Segundo o relatório, elaborado após visita técnica ao país em fevereiro deste ano e divulgado no fim de semana, o Estado brasileiro realiza eleições livres e justas, mantém a separação de Poderes e opera sob o Estado de Direito, com garantias constitucionais de proteção aos direitos humanos. A CIDH afirma ainda que há autonomia judicial e um sistema de freios e contrapesos em pleno funcionamento.

“A delegação constatou que o Brasil possui instituições democráticas fortes e eficazes”, afirma o documento. “O Estado realiza eleições livres e justas, e é caracterizado pela separação de poderes e pelo Estado de Direito.”

O documento frustrou o discurso defendido por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, que vinham tentando convencer a comunidade internacional de que haveria perseguição política e restrições à liberdade de expressão no Brasil.

O texto também reconhece que o país passou por tentativas deliberadas de deslegitimar os resultados eleitorais de 2022, além do planejamento e da execução de uma tentativa de golpe de Estado. Nesse contexto, a comissão avalia que a defesa da democracia é condição essencial para o pleno exercício da liberdade de expressão.

“A defesa da democracia no Brasil também é um componente fundamental da defesa do direito à liberdade de expressão no país, uma vez que a liberdade de expressão requer uma sociedade democrática para ser plenamente exercida”, destaca o relatório.

Alertas ao Judiciário

Apesar de afastar a tese de censura, a CIDH faz recomendações e alertas ao Judiciário brasileiro, especialmente ao Supremo Tribunal Federal (STF). O documento reconhece o “papel fundamental” da Corte na investigação e contenção dos ataques às instituições democráticas, mas aponta preocupação com o risco de concentração excessiva de poder.

“Embora a defesa da democracia deva fundamentar a ação do Estado, há o risco de transformar uma solução temporária, destinada a ser excepcional, em um problema duradouro”, afirma o texto, ao mencionar a possibilidade de criação de precedentes que possam ser usados por regimes autoritários no futuro.

O documento faz as seguintes recomendações ao Judiciário brasileiro: 1) Decisões sobre remoção de conteúdos nas redes sociais devem ser devidamente fundamentadas e comunicadas às plataformas e aos usuários afetados; 2) Restrições à liberdade de expressão não devem basear-se em conceitos vagos, como “desordem informacional” ou “informação descontextualizada”; 3) Categoria de “atos antidemocráticos” não deve ser usada para limitar críticas legítimas a autoridades.

Defesa da regulação

O relatório também defende a necessidade de regulação das plataformas digitais, desde que respeitados os parâmetros internacionais de direitos humanos. A CIDH recomenda a criação de marcos legais para lidar com os desafios do ambiente digital e com o uso da inteligência artificial.

O documento ressaltou que as plataformas não devem ser responsabilizadas automaticamente por conteúdos de terceiros, desde que cumpram deveres adequados de moderação. Mas reforçou que o país enfrenta os desafios dentro de um ambiente institucional democrático e distante do cenário de censura.

Reações políticas

O governo brasileiro avaliou que o relatório reforça a inexistência de censura no país e não abre espaço para sanções internacionais contra autoridades brasileiras. A ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, comemorou o conteúdo e afirmou que o documento desmonta a narrativa de que o Brasil viveria uma “ditadura”.

“O reconhecimento internacional da verdade sobre o golpe é mais uma vitória da Justiça e da democracia brasileira, para fechar o ano de 2025”, postou Gleisi na rede social X neste domingo (28). Na mesma rede social, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) escreveu: “Minha interpretação do relatório: ‘discurso de ódio’ e ‘desinformação’ são usados para perseguir alvos pré-determinados e a democracia no Brasil é relativa. E não há mais imunidade parlamentar para políticos de direita”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

PP AVALIA ROMPER COM TARCÍSIO E LANÇAR CANDIDATURA PRÓPRIA EM SP

Nota do Progressistas revela que prefeitos e parlamentares do partido estão descontentes com o distanciamento do governador

Do Estadão Conteúdo

O Progressistas (PP) avalia desembarcar do projeto de reeleição do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e lançar candidatura própria ao Palácio dos Bandeirantes nas eleições de 2026. Em nota, a sigla atribui a discussão ao “crescente descontentamento” de prefeitos da legenda e à percepção de distanciamento em relação ao atual governo estadual.

Entre os nomes cogitados para um eventual voo solo na disputa está o do empresário Filipe Sabará, ex-secretário estadual na gestão João Dória e aliado do senador e pré-candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em São Paulo. Sabará, inclusive, tem auxiliado o filho mais velho de Jair Bolsonaro a se reunir com empresários paulistas para viabilizar sua candidatura.



A insatisfação de lideranças municipais do PP com o governador Tarcísio de Freitas é descrita como generalizada

O empresário teve a candidatura à Prefeitura da capital em 2024 indeferida após a renúncia da então candidata a vice-prefeita da chapa, Marina Helena (Novo), que optou por candidatura própria. O comunicado do partido também cita o deputado federal Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente no governo Bolsonaro e pré-candidato ao Senado.

A insatisfação de lideranças municipais do PP com Tarcísio é descrita como generalizada e já foi confirmada, inclusive, por interlocutores do governador ao Broadcast Político. Não são raros os eventos no

Palácio em que o chefe do Executivo paulista reúne prefeitos e tenta promover um contato individualizado, em movimento interpretado como esforço de aproximação.

Atualmente, o PP conta com 54 prefeitos em São Paulo. Segundo a nota, há “queixas recorrentes sobre a falta de atenção a parlamentares, dificuldades de comunicação e uma percepção de distanciamento entre integrantes do atual governo estadual e a direção partidária do Progressistas”, tanto no âmbito nacional quanto no estadual.

No plano nacional, a pré-candidatura de Flávio Bolsonaro ao Planalto levou o partido a reavaliar sua estratégia em São Paulo. A avaliação interna é que ter um governador alinhado ao projeto presidencial da sigla facilitaria a formação e a sustentação das chapas para a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa, em um dos principais colégios eleitorais do País.

Insuficiente

O partido também considera insuficiente o apoio público e efetivo de Tarcísio ao projeto majoritário da legenda, que trabalha com a pré-candidatura do ex-secretário de Segurança Pública Guilherme Derrite ao Senado. O comunicado ressalta que Derrite mantém forte respaldo da família Bolsonaro, fator considerado relevante nas articulações para 2026.

Derrite deixou a pasta em novembro para retornar à Câmara, onde passou a relatar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública e a se dedicar à construção de sua candidatura. Ele iniciou a carreira política filiado ao PP, entre 2018 e 2022, quando migrou para o PL. Tendo em vista as articulações do ano que vem, retornou ao Progressistas este ano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

LULA SANCIONA LEI QUE REDUZ ISENÇÕES E TRIBUTA BETS E FINTECHS

A tributação sobre as bets subirá de 12% para 15%, de forma escalonada até 2028. Presidente vetou ‘reciclagem’ do orçamento secreto

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na sexta-feira (26), o projeto de lei que corta benefícios fiscais em 10% e amplia a tributação sobre bets, fintechs e Juros sobre Capital Próprio (JCP) a partir de 2026.



Lula vetou, por outro lado, uma proposta embutida no projeto para facilitar a reciclagem de verbas do orçamento secreto. A inclusão do dispositivo foi revelada pelo Estadão e derrubada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), após questionamentos da Rede e do PSOL.

O projeto deve gerar uma arrecadação de R\$ 22,45 bilhões em 2026. A tributação sobre as bets subirá de 12% para 15%, de forma escalonada até 2028.

A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para fintech, que hoje é de 9%, vai subir até 15% no mesmo período.

Investidores que recebem proventos de empresas via JCP, por sua vez, pagarão mais Imposto de Renda. A alíquota na fonte subirá de 15% para 17,5%.

O presidente Lula vetou o dispositivo que facilitaria uma reciclagem do orçamento secreto, esquema revelado pelo Estadão e declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Como a reportagem revelou, a proposta poderia destravar até R\$ 3 bilhões em recursos de interesse dos parlamentares que foram cancelados no ano passado.

Os recursos foram anulados porque foram indicados em anos anteriores, mas as obras não começaram deixando o dinheiro parado e inscrito nos chamados “restos a pagar”. Agora, eles poderiam ser “ressuscitados” até o fim de 2026, ano de eleições.

Só em 2024, foram cancelados R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares que não haviam sido executadas em anos anteriores, incluindo R\$ 2,2 bilhões do orçamento secreto. O cancelamento auxilia o Executivo a destravar aquele recurso para prioridades atuais.

Dispositivo semelhante foi incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, que ainda não foi sancionada por Lula.

Resgate de verbas

Apesar do veto e da decisão de Dino, o resgate das verbas do orçamento secreto ainda está válido em uma lei aprovada pelo Congresso e sancionada por Lula em março. Essa norma permite a recuperação dos recursos cancelados.

O que Lula vetou agora facilitaria essa reciclagem, pois dispensaria a necessidade de início da licitação e permitiria que, se não houvesse dinheiro suficiente para resgatar e executar os projetos originais, o governo poderia reciclar o repasse e destinar para outras obras e até outros municípios. O governo poderia, inclusive, juntar sobras de várias emendas para fazer nascer outra.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 29/12/2025

AERONAUTAS FECHAM ACORDO COM EMPRESAS E AFASTAM PARALISAÇÃO NO SETOR

Convenção coletiva válida para 2025 e 2026 foi aprovada após mediação do TST, depois de rejeição apertada da proposta inicial

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos aeronautas para o período de 2025 e 2026 foi renovada após acordo firmado entre o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) e as empresas aéreas, com mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A aprovação do entendimento afasta o risco de greve no setor aéreo brasileiro, que poderia ocorrer a partir do início de janeiro.

A negociação contou com acompanhamento do Ministério de Portos e Aeroportos e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Segundo o ministério, o processo foi conduzido de forma

responsável e colaborativa e resultou em ajustes em pontos relevantes das reivindicações trabalhistas, garantindo segurança jurídica e estabilidade para a aviação civil.



As negociações envolveram tripulantes das companhias aéreas Gol e Azul. Os funcionários da Latam não participaram, uma vez que já haviam aprovado a renovação da CCT

O acordo foi aprovado em votação on-line realizada entre sábado (27) e domingo (28). De acordo com o SNA, 65,93% dos aeronautas votaram a favor da proposta mediada pelo TST, enquanto 32,77% se posicionaram contra e 1,29% se abstiveram. Com o resultado, foi cancelada a Assembleia Geral Extraordinária que estava convocada para a segunda-feira (29) e que poderia deliberar sobre a deflagração de uma

paralisação.

Antes da mediação, a categoria havia rejeitado, por margem estreita, a proposta inicial apresentada pelas empresas aéreas. Na votação encerrada no início da semana, 49,31% dos aeronautas votaram contra, 49,25% a favor e 1,44% se abstiveram. Após esse resultado, o sindicato declarou estado de greve, mantendo a possibilidade de paralisação a partir de 1º de janeiro, o que levou à atuação do TST para buscar uma solução negociada.

A contraproposta apresentada pelo Tribunal Superior do Trabalho previu reajuste salarial pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescido de ganho real estimado em 0,5%, além de aumento de 8% no valor do vale-alimentação. Esse texto substituiu o modelo anterior, que previa o pagamento de um abono único, e foi o que acabou submetido à votação da categoria.

As negociações envolveram tripulantes das companhias aéreas Gol e Azul. Os funcionários da Latam não participaram do processo, uma vez que já haviam aprovado a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho em votação realizada nos dias 11 e 12 de dezembro.

Antes do acordo, entre as principais reivindicações apresentadas pelos aeronautas estavam a recomposição salarial pelo INPC acrescido de 3%, reajuste do vale-alimentação pelo INPC mais R\$ 105, ampliação de benefícios de previdência privada, aumento das diárias internacionais — com acréscimo de US\$ 4 para voos na América do Sul, Estados Unidos e América Central — e o pagamento em dobro da hora noturna. O sindicato também apontava o combate à fadiga como pauta prioritária, associada à saúde dos tripulantes e à segurança operacional.

Com a aprovação da proposta, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou que não haverá greve na aviação no país. Em publicação nas redes sociais, o ministro afirmou que o acordo garante a normalidade dos voos e a segurança dos passageiros. Segundo a pasta, a renovação da convenção reafirma a importância da negociação coletiva como instrumento para o desenvolvimento do setor em um contexto de crescimento da aviação brasileira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

MPOR E SENAT VÃO OFERECER 74 BOLSAS GRATUITAS PARA MECÂNICOS DA AVIAÇÃO CIVIL

Programa mira qualificação profissional em um dos principais gargalos do setor aéreo e terá seleção com foco em candidatos de baixa renda

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos firmou um acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) para a oferta de 74 bolsas de estudo gratuitas voltadas à formação de Mecânicos

de Manutenção Aeronáutica (MMA). A iniciativa busca ampliar a qualificação profissional em um segmento que enfrenta escassez de mão de obra especializada na aviação civil brasileira.

O edital de seleção deve ser publicado no fim de janeiro, com início das matrículas previsto para março. O processo seletivo ficará a cargo do Senat e deverá priorizar candidatos de baixa renda inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) ou que façam autodeclaração, egressos da rede pública de ensino médio, moradores do entorno de aeroportos ou de regiões com maior dificuldade de contratação de mecânicos, além de pessoas com vínculo familiar ou histórico de atuação no setor aéreo.

O investimento estimado para a oferta das bolsas é de R\$ 500 mil, por meio da contratação direta das vagas pela Secretaria de Aviação Civil (SAC), em parceria com o Senat. Segundo o ministério, o programa foi estruturado para enfrentar a falta de profissionais qualificados na manutenção de aeronaves, considerada um dos gargalos do setor nos últimos anos.

SEGUNDO O MINISTÉRIO, O PROGRAMA FOI ESTRUTURADO PARA ENFRENTAR A FALTA DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS NA MANUTENÇÃO DE AERONAVES, CONSIDERADA UM DOS GARGALOS DO SETOR NOS ÚLTIMOS ANOS

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que a iniciativa contribui para a segurança operacional e para o crescimento da aviação no país, ao mesmo tempo em que amplia oportunidades de formação profissional. Já o secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, destacou que a medida busca alinhar a oferta de qualificação técnica às demandas reais do mercado de trabalho.

O curso de Mecânico de Manutenção Aeronáutica tem carga horária de 1.200 horas, com duração média de 18 meses, e permite especialização nas áreas de Célula (CEL), Grupo Motopropulsor (GMP) e Aviônicos (AVI). As aulas serão realizadas na unidade do Senat em Samambaia, no Distrito Federal, com fornecimento integral de material didático. Para a conclusão, os alunos deverão cumprir frequência mínima de 70% e aproveitamento de 75%. Certificado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o Senat já formou mais de 1.200 profissionais desde 2020, com alta taxa de empregabilidade e incentivo à participação de mulheres no setor.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

OPERAÇÃO NAVEGUE SEGURO 2026 AMPLIA FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO NO VERÃO

Campanha da Marinha intensifica abordagens em marinas, rios e litoral, com foco na prevenção de acidentes e na segurança aquaviária

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Em 2026, a campanha também reforça o controle do consumo de bebidas alcoólicas por condutores de embarcações, com a utilização de etilômetros, os populares bafômetros

A Marinha do Brasil (MB) iniciou a Operação Navegue Seguro 2026, uma campanha nacional de caráter educativo e fiscalizatório voltada à prevenção de acidentes, à proteção de vidas e à preservação da segurança nos meios aquaviários. A iniciativa é coordenada conjuntamente pelo Comando de Operações Navais (ComOpNav) e pela Diretoria de Portos e Costas (DPC) e ocorre no período de

dezembro de 2025 a março de 2026, fase marcada pelo aumento da movimentação de embarcações no litoral, rios e demais áreas navegáveis do país.



A nova edição da operação amplia as ações de orientação e fiscalização após os resultados registrados em 2025, quando foram realizadas em todo o território nacional mais de 133 mil abordagens a embarcações, com a emissão de 7.336 notificações e a apreensão de 710 embarcações em situação irregular.

A NOVA EDIÇÃO DA OPERAÇÃO AMPLIA AS AÇÕES DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO APÓS OS RESULTADOS REGISTRADOS EM 2025, QUANDO FORAM REALIZADAS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL MAIS DE 133 MIL ABORDAGENS A EMBARCAÇÕES, COM A EMISSÃO DE 7.336 NOTIFICAÇÕES E A APREENSÃO DE 710 EMBARCAÇÕES EM SITUAÇÃO IRREGULAR

Durante a operação, as equipes da Marinha realizam inspeções com foco na identificação dos principais fatores associados à ocorrência de acidentes náuticos. Entre os problemas verificados estão a ausência de habilitação dos condutores, documentação das embarcações vencida ou incompleta, falta de equipamentos obrigatórios de segurança — como coletes salva-vidas, boias e extintores de incêndio —, superlotação e condições inadequadas de navegabilidade.

Em 2026, a campanha também reforça o controle do consumo de bebidas alcoólicas por condutores de embarcações, com a utilização de etilômetros, popularmente conhecidos como bafômetros, como forma de coibir a prática.

As ações de fiscalização e orientação são intensificadas em marinas, rampas públicas, clubes náuticos, iates clubes, colônias de pescadores e áreas com maior concentração de embarcações. A atuação é ampliada em pontos de maior movimento e durante horários de pico, com o objetivo de aumentar a presença da Marinha e a efetividade das ações, promovendo a conduta segura na navegação, o uso correto dos equipamentos obrigatórios e o respeito às normas de tráfego aquaviário. A iniciativa busca reduzir ocorrências como encalhes, colisões, quedas ao mar e incêndios a bordo.

Durante o período da Operação Navegue Seguro 2026, as ações da Marinha do Brasil são executadas no âmbito das Ações de Fiscalização do Tráfego Aquaviário (AFTA), que integram as atribuições legais da Força para ordenar, controlar e fiscalizar a navegação em águas jurisdicionais brasileiras. As atividades envolvem militares das Capitânias dos Portos, Delegacias e Agências distribuídas ao longo do litoral, rios e lagos navegáveis, com emprego de embarcações de inspeção naval e equipes em terra, de acordo com as características de cada região.

O diretor de Portos e Costas, vice-almirante Carlos André Coronha Macedo, destaca a importância das ações preventivas no período de maior fluxo de embarcações. “No trabalho contínuo de monitoramento que a Marinha realiza, observamos, neste período de janeiro a março, um expressivo aumento do tráfego das embarcações de esporte e recreio em nossas águas. Em função desse alto fluxo, as ações da Operação Navegue Seguro tornam-se vitais, especialmente para prevenir e conscientizar a população. Sempre lembrando que a segurança é responsabilidade de todos. Cabe a cada cidadão cumprir as normas vigentes, usar os equipamentos obrigatórios e planejar cada saída no aplicativo NAVSEG, pontos importantes para que possamos evitar acidentes e salvar vidas”, afirmou.

Educativo

Além do caráter fiscalizatório, a Operação Navegue Seguro possui forte componente educativo. Estão previstas palestras, orientações e visitas técnicas a instalações náuticas e comunidades marítimas, com foco na disseminação de boas práticas de navegação, no planejamento adequado das saídas e no uso correto dos equipamentos de segurança.

Entre as condutas recomendadas pelas equipes da Marinha estão a atenção às condições meteorológicas, a manutenção de velocidade compatível com a navegação segura, o respeito às

áreas destinadas a banhistas, aos canais de acesso e à sinalização náutica, além da proibição de conduzir embarcações sob efeito de álcool ou outras substâncias.

Como apoio ao planejamento da navegação, a Marinha recomenda o uso do aplicativo NAVSEG por condutores de embarcações de pesca, carga ou turismo. A ferramenta permite o registro do Plano de Navegação, com informações como rota, destino, aviso de saída, horário previsto de retorno e número de pessoas a bordo, possibilitando o acompanhamento por marinas, clubes náuticos, capitânias, delegacias e agências. Em situações de emergência, esses dados contribuem para agilizar ações de busca e salvamento. O aplicativo está disponível para os sistemas Android e iOS.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

PROJETOS DA MARINHA MERCANTE NO NE SOMAM R\$ 7,1 BILHÕES EM 2025

As 21 iniciativas envolvem estaleiros, embarcações de apoio marítimo e navegação interior, com impactos diretos sobre emprego e cadeia naval regional

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



O estado da Bahia concentra o maior volume de recursos e o maior número de iniciativas na Região Nordeste, com 20 projetos aprovados e previsão de criação de 10.189 empregos

cante priorizados para a Região Nordeste em 2025 somaram R\$ 7,1 bilhões em recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM). Ao todo, foram aprovadas 21 obras, com potencial de geração de mais de 10,2 mil empregos diretos. Os investimentos incluem iniciativas de construção naval, modernização de estaleiros, além de

docagem e reparo de embarcações. O FMM é um dos principais instrumentos de financiamento do setor aquaviário e tem como finalidade apoiar o desenvolvimento regional e a indústria naval no país.

A Bahia concentra o maior volume de recursos e o maior número de iniciativas, com 20 projetos aprovados e previsão de criação de 10.189 empregos. Entre as empresas contempladas estão a DOF Subsea Brasil Serviços Ltda. e a CMM Offshore Brasil Ltda., com projetos voltados à construção de embarcações de apoio marítimo utilizadas em operações offshore.

Também figuram entre as beneficiadas a Belov Engenharia S.A. e a Belov Offshore Industrial Ltda., com projetos de construção de embarcações de apoio portuário e modernização de estaleiro. Há ainda iniciativas da LHG Logística Ltda., na área de navegação interior, e da Wilson Sons Serviços Marítimos Ltda., com projetos de docagem e reparo de embarcações.

Em Pernambuco, a Empresa de Navegação Elcano S.A. teve aprovado um projeto voltado à manutenção da frota de navegação de cabotagem, por meio de docagem e reparo, com expectativa de geração de 26 empregos diretos.

Segundo dados do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), a Região Nordeste tem sido destino recorrente de recursos do FMM e de ações voltadas à modernização portuária. Em 2024, o setor naval nacional registrou a autorização de mais de R\$ 30,8 bilhões em projetos, incluindo construção de embarcações, reparos, docagens e expansão de estaleiros, com impactos também sobre empresas e cadeias produtivas instaladas no Nordeste.

“A Região Nordeste tem um papel estratégico para o crescimento da indústria naval brasileira. Ao priorizarmos mais de R\$ 7 bilhões em investimentos por meio do FMM, reafirmamos o nosso compromisso com o desenvolvimento regional, a geração de empregos e a valorização do potencial

logístico e produtivo do Nordeste. Estamos retomando com força o setor naval no Brasil, com responsabilidade e planejamento”, afirmou o ministro Silvio Costa Filho.

Na mais recente reunião do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), o MPor aprovou 25 novos projetos, que somam R\$3,8 bilhões, além de reapresentar outros nove projetos no valor de R\$ 1,2 bilhão. No acumulado de 2025, os projetos aprovados alcançam R\$ 32,1 bilhões, o maior volume desde a criação do fundo, em 1958, com potencial de geração de 9.662 empregos diretos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

ESTUDO APONTA POTENCIAL DO BRASIL EM MINERAIS CRÍTICOS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Levantamento do Ipea e da ANM indica que o país reúne reservas relevantes de lítio, cobalto, níquel e terras raras, enquanto Congresso discute marco regulatório para o setor

Por **PATRÍCIA FAHLBUSCH** redacao.jornal@redenenews.com.br



O Brasil detém cerca de 10% das reservas mundiais desses minerais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração, ficando atrás de países como a África do Sul e o Chile

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com a Agência Nacional de Mineração (ANM), apontou que o Brasil tem grande potencial para

minerais críticos, recursos essenciais, por exemplo, para a produção de baterias, turbinas eólicas, painéis solares e semicondutores em computadores. O levantamento mostrou que elementos como lítio, cobalto, níquel e terras raras, tem oferta sujeita a riscos de escassez ou dependente de poucos fornecedores.

“Minerais críticos são aqueles que são muito relevantes para alguns assuntos, para todo o processo de eletrificação da frota, para a digitalização, datacenter. Carros elétricos utilizam minerais críticos. Os estratégicos são aqueles que tem incidência na atividade econômica do Brasil, por exemplo, nos fertilizantes. Nós somos uma grande nação agro-produtora de alimentos para o mundo, e importamos 85% dos fertilizantes que nós precisamos. Então, esses minerais precisam estar no planejamento”, explicou o deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

“NÓS SOMOS UMA GRANDE NAÇÃO AGROPRODUTORA DE ALIMENTOS PARA O MUNDO, E IMPORTAMOS 85% DOS FERTILIZANTES QUE NÓS NECESSITAMOS. ENTÃO, ESSES MINERAIS PRECISAM ESTAR NO PLANEJAMENTO”

ARNALDO JARDIM
deputado federal

O Brasil detém cerca de 10% das reservas mundiais desses minerais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), ficando atrás de países como a África do Sul e o Chile. A cadeia produtiva da mineração nacional, entre 2000 e 2019, ficou entre 0,75% e 2% de toda a riqueza produzida pelo país. A pesquisa do Ipea apontou para a expansão dos investimentos em máquinas, equipamentos, infraestrutura e pesquisa geológica no setor nos últimos anos, e a iniciativa está alinhada com tendências mundiais.

No Poder Legislativo, avançaram os debates para acelerar a tramitação de propostas voltadas aos minerais críticos estratégicos e às terras raras. Congressistas buscam, principalmente, criar um marco regulatório que possa atender as expectativas de mercado, ter capilaridade econômica, estar adequado às normas ambientais e sustentáveis, além de elevar o Brasil nas cadeias globais de transição energética.

“É uma das questões mais polêmicas da disputa entre Ucrânia e Rússia, Estados Unidos e China, e nós temos aí uma série de questões que são muito relevantes e que impactam essa questão dos nossos minerais. O Brasil pode, com isso, ter um protagonismo muito importante. Os líderes mundiais consideram isso estratégico. Vamos pautar esse projeto para deliberá-lo em plenário no próximo mês de fevereiro”, informou Arnaldo Jardim, relator do Projeto de Lei 2780/2024, que prevê a criação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Segundo ele, a matéria busca definir quais são os minerais essenciais para o desenvolvimento econômico, tecnológico e ambiental, e ainda estabelecer diretrizes para o setor.

Entre os pontos considerados sensíveis no setor está a definição e listagem de minerais críticos e estratégicos. Essa listagem varia de país para país com base em suas necessidades e riscos de fornecimento. Sobre a agregação de valor, há consenso entre os parlamentares sobre a necessidade de o Brasil não ser apenas um exportador de minérios, mas um player diferenciado em recursos graças ao processamento industrial interno.

Já o Projeto de Lei nº 4443/2025, de autoria do senador Renan Calheiros (MDB-AL), foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, e seguiu para a Comissão de Serviços de Infraestrutura. O texto estabelece diretrizes para garantir o suprimento de insumos e prevê incentivos fiscais e financeiros, como a isenção de impostos e a criação de fundos para pesquisa e desenvolvimento, além de impor que 80% das terras-raras extraídas no país sejam processadas localmente.

Segurança jurídica

Para atrair investimentos, estimados em cerca de US\$ 20 bilhões, até 2029, segundo previsão do Ibram, os avanços regulatórios buscam oferecer um ambiente com segurança jurídica.

“Esse é um dos assuntos mais comentados do mundo. Das terras raras, das reservas conhecidas no mundo, a China tem a maior reserva, 43% do território da China. No Brasil nós não conhecemos qual é o território ainda, não teve um levantamento total. Então, veja a importância. Se nós recuperarmos isso, explorarmos isso, podemos ter um grande impulso na nossa indústria, e isso é estratégico, é fundamental para o futuro. Dito isso, tem prioridade”, concluiu Arnaldo Jardim.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

FORTALEZA LIDERA HUB DE CABOS SUBMARINOS NA AMÉRICA LATINA, DIZ BANCO MUNDIAL

Relatório indica vantagem geoeconômica do Ceará para tráfego global de dados e para a instalação de data centers sustentáveis no Nordeste

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



De acordo com o relatório do Banco Mundial, a concentração de cabos internacionais no Ceará tem ampliado a atratividade da região para investimentos em infraestrutura digital

Fortaleza foi apontada pelo Banco Mundial como o principal hub de cabos submarinos da América Latina, conectando o Brasil aos Estados Unidos, Europa e África. A avaliação consta do estudo “Nordeste Digital: Fundamentos para a Elaboração de uma Estratégia de

Transformação Regional”, elaborado para o Consórcio Nordeste.

SEGUNDO O RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL, FATORES COMO OFERTA DE ENERGIA RENOVÁVEL COM CUSTOS PREVISÍVEIS, PROXIMIDADE COM CABOS SUBMARINOS E CONDIÇÕES CLIMÁTICAS FAVORÁVEIS A SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO MAIS EFICIENTES CONTRIBUEM PARA A COMPETITIVIDADE DO NORDESTE NAS OPERAÇÕES DE CENTROS DE DADOS

De acordo com o relatório, a concentração de cabos internacionais no Ceará tem ampliado a atratividade da região para investimentos em infraestrutura digital. O documento informa que mais de US\$ 2 bilhões em aportes privados já foram realizados, favorecendo a instalação de data centers, plataformas globais e empresas que demandam baixa latência e maior segurança de conexão.

Segundo o Banco Mundial, essa rede internacional insere o Nordeste diretamente nas rotas globais de tráfego de dados, com latências inferiores às observadas nas rotas tradicionais concentradas no Sudeste do país. A vantagem geoeconômica, aponta o estudo, viabiliza operações intensivas em transmissão de dados, como computação em nuvem, jogos online, streaming, transações financeiras e aplicações de inteligência artificial de alta demanda.

O levantamento foi elaborado por Raimundo Nogueira da Costa Filho, Luciano Charlita de Freitas, Julian Najles e Luís Alberto Andrés. O estudo destaca o papel do Cinturão Digital do Ceará (CDC), operado pela Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice), no avanço da infraestrutura digital regional.

O relatório registra que o estado também tem ampliado a conectividade fora da capital, com a expansão de redes de fibra óptica para cidades médias, pequenas e áreas rurais. Segundo o Banco Mundial, essa interiorização permite a oferta de serviços como telemedicina em tempo real, educação a distância e soluções digitais para a gestão pública.

Ainda de acordo com o documento, iniciativas semelhantes em estados como Bahia e Pernambuco complementam esse movimento, ao ampliar o alcance da conectividade para escolas, centros de saúde, parques industriais, universidades e comunidades mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Outro ponto destacado pelo Banco Mundial é o avanço da instalação de data centers sustentáveis no Ceará, associado à disponibilidade de energia proveniente de fontes renováveis. O estudo aponta que a região tem despertado o interesse de empresas globais do setor de tecnologia, como AWS, Microsoft e Google.

Competitividade

Segundo o relatório, fatores como oferta de energia renovável com custos previsíveis, proximidade com cabos submarinos e condições climáticas favoráveis a sistemas de refrigeração mais eficientes contribuem para a competitividade do Nordeste nas operações de centros de dados.

O documento também menciona iniciativas que combinam geração de energia solar com soluções de refrigeração para data centers. De acordo com o Banco Mundial, a região concentra a maior capacidade eólica e solar do Brasil, com fatores de capacidade acima da média internacional.

Um dos autores do estudo, Luciano Charlita de Freitas, especialista sênior em Desenvolvimento Digital do Banco Mundial, esteve neste mês na sede da Etice, em Fortaleza, para reunião com o presidente da empresa, Hugo Figueirêdo. O encontro tratou da agenda da visita, prevista para 2026, da diretora global de Transformação Digital do Banco Mundial, Christine Zhenwei Quiang.

Segundo a Etice, o interesse da dirigente foi manifestado durante o Powering Data Centers Workshop, realizado em novembro deste ano na Cidade do Porto, na África do Sul, evento que teve o Banco Mundial entre os promotores.

O estudo Nordeste Digital também destaca que a matriz elétrica renovável do Nordeste, combinada à interligação dos sistemas elétricos, tem papel central no suporte à economia digital. De acordo com o Banco Mundial, essa configuração reduz custos operacionais, aumenta a previsibilidade do fornecimento e atende exigências ambientais e de governança de empresas internacionais.

Ainda segundo o relatório, a disponibilidade de energia limpa tem sustentado a atração de projetos intensivos em consumo energético, como data centers e serviços digitais avançados, contribuindo para consolidar o Ceará como um dos principais polos regionais dessa infraestrutura no Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

PRAZO PARA DELIBERAR LUCROS E DIVIDENDOS DEVERIA SER ESTENDIDO, DIZ ABRASCA

Associação Brasileira das Companhias Abertas defende que abril seja o limite para apurar resultados com isenção no IR

Do Estadão Conteúdo



A lei estabelece que, a partir de janeiro de 2026, os dividendos hoje isentos terão a incidência de uma alíquota fixa de 10% de Imposto de Renda

O presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Pablo Cesário, diz que a prorrogação do prazo para a deliberação sobre os lucros e dividendos apurados em 2025 deveria ser até abril de 2026.

Nesta sexta-feira, 26, o ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), estendeu até 31 de janeiro de 2026 o prazo para apuração de resultados com isenção. O período

terminaria no dia 31 de dezembro deste ano, de acordo com lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A lei estabelece que, a partir de janeiro de 2026, os dividendos hoje isentos terão a incidência de uma alíquota fixa de 10% de Imposto de Renda quando o pagamento em um mês exceder R\$ 50 mil por empresa, com tributação na fonte. Isso vale também para investidores não residentes no País.

“O ideal seria poder fazer o rito completo com o prazo em abril, quando as empresas têm os números todos auditados”, afirma Cesário à Broadcast. Ele reforça que a entidade defende que o prazo de pagamento dos dividendos seja até 2028.

O presidente da Abrasca aponta que os ritos de gestão levam tempo. Por exemplo, o processo de convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para distribuição de lucros leva cerca de 45 dias e que, por isso, o prazo deveria ser estendido.

A decisão de Nunes Marques, que precisa ser confirmada pelo plenário do STF, atende parcialmente a um pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC), que acionaram o Supremo para derrubar a norma aprovada no projeto.

A medida faz parte da proposta que isentou a cobrança de Imposto de Renda para pessoas que ganham até R\$ 5 mil por mês e estabeleceu uma alíquota mínima para quem recebe acima de R\$ 50 mil.

A determinação do ministro não afeta a isenção do Imposto de Renda nem o alcance da cobrança para quem ganha mais de R\$ 50 mil.



A lei exigia que a deliberação de lucros apurados em 2025 fosse feita até 31 de dezembro deste ano para que esses valores ficassem isentos, ainda que fossem distribuídos nos anos seguintes (até 2028).

Esse ponto foi questionado por empresas, pois poderia afetar o alcance da isenção para as companhias.

Especialistas chamaram atenção para o fato de muitas empresas fecharem a contabilidade no ano seguinte à apuração dos lucros, já que todas as operações feitas em 2025 precisam ser processadas e registradas até o último dia do ano. Segundo Nunes Marques, a data limite de 31 de dezembro de 2025 para a aprovação da distribuição adiantou, consideravelmente, a sistemática atualmente vigente para tal finalidade.

“Ademais, considerando a recentíssima publicação da norma, tem-se, na prática, a determinação de prazo exíguo para o cumprimento, pelas pessoas jurídicas, de diversos deveres instrumentais indispensáveis para uma adequada e segura apuração de resultados e deliberação em assembleia”, escreveu o ministro na decisão.

O magistrado decidiu não derrubar a norma e nem derrubar a cobrança para microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, como foi pedido pela Ordem dos Advogados do Brasil, por conta dos impactos aos escritórios de advocacia. Segundo Nunes Marques, o equilíbrio das contas públicas e a responsabilidade fiscal “poderiam ficar seriamente prejudicados”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

GOVERNO PUBLICA EXTRATO DE EMPRÉSTIMO DE R\$ 12 BILHÕES AOS CORREIOS

Os recursos poderão ser utilizados como financiamento para capital de giro e investimentos estratégicos da estatal

Do *Estado* Conteúdo

O governo federal publicou o extrato do empréstimo de R\$ 12 bilhões aprovado para os Correios. Com a oficialização feita na edição de sábado, 27, do Diário Oficial da União (DOU), a estatal está apta para prosseguir com as captações, parte do seu plano de reestruturação.

Conforme o extrato, os recursos poderão ser utilizados como financiamento para capital de giro e investimentos estratégicos da estatal. O documento prevê, entre as destinações, o pagamento da comissão de estruturação da operação de crédito, além de outras despesas vinculadas ao plano de reestruturação.

O grupo de instituições financeiras que fechou a proposta de empréstimo é formado por Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander. O financiamento terá prazo de pagamento de 15 anos, com taxa de juros próxima à Selic. A operação recebeu aval do Tesouro Nacional há pouco mais de uma semana, após uma tentativa frustrada de aprovação no início de dezembro.

Com prejuízo acumulado superior a R\$ 6 bilhões entre janeiro e setembro de 2025 e déficits recorrentes desde 2022, que já ultrapassam R\$10 bilhões, os Correios buscam reequilibrar suas contas.

O plano de reestruturação prevê, além do empréstimo, um programa de demissão voluntária com potencial desligamento de cerca de 15 mil funcionários entre 2026 e 2027, fechamento de agências e venda de imóveis, com expectativa de arrecadar aproximadamente R\$ 1,5 bilhão.

Paralelamente a isso, os funcionários dos Correios de 9 Estados entraram em greve durante a negociação do acordo coletivo da categoria, que está sendo mediada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Os trabalhadores começaram a paralisação das atividades na quarta-feira, 17, em agências do Ceará, Paraíba, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, além de algumas regiões de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

SOLUÇOS PERSISTEM, MAS BOLSONARO TEM QUADRO ESTÁVEL

Ex-presidente teve nova crise na noite de sábado, acompanhada por pressão alta. Porém, ficou bem no domingo

Do Estadão Conteúdo



Bolsonaro deve ser submetido nesta segunda-feira a novo procedimento para tentar interromper crises de soluço

O ex-presidente Jair Bolsonaro apresentou nova crise de soluços e elevação da pressão arterial na noite de sábado (27) após passar por um procedimento para bloquear o nervo frênico direito, informou o Hospital DF Star. Segundo o boletim médico mais recente, de domingo, Bolsonaro encontra-se estável e sem soluços. Nesta segunda (29), o ex-presidente passará por uma nova intervenção para bloquear o nervo frênico

esquerdo, responsável pelo controle do diafragma, para completar o tratamento que pretende aliviar as crises de soluços. Bolsonaro também seguirá com fisioterapia para reabilitação, medidas de prevenção de trombose venosa e cuidados clínicos.

Esse será o terceiro procedimento do ex-presidente desde a internação, no dia 24. Na quinta-feira (25), Bolsonaro fez a primeira cirurgia, para tratar uma hérnia inguinal.

Os médicos particulares de Jair Bolsonaro informaram que o ex-presidente passou por uma nova cirurgia neste sábado (27) após apresentar forte crise de soluço. Segundo os médicos, Bolsonaro já está no quarto e se recupera do procedimento.

Bolsonaro passou por um procedimento de bloqueio do lado direito do nervo frênico, responsável pelo controle do diafragma. A cirurgia busca aliviar os sintomas de soluço permanente do ex-presidente.

Segundo o médico Mateus Saldanha, o ex-presidente será acompanhado diariamente para verificar se o procedimento foi bem-sucedido para amenizar os soluços.

“Todo o procedimento durou cerca de uma hora. O procedimento foi muito rápido. Não teve corte. Execução bem rápida”, afirmou.

Bolsonaro está sendo acompanhado diariamente para verificar se os procedimentos para reduzir os soluços foram bem-sucedidos.

Condenado pela trama golpista que culminou com o 8 de janeiro de 2023 e o ataque aos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), Bolsonaro cumpre pena de 27 anos e três meses de prisão.

Segurança

O ex-presidente está cumprindo sua pena na Superintendência da Polícia Federal (PF), em Brasília, desde 25 de novembro, por determinação do ministro Alexandre de Moraes.

Autorizado a ser submetido à cirurgia na quinta-feira, ele foi conduzido até o hospital por agentes da PF, na manhã de quarta (24), e acompanhado pela ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

Por determinação judicial, enquanto estiver internado, Bolsonaro deverá ser vigiado 24 horas por dia, com manutenção de dois agentes na porta do quarto, além de outras equipes dentro e fora do hospital.

O ministro Alexandre de Moraes também autorizou a visita dos filhos do ex-presidente durante o período em que ele estiver internado no Hospital DF Star, em Brasília.

Ou seja, o ex-vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PL), do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), do vereador de Balneário Camboriú Jair Renan Bolsonaro (PL), e da filha mais nova do ex-presidente, Laura Bolsonaro, estão liberados para ver o pai. Moraes salientou que os familiares devem respeitar as regras do hospital em relação aos horários de visitas.

Outra observação do ministro é que os visitantes não devem levar, ao quarto de Bolsonaro, computadores, telefones celulares ou quaisquer outros dispositivos eletrônicos. Outras visitas precisam ser autorizadas pelo Supremo Tribunal Federal, conforme explicou o documento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

PROCEDIMENTO NÃO GARANTE FIM DAS CRISES, DIZ MÉDICO

Do Estadão Conteúdo

A equipe médica que trata o ex-presidente Jair Bolsonaro informou que o procedimento realizado na tarde de sábado, 27, busca solucionar as recorrentes crises de soluço dele, mas não há garantia da efetividade. O ex-presidente foi internado na quarta-feira, 24, inicialmente para passar por uma cirurgia de hérnia inguinal.

Em coletiva de imprensa no Hospital DF Star, em Brasília, o médico Cláudio Birolini explicou que Bolsonaro evoluiu bem depois da cirurgia, mas a equipe decidiu realizar o novo procedimento após o ex-presidente apresentar uma prolongada crise de soluço.

A intervenção médica durou entre 40 minutos e 1 hora, segundo os médicos. Antes, a medicação contra os soluços teve que ser dobrada. “Ontem (sexta), ele teve uma crise de soluço prolongada, que o incomodou profundamente, e hoje (sábado) acordou abatido”, disse o médico Brasil Caiado.

A equipe médica do DF Star, responsável pelos procedimentos realizados no ex-presidente, também informou que ele vai seguir em cuidados pós-operatórios de uma herniorrafia inguinal bilateral por via convencional.

Bolsonaro faz fisioterapia para reabilitação, medidas de profilaxia de trombose venosa e cuidados clínicos.

Um pouco antes de Bolsonaro passar pelo novo procedimento, no sábado, a esposa dele, Michelle, pediu que os seguidores continuem orando pelo ex-presidente. “Peço que intercedam em oração por mais esse procedimento, para que seja exitoso e traga alívio definitivo. Já são nove meses de luta e de angústia com soluços diários”, escreveu a ex-primeira-dama no Instagram.

O filho de Bolsonaro, Carlos, também comentou sobre o procedimento. “Meu pai volta à mesa de cirurgia novamente”, escreveu o ex-vereador. Ele não esteve presente no hospital. Coube a Jair Renan Bolsonaro ir ao local.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

TRAMA GOLPISTA: MORAES DETERMINA PRISÃO DOMICILIAR DE 10 RÉUS

Após a tentativa frustrada de fuga de Silvinei Vasques, PF cumpriu mandados contra réus dos núcleos 2, 3 e 4 da tentativa de golpe

Do Estadão Conteúdo



Segundo a PF, os mandados foram cumpridos nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Goiás, Bahia, Tocantins e no Distrito Federal

Um dia após a tentativa de fuga do ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Silvinei Vasques, a Polícia Federal (PF) cumpre dez mandados de prisão domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica, contra outros condenados pela trama golpista.

As medidas, autorizadas na manhã de sábado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atingem réus dos núcleos 2, 3 e 4 da tentativa de golpe. À tarde, após audiência realizada pela juíza auxiliar de seu gabinete, Luciana Yuki Fugishita Sorrentino, as prisões foram mantidas.

Segundo a PF, os mandados foram cumpridos nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Goiás, Bahia, Tocantins e no Distrito Federal. Ainda de acordo com a PF, o Exército Brasileiro participa das diligências. Os alvos da operação foram Ailton Gonçalves Moraes Barros, ex-major do Exército; Ângelo Denicoli, major da reserva do Exército; Bernardo Romão Corrêa Netto, coronel do Exército; Carlos César Moretzsohn Rocha, presidente do Instituto Voto Legal; Fabrício Moreira de Bastos, coronel do Exército; Filipe Martins, ex-assessor de Jair Bolsonaro para assuntos internacionais; Giancarlo Rodrigues, subtenente do Exército; Guilherme Marques Almeida, tenente-coronel do Exército; Marília Alencar, ex-diretora de Inteligência do Ministério da Justiça; e Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros, tenente-coronel do Exército.

O engenheiro Carlos Rocha não foi localizado em seu endereço e passou a ser considerado foragido. Em nota, a defesa de Martins chamou a decisão de “abuso”.

A reportagem do Estadão buscou contato com representantes dos demais alvos, mas ainda não havia conseguido até a publicação deste texto.

Além da prisão domiciliar, foram impostas medidas cautelares como a proibição de uso de redes sociais, de contato com outros investigados, a entrega de passaportes, a suspensão de documentos de porte de arma de fogo e a proibição de visitas.

Tentativa de fuga de Silvinei

Silvinei Vasques estava sob monitoramento eletrônico desde agosto de 2024, quando foi liberado de uma prisão preventiva. Neste mês, o ex-diretor da PRF foi condenado pelo STF a 24 anos e seis meses de prisão.

Na madrugada desta sexta, 26, Vasques foi detido no Paraguai em meio a uma tentativa de fuga. O ex-diretor pretendia chegar em El Salvador, passando pelo Panamá, mas foi interceptado pelas autoridades paraguaias por falsidade ideológica.



Denúncia fatiada

A denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a trama golpista foi fatiada em núcleos de atuação. A divisão tem origem na investigação da PF e foi adotada pela Procuradoria para acelerar o julgamento das ações penais.

O ex-presidente Jair Bolsonaro integrou o principal grupo de réus, o “núcleo 1”, também chamado de “núcleo crucial”, composto por pessoas em posição de comando, como ministros de Estado e militares de alta patente.

O núcleo 2 foi acusado de “operacionalizar” a tentativa de golpe. Integram o núcleo 2, entre outros, o ex-diretor da PRF, Silvinei Vasques, e o ex-assessor de Bolsonaro, Filipe Martins.

O núcleo 3 foi acusado de formar uma “central de contrainteligência” do golpe; o núcleo 4, por fim, respondeu por disseminar desinformação contra o sistema eleitoral e as instituições.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

ACUSADO DE SER MEMBRO DO GABINETE DO ÓDIO ESTÁ ENTRE OS PRESOS

Do Estadão Conteúdo

Filipe Martins, ex-assessor do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), está entre os nomes contra quem o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decretou neste sábado, 27, a prisão domiciliar.

Martins é réu do chamado “núcleo 2”, acusado de “operacionalizar” a tentativa de golpe, e foi condenado pelo STF em 16 de dezembro, a 21 anos e 6 meses de prisão por cinco crimes.

O ex-assessor de Bolsonaro tem 38 anos e é natural de Sorocaba (SP). O paulista assumiu o cargo de assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República em 2019, no início do governo Bolsonaro, após ter trabalhado com o então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, durante o governo de transição.

Martins diz ter atuado como intérprete e tradutor antes de se tornar assessor internacional do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele também afirma ter sido assessor econômico na Embaixada dos Estados Unidos no Brasil e professor em um curso preparatório para concursos públicos.

Ele se aproximou da família Bolsonaro em 2014, ao conhecer o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro pela internet. O “03” do ex-presidente se tornou seu padrinho político. Martins também se declara entusiasta de Olavo de Carvalho, mentor intelectual do bolsonarismo.

O ex-assessor foi apontado como integrante do chamado “gabinete do ódio”, grupo acusado de usar redes sociais para difundir desinformação contra adversários de Bolsonaro. Desde 2022, ele não atualiza seu perfil no Instagram, onde ainda se apresenta como assessor especial.

Em março de 2021, Martins foi acusado de fazer um gesto idêntico ao utilizado por supremacistas brancos dentro do Senado, o que resultou na abertura de um processo criminal por racismo. Após a repercussão, ele disse que apenas ajustava a lapela do terno.

O Ministério Público Federal (MPF) pediu a condenação do ex-assessor, alegando que o sinal buscava reproduzir um acrônimo formado pelas letras “W” e “P”, em referência à expressão racista White Power (“Poder Branco”, em inglês). Em dezembro de 2024, ele foi condenado pela Justiça Federal em Brasília por racismo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

TOFFOLI DIZ QUE BC E SEU DIRETOR NÃO SÃO INVESTIGADOS NO CASO MASTER

Ministro do STF rejeitou mais um recurso e manteve a acareação entre Vercaro, Paulo Henrique Costa e Ailton de Aquino

Do Estadão Conteúdo



Mesmo durante o recesso do Judiciário, Dias Toffoli vê urgência devido ao grande impacto que o caso tem no sistema financeiro brasileiro

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou o recurso apresentado pelo Banco Central (BC) que pedia mais explicações sobre a acareação em investigação sobre o Banco Master, marcada para esta terça-feira, 30.

Na decisão proferida no sábado, 27, Toffoli afirmou que o BC e o diretor de Fiscalização, Ailton de Aquino Santos não figuram como investigados no processo e os definiu como “terceiros interessados”.

O ministro rebateu os questionamentos do Banco Central sobre a necessidade da acareação entre Daniel Vercaro, controlador do Banco Master; Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB; e Ailton de Aquino, do Banco Central. A audiência está prevista para ocorrer por videoconferência.

Para Toffoli, como a investigação foca em negociações entre bancos que estavam sob a vigilância do BC, a participação da autoridade reguladora é fundamental para esclarecer o que aconteceu.

O magistrado justificou a urgência de realizar o procedimento, mesmo durante o recesso do Judiciário, devido ao grande impacto que o caso tem no sistema financeiro brasileiro e às provas já reunidas no processo.

A investigação apura suspeitas de irregularidades em uma operação de R\$ 12,2 bilhões na tentativa de venda do Banco Master ao Banco de Brasília (BRB). O negócio acabou não sendo concluído depois que o próprio Banco Central encontrou sinais de problemas na transação ao analisar dados técnicos.

Toffoli determinou que a acareação seja organizada por um juiz auxiliar de seu gabinete e conduzida pela Polícia Federal. O ministro também afirmou que decidiu manter o sigilo do caso para não atrapalhar o trabalho dos policiais. Com a negativa do recurso, o diretor do BC e os demais envolvidos foram oficialmente avisados de que devem comparecer à audiência na data prevista.

O BC tinha feito os seguintes questionamentos no recurso:

1. Quais são os pontos controversos a serem objeto da acareação entre o Diretor do BC Ailton de Aquino Santos e os investigados Daniel Vercaro e Paulo Henrique Costa?
2. Em que condição o Diretor está sendo intimado: como acusado ou como testemunha? Está sendo chamado como representante do BC ou em caráter pessoal?
3. Por que os esclarecimentos precisam ser prestados em acareação em lugar de uma resposta por escrito aos quesitos formulados pelo magistrado?
4. Qual o motivo de se considerar que a acareação é tão urgente que precisa ser realizada durante o recesso judicial, mal tendo começado a correr a investigação e antes mesmo de qualquer depoimento ter sido prestado?



Vale lembrar que Toffoli já havia rejeitado na semana passada o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para suspender a acareação. Ao negar a solicitação, Toffoli concluiu que já existem elementos suficientes nos autos para justificar o confronto de versões, mesmo sem a realização prévia dos interrogatórios formais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

ANBIMA SE JUNTA AO CORO EM APOIO AO BANCO CENTRAL

A tributação sobre as bets subirá de 12% para 15%, de forma escalonada até 2028. Presidente vetou 'reciclagem' do orçamento secreto

Do Estadão Conteúdo

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) se juntou ao crescente coro de representantes do setor em defesa do Banco Central, após o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), marcar uma audiência de acareação sobre a liquidação do Banco Master.

Em nota, a Anbima argumentou que a autoridade monetária deve dispor de autonomia e independência para decretar liquidações extrajudiciais de instituições financeiras sempre que julgar necessário. "Esses instrumentos são essenciais para proteger o sistema financeiro e mitigar riscos de contágio sistêmico", ressaltou, sem citar nominalmente a acareação.

A entidade destacou ainda a "capacidade técnica e eficiência" do BC na supervisão prudencial do setor bancário. As decisões sobre o tema são "técnicas, imparciais e baseadas em critérios estritamente prudenciais", de acordo com a nota.

Para a associação, a possibilidade de reversão da liquidação do Master compromete a economia, além de fragilizar a autonomia do BC e minar a confiança em um mercado sólido, competitivo e estável. "A Anbima, como representante de todo o mercado financeiro e de capitais, faz questão de salientar que ter um regulador forte como o Banco Central é fundamental para a estabilidade do sistema e da economia brasileira", pontuou.

O comunicado é mais uma indicação da chancela do setor financeiro à condução do caso Master pelo BC. As principais associações de bancos e fintechs também divulgaram uma nota conjunta em apoio à autoridade monetária.

Banqueiros já vinham opinando que o presidente do BC, Gabriel Galípolo, acertou ao determinar a liquidação extrajudicial do Master.

Na ocasião, o BC citou a "grave crise de liquidez" e indícios de violações de normas regulatórias pelo Master. No final de novembro, o Tribunal Regional Federal (TRF) mandou soltar Vorcaro, que passou a usar torneira eletrônica.

A decisão do BC, porém, foi alvo de questionamentos pelo ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União (TCU), que pediu esclarecimentos ao Banco Central. O magistrado apontou suposta "precipitação" da autarquia ao liquidar o Master.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

AGU E CGU MUDAM REGRAS DE ACORDOS DE LENIÊNCIA

A principal novidade é a criação de mecanismo que permite à empresa reservar os benefícios da autodenúncia

Do Estadão Conteúdo



O advogado-geral da União, Jorge Messias, disse que a coordenação entre as instituições e a atenção à segurança jurídica são essenciais em acordos de leniência

A Advocacia-Geral da União e a Controladoria-Geral da União publicaram nova portaria que reorganiza as regras para negociação, assinatura e acompanhamento de acordos de leniência previstos na Lei Anticorrupção.

Segundo informações divulgadas pela AGU, a Portaria Normativa Interministerial CGU/AGU nº 1/2025 'consolida procedimentos antes dispersos, incorpora diretrizes do Decreto nº 11.129/2022 e substitui atos anteriores sobre o

tema' confira a portaria completa.

A principal novidade é a criação do mecanismo de "marker", que permite à empresa reservar os benefícios da autodenúncia enquanto conclui investigações internas. Pela nova regra, a pessoa jurídica pode comunicar formalmente a intenção de colaborar e solicitar prazo para apresentar a proposta completa de leniência.

Caso o acordo não seja formalizado, as informações prestadas nessa fase não poderão ser utilizadas pela administração pública para outras finalidades.

"A coordenação entre as instituições e a atenção à segurança jurídica são essenciais para que esses acordos produzam resultados concretos, tanto na responsabilização das empresas quanto na recuperação de valores e na prevenção de novas irregularidades", declarou o advogado-geral da União, Jorge Messias.

Ainda de acordo com informações da AGU, o texto detalha critérios objetivos para o cálculo das obrigações financeiras.

A portaria define metodologias para estimar a vantagem recebida ou pretendida com o ilícito, fixa parâmetros para o perdimento desses valores e disciplina a análise da capacidade de pagamento com possibilidade de parcelamento em até 60 meses, ou até 120 meses em situações excepcionais, como recuperação judicial.

No rol de incentivos à colaboração, a norma prevê hipóteses de redução de até dois terços da multa administrativa, inclusive quando a empresa reporta voluntariamente fatos ainda desconhecidos pelo Estado ou irregularidades identificadas em operações de fusão e aquisição, 'desde que atendidos requisitos adicionais, como medidas de remediação e programa de integridade'.

A portaria estabelece ainda regras detalhadas sobre publicidade e sigilo. Os acordos e anexos deverão ser publicados em transparência ativa no site da Controladoria, 'com restrição de acesso apenas às informações que possam comprometer investigações, processos em curso, dados pessoais ou informações comercialmente sensíveis'.

Compensação

Para reduzir riscos de dupla penalização, o texto prevê mecanismos de compensação de valores pagos em outros acordos ou processos administrativos e judiciais, inclusive no exterior, quando houver identidade de fatos e reciprocidade entre as autoridades envolvidas.

"Com as novas regras, buscamos tornar o acordo de leniência um instrumento mais previsível, técnico e funcional, com regras claras desde a fase inicial de negociação até o acompanhamento do cumprimento das obrigações", explicou o ministro da CGU, Vinicius de Carvalho.



A portaria entrou em vigor com a publicação e se aplica às negociações em curso e aos acordos celebrados a partir de terça-feira, 23, sem alterar as cláusulas de acordos já firmados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

DEPUTADO VAI À JUSTIÇA PARA DERRUBAR ‘GRATIFICAÇÃO FAROESTE’ NO RIO

Lei oferece premiação de até 150% do salário de policiais que tenham se destacado, entre outras ações, pela neutralização de criminosos

Da Agência Brasil

A validade da chamada “gratificação faroeste” no estado do Rio de Janeiro, que bonifica policiais que “neutralizam criminosos”, foi parar na Justiça. O deputado estadual Carlos Minc (PSB) ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra o artigo 21 da Lei Estadual nº 11.003/2025.

A lei trata da reestruturação do quadro de servidores da Secretaria Estadual de Polícia Civil e foi aprovada em 22 de outubro de 2025.

Durante a tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), enquanto projeto de lei, ganhou uma emenda que determina a premiação com até 150% do salário de policiais que tenham se destacado, entre outras ações, pela “neutralização de criminosos”.

Neutralização é o termo que o governo do estado usa nos comunicados à imprensa para se referir à morte de suspeitos em operações policiais. A inclusão do artigo que criou a gratificação faroeste foi criticada por organizações ligadas à defesa dos direitos humanos, por ser considerada um incentivo à letalidade policial. A Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público Federal (MPF) consideram o texto inconstitucional.

Após a aprovação na Alerj, o governador Cláudio Castro chegou a vetar o artigo 21. Mas a justificativa foi orçamentária. Para Castro, o veto se fez necessário porque a medida criava despesas. “O veto busca garantir o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das normas que asseguram a boa gestão dos recursos do estado”, defendeu o governador à época.

Derrubada do veto

No entanto, no último dia 18, os deputados da Alerj decidiram pela derrubada do veto do governador, ou seja, fazer valer a gratificação faroeste. A Ação Direta de Inconstitucionalidade foi ingressada na noite de sexta-feira (26), dia em que a derrubada do veto constou no Diário Oficial do Estado.

O processo foi distribuído, por sorteio, ao desembargador Andre Emilio Ribeiro Von Melentovytsch.

O deputado Carlos Minc chama a gratificação de “insana” e “extermínio recompensado”. Além da questão orçamentária, o processo aponta um estudo que associa a gratificação a casos de execução.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

RÚSSIA X UCRÂNIA: SE O ACORDO DEMORAR MUITO, NÃO ACONTECERÁ

Presidente americano se encontrou com líder ucraniano e até acredita no fim da guerra em algumas semanas. Porém, teme por novos impasses

Do Estadão Conteúdo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou neste domingo, 28, após reunião presencial com o ucraniano Volodymyr Zelensky, que talvez, em algumas semanas, o acordo de paz entre Rússia e Ucrânia seja alcançado. “Se demorar muito mais do que algumas semanas, não vai acontecer e seria uma pena”, ponderou.

O republicano enfatizou diversas vezes que não quer dizer um prazo específico para o acordo, apesar de repetir que acredita que “em algumas semanas” seja possível alcançá-lo. “Mas também pode dar errado, é possível que o acordo não aconteça, talvez um item possa ser um obstáculo, em uma negociação difícil, muito detalhada”, comentou.



Trump também teve uma conversa com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, antes da reunião com o presidente da Ucrânia

Em outro trecho da coletiva, Trump mencionou que “entre as coisas mais espinhosas para um acordo, está o território que foi tomado”, em referência a Donbass, área ocupada pela Rússia e que, segundo a Constituição, pertenceria à Ucrânia.

“Não concordamos com a área de livre comércio em Donbass, é uma questão difícil. Dissemos que a Ucrânia terá que ceder Donbass, mas eles sempre quiseram isso”, mencionou.

Ainda assim, o presidente dos EUA mencionou que as nações estão bem próximas de um acordo de paz. “Tivemos discussões sobre todos os assuntos, e isso inclui o presidente russo, Vladimir Putin”, disse, mencionando conversa com Putin que durou mais de duas horas.

Trump e Zelensky também conversaram com autoridades europeias, vide Comissão Europeia, além de França, Finlândia, Polônia, Noruega, Itália, Reino Unido e Alemanha, e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

A Rússia quer que a Ucrânia seja bem sucedida e vai ajudar na reconstrução do país, segundo o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, mencionando, inclusive, que o presidente Vladimir Putin deseja preços de energia baixos para a Ucrânia.

Putin tem tido conversas com a Ucrânia para reabrir a usina Zaporizhzhia, que está sob ocupação russa, e “o fato de ele não bombardeá-la é muito importante”, acrescenta Trump.

“Estamos mais próximos de acordo do que jamais estivemos”, avaliou o americano. Trump reiterou que gostaria de ver um acordo de paz fechado, e inclusive se ofereceu a ir ao Parlamento caso ajudasse. Também afirmou que tanto Zelensky quanto Putin desejam acabar com o confronto.

Durante coletiva de imprensa ao lado do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, após reunião bilateral em Mar-a-Lago, Palm Beach, Flórida, neste domingo, 28, Trump mencionou a “honra” em receber Zelensky e teceu o comentário de que espera que o presidente ucraniano tenha gostado da comida. A reunião ocorreu na sala principal do resort de luxo.

Putin

Trump disse que teve uma ligação telefônica “boa e muito produtiva” com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, antes da reunião com o presidente da Ucrânia. Apesar disso, os russos parecem pouco dispostos a ceder.

Como das últimas vezes, há poucos sinais de compromisso. Yuri Ushakov, principal assessor de política externa de Putin, disse que seu presidente e Trump concordaram que um acordo de paz de longo prazo seria melhor do que o cessar-fogo temporário proposto pelos ucranianos e europeus, mas cobrou de Kiev uma “decisão política corajosa e responsável” em relação ao leste da Ucrânia, o que, na prática, indica que Moscou está pouco disposta a ceder.

Outro sinal cético vindo da Rússia foi dado pelo chanceler Sergei Lavrov. Ele rejeitou a presença de tropas europeias na Ucrânia como parte das garantias de segurança que Kiev exige para não ser invadida novamente. Segundo ele, isso tornaria os soldados europeus “alvos legítimos” da Rússia.

Nos dias que antecederam a reunião, a Rússia intensificou seus ataques à capital da Ucrânia, usando mísseis e drones para atacar Kiev e tentar aumentar a pressão sobre Zelenski.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

ZELENSKY ANUNCIA NOVO ENCONTRO EM JANEIRO PARA SELAR A PAZ

Do Estadão Conteúdo

O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, disse que irá se encontrar novamente com Donald Trump em janeiro, com o americano novamente sendo o anfitrião do acordo, para finalizar os pontos que começaram a ser discutidos neste domingo, 28, visando um termo de paz com a Ucrânia.

Segundo Zelensky, na reunião desta tarde foram discutidos todos os progressos que as equipes de negociação da Ucrânia e da Rússia tiveram, perpassando inclusive 90% dos assuntos que envolvem segurança e 100% dos que envolvem prosperidade.

“Vamos nos encontrar de novo nas próximas semanas para finalizar pontos discutidos”, afirmou, enfatizando que a Ucrânia está pronta para a paz.

Durante reunião nesta tarde, Zelensky e Trump também tiveram conversas com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, e com líderes europeus, da União Europeia (UE), e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), mencionou o presidente ucraniano.

Zelensky afirmou que pode usar o instrumento de referendo para aprovar o plano de 20 pontos sobre um eventual acordo de paz com a Rússia. “Se o plano de paz for muito difícil para nossa sociedade, então ela terá que aprová-lo”.

Na mesma coletiva, Trump mencionou que “entre as coisas mais espinhosas para um acordo, está o território que foi tomado”, em referência a Donbass, área ocupada pela Rússia e que, contudo, segundo a Constituição pertenceria à Ucrânia.

Segundo Zelensky, as equipes estão perto de um acordo sobre Donbass, mas não é em uma semana ou em um mês que a questão será resolvida.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2025

CHINA MIRA SUPREMACIA EM IA E REVÊ ATÉ USO DE CAMISINHA

Em 2026, o país vai colocar em prática seu novo plano de desenvolvimento econômico e social de cinco anos

Do Estadão Conteúdo



A confiança na estratégia para alavancar inovação fica evidente nos ativos ligados à tecnologia de ponta da China

A China inicia em 2026 a execução de seu plano de desenvolvimento econômico e social de cinco anos com esforços para estancar a desaceleração exibida em dados recentes. Pequim tem a tarefa de manejar a fúria externa decorrente da sua máquina de exportações, sem abalar as conquistas comerciais no mercado global. O país mira manter seus principais pilares de sustentação do crescimento: o trincado setor imobiliário e o boom tecnológico.



Ganhar independência em áreas críticas e arranhar a supremacia dos EUA estão no centro dos objetivos. O fomento à atividade engloba promessas para promover o consumo doméstico e, para isso, vale até métodos tradicionais: tributar camisinhas com propósito de ampliar a taxa de fecundidade.

“Em 2026, inicia-se um novo plano quinquenal. E o plano é ambicioso, como de costume”, afirma Luciano Sobral, economista-chefe da Neo Investimentos. “Na prática, não deve haver muitas mudanças no desenvolvimento focado em indústrias exportadoras, de crescente sofisticação e complexidade”, pontua Sobral, ex-economista do Santander.

“Cada vez mais a China deve ser capaz de competir em setores que hoje ainda são dominados por países desenvolvidos e de apresentar inovações na fronteira entre academia e indústria. É uma versão da estratégia de desenvolvimento adotada pelos casos bem-sucedidos de desenvolvimento no leste da Ásia, com abrangência e escala muito maiores”.

A confiança do investidor na estratégia para alavancar inovação fica evidente nos ativos ligados à tecnologia de ponta. Nas estreias em bolsa, as ações da startup chinesa de chips MetaX saltaram quase 700% em meados de dezembro. A oferta pública inicial (IPO) levantou 4,20 bilhões de yuans, equivalente a US\$ 596,4 milhões.

A operação de ida à bolsa também foi exuberante para a Moore Threads, que projeta unidades de processamento gráfico para treinamento de IA, o que levou a empresa a alertar aos próprios investidores para que segurassem o entusiasmo. Qual será a nova Nvidia é uma reposta lançada ao futuro em meio ao debate sobre se a festa está virando bolha.

Gastos fiscais

Na execução do plano, os gastos fiscais devem se recuperar no início do próximo ano, com aumento da emissão de títulos do governo central, diz a Capital Economics. “Isso deve ajudar a evitar o aprofundamento da recente desaceleração, mas o crescimento em 2026 como um todo provavelmente será pelo menos um pouco mais fraco do que em 2025”, observam analistas da consultoria. O investimento relacionado à IA, provavelmente, terá um forte aumento no próximo ano, mas as exportações devem contribuir menos para o crescimento, diz a Capital.

A economista-chefe para a China e diretora de Economia Asiática do Bank of América, Helen Qiao, elevou a previsão de crescimento do PIB chinês para acima do consenso, e agora espera avanço de 4,7% em 2026 e 4,5% em 2027. “Com sinais positivos surgindo das recentes negociações comerciais e com a implementação de estímulos, os riscos para nossa previsão estão inclinados para cima”, pontua.

“A expectativa geral aponta para uma desaceleração gradual, mas controlada, do crescimento do PIB, com projeções de agências financeiras e instituições internacionais variando entre 4,0% e 4,6% para 2026, abaixo da meta informal de 5% que o governo chinês provavelmente buscará para combater a deflação”, diz Igor Barenboim, economista-chefe da Reach Capital, que prevê uma expansão mais próxima de 4%.

Ponto crítico

O mercado imobiliário é um ponto crítico sobre a atividade econômica. E os sinais da reunião da Conferência Central de Trabalho Econômico sugerem que o apoio político adicional será modesto. Nesse tópico, o desfecho para a problemática incorporadora China Vanke deve se tornar evidência sobre até que apoio de entes governamentais estão dispostos a escorar o setor imobiliário.

A SZMC, subsidiária integral da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do município de Shenzhen, detém uma participação de 27,18%, sendo a maior acionista da incorporadora China Vanke, segundo a Fitch. A SZMC já injetou cerca de CNY29 bilhões (US\$ 4,2 bilhões) na China Vanke de janeiro a novembro de 2025, apoiando o pagamento de dívidas no mercado de capitais. Mesmo assim, a empresa segue em dificuldades.

“Não se trata do temido ‘momento Lehman’ da China. Mas o impacto psicológico da incapacidade da incorporadora imobiliária chinesa Vanke de pagar suas dívidas em dia não pode ser subestimado”, diz a Yardeni Research. “Os problemas da Vanke sugerem que as dificuldades do setor imobiliário estão longe de terminar, tornando as metas de crescimento do PIB do governo ainda mais distantes”, avaliou a consultoria. A empresa carrega US\$ 50 bilhões em dívidas, diz a Yardeni.

Se o motor engasgado do setor imobiliário gera incertezas, a China tenta medidas antigas para manter o crescimento até mesmo em horizontes de longo prazo. A partir de 1 de janeiro, um imposto sobre valor agregado (IVA) passará a ser cobrado em medicamentos e produtos contraceptivos pela primeira vez em mais de três décadas.

A intenção de incentivar as famílias a terem mais filhos, após décadas de limitação a um único filho, visa recalibrar o pêndulo demográfico, após o número de mortes ultrapassar o de nascimentos na China.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/12/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

MEDIDAS ANUNCIADAS PELOS CORREIOS SÃO POSITIVAS, MAS INSUFICIENTES PARA RESOLVER CRISE DA ESTATAL, DIZEM ESPECIALISTAS

Para economistas, saída para a empresa com prejuízo bilionário no competitivo mercado de entregas logísticas seria a privatização

Por Glauce Cavalcanti — Rio



Com operação deficitária, Correios anunciam plano de reestruturação, mas especialistas julgam medidas insuficientes para sanar a crise da estatal — Foto: Divulgação/Correios

As medidas anunciadas nesta segunda-feira pelo presidente dos Correios, Emmanoel Rondon, para dar início a uma reestruturação da estatal deficitária vão na direção correta, mas são insuficientes para resolver as contas diante do prejuízo bilionário, afirmam especialistas. Com isso, para seguir no competitivo mercado de entregas logísticas, a privatização da operação — descartada pelo presidente Lula — seria incontornável.

— A percepção é de que as medidas vão na direção certa, mas não vão resolver o prejuízo, porque o problema é muito maior do que as economias propostas pelo plano. São números que, considerando uma estimativa de R\$ 23 bilhões em prejuízo (em 2026), não farão frente (a isso) — afirma Armando Castelar, economista do Ibre/FGV.

Com a previsão de fechar este ano com uma perda de R\$ 10 bilhões e mais do que dobrar esse prejuízo em 2026, quando o resultado poderia ficar negativo em R\$ 23 bilhões, os números anunciados no pacote para reorganizar a estatal — com previsão de corte de R\$ 2,1 bilhões em despesas — sinalizam um efeito pequeno.

Efeitos demorados

E existe um complicador no planejamento dos Correios, destaca Castelar: as principais medidas anunciadas vão demorar a se concretizar. Isso ocorre porque o plano de demissão voluntária (PDV),

que mira em desligar 15 mil empregados da estatal em dois anos, primeiro irá gerar um gasto adicional para, depois, resultar em economia, enquanto a venda de cerca de mil imóveis é um processo lento no setor público, explica ele.

Para Claudio Frischtak, presidente da Inter.B Consultoria, as medidas não são apenas insuficientes, elas estão sendo adotadas com atraso. A participação dos Correios no mercado de entregas logísticas caiu de 51% para menos de 25%. Na visão do economista, o único caminho para os Correios é a privatização.

A situação da estatal, diz ele, combina problemas de governança comuns às empresas públicas — devido à pressão política —, a forma como essa dificuldade leva a travas na gestão, os desafios de um mercado de alta concorrência, sendo ainda intensiva em mão de obra:

— Os Correios atuam em um mercado altamente competitivo, que demanda agilidade. A empresa está quebrada. Houve uma gestão de recursos humanos muito falha, o governo passou pano numa situação calamitosa. E há um passivo contingente imenso — afirma Frischtak. — Sou muito cético de que qualquer plano de reestruturação possa ser levado adiante de forma íntegra começando em ano eleitoral e com a Justiça trabalhista leniente com empresas falidas.

Custo alto para o caixa público

O problema central está na demanda de caixa de R\$ 20 bilhões. Deste total, foi feito um empréstimo de R\$ 12 bilhões junto a cinco bancos, com garantia da União. Ainda assim, diz Rondon, a necessidade de Caixa dos Correios pediria outros R\$ 8 bilhões. Esse aporte, porém, poderia vir de nova tomada de crédito, mas também de recursos do governo.

— Qualquer aporte (atual ou futuro) deveria ser condicional a um plano consistente de reestruturação e redirecionamento estratégico — sublinha Sérgio Lazzarini, professor do Insper. — Em sendo uma estatal, é crucial também este governo repensar sua abordagem para as estatais e retomar uma postura mais atenta para a sua governança e gestão. Senão, qualquer plano de mudança estratégica pode não ser crível.

Castelar lembra que os Correios foram retirados do programa de privatização do governo federal em 2023 e que a União está, agora, pagando a conta dessa decisão:

— Poderíamos estar poupando esse dinheiro que está sendo gasto agora, os Correios estavam na lista de privatizações. Era uma estatal lucrativa em 2021. O prejuízo mostra o impacto da interferência política — avalia ele. — Cogitar um aporte de R\$ 8 bilhões vindo da União é um valor muito alto, relevante. O problema é que isso é recorrente. Mais à frente, vai precisar provavelmente de outros bilhões de reais.

O caminho da privatização

Os dois especialistas apontam a privatização com o a saída para os Correios. Na visão de Frischtak, a reestruturação terá de olhar para o presente dos Correios, mas principalmente para o passado, em razão do passivo contingente. O melhor, avalia ele, seria dividir a estatal em duas, sendo uma delas livre dos prejuízos, com o objetivo de ser privatizada:

— Só faz sentido privatizar o que vem para frente, sem perpetuar o (prejuízo) para trás. Já a hipótese de uma parceria público-privada demandaria botar dinheiro público. Não faz sentido.

Serviços hoje apontados como essenciais e deficitários, como o atendimento a localidades remotas do país, explicam os especialistas, poderiam ser todos mantidos se devidamente apontados na modelagem que teria de ser construída para a concessão dos Correios.

— Isso foi feito no saneamento, na eletricidade, em telecomunicações. Tudo precisa estar na regulação, na modelagem criada para a privatização — conclui Castelar.

PF PODE DECIDIR POR NÃO FAZER ACAREAÇÃO APÓS DEPOIMENTOS DE DIRETOR DO BC, DONO DO MASTER E EX-PRESIDENTE DO BRB

Daniel Vorcaro, Paulo Henrique Costa e Ailton de Aquino Santos serão ouvidos na terça-feira
Por Daniel Gullino — Brasília



Fachada do Banco Master em São Paulo — Foto: Rovená Rosa/Agência Brasil/20/11/2025

A Polícia Federal (PF) irá colher na terça-feira os depoimentos do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, do ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa e do diretor de Fiscalização do Banco Central, Ailton de Aquino Santos. Depois das oitivas, a delegada responsável decidirá se os três deverão passar por uma acareação.

Inicialmente, a acareação foi determinada pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que assumiu a condução das investigações sobre possíveis fraudes envolvendo o Master.

A medida foi determinada pelo magistrado de ofício, ou seja, sem pedido das partes ou dos órgãos de investigação.

Nesta segunda-feira, porém, após críticas sobre a realização do procedimento, o STF informou que a PF iria decidir se será ou não oportuno o confronto de versões.

A Corte, porém, não explicou por que esse novo trâmite será seguido. Também não tornou pública a exata determinação de Toffoli, responsável pelo caso — o caso está sob sigilo.

Os depoimentos serão acompanhados por um juiz auxiliar do gabinete de Toffoli. Os envolvidos podem participar por videoconferência.

Na semana passada, o ministro negou um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para cancelar a acareação.

No sábado, Toffoli afirmou que Ailton de Aquino Santos não é investigado no caso, respondendo a um pedido de esclarecimento do Banco Central. Apesar disso, o ministro ressaltou que a investigação "tange a atuação da autoridade reguladora nacional".

Os três serão ouvidos porque Vorcaro tentou vender o Master para o banco BRB, estatal do governo do Distrito Federal (DF), em operação vetada pelo BC em setembro. Dois meses depois, Vorcaro foi preso, e o BC decretou a liquidação do Master em meio a suspeitas de operações fraudulentas na casa de R\$ 12 bilhões.

A investigação começou na Justiça Federal de Brasília, mas foi enviada ao STF por determinação de Toffoli, após a PF encontrar um documento que citava uma negociação imobiliária de Vorcaro com um deputado federal.

Diretor resistiu à liquidação

Como mostrou a colunista Malu Gaspar, a liquidação foi decidida com a aprovação unânime da diretoria colegiada do BC, incluindo o voto sim do presidente, Gabriel Galípolo, que em princípio não precisava se manifestar, já que os outros oito diretores eram a favor.

Entretanto, de toda a diretoria, quem mais resistiu à ideia da liquidação foi o próprio Ailton Aquino, da fiscalização. Internamente no BC e no sistema financeiro, Aquino era visto como um aliado do Master.

Registros do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), sustentado por recursos dos próprios bancos, mostram que houve 38 comunicados oficiais sobre os riscos de liquidez, furos no balanço do Master e outras questões que deveriam levar a uma ação mais contundente do órgão regulatório.

Quase todos os alertas eram dirigidos à área de Aquino, e muitos foram feitos em reuniões presenciais. Duas pessoas que participaram desses encontros me relataram que a atitude do diretor era sempre a de minimizar os problemas – que foram só se agravando ao longo do tempo.

A discussão em torno de uma atitude mais drástica em relação ao Master, como intervir ou liquidar, só começou a ganhar corpo a partir de março de 2025, quando o BRB anunciou que compraria 58% do banco de Daniel Volrcaro mas o deixaria comandando a instituição. Era na prática um mero salvamento, já que a venda não garantiria o controle para o BRB.

Foi no processo de análise dessa operação que outra diretoria, a de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, encontrou as fraudes nos contratos de crédito consignado que avalizaram o repasse de R\$ 12, 2 bilhões do BRB para o Master pela venda da carteira, antes mesmo da fusão dos dois bancos.

A partir daí deu-se um racha interno, com a área de Renato Gomes propondo intervir no Master e a de Aquino tentando encontrar uma solução que permitisse ao banco seguir operando. Portanto, o integrante do BC que mais conhece as fraudes e seu mecanismo não é Aquino, e sim Gomes, que até já terminou o mandato.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/12/2025

FUNDO DE INVESTIMENTO FORMADO POR PETROBRAS, BNDES E FINEP ABRE NOVOS CAMINHOS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Recursos de até R\$ 500 milhões serão destinados a startups e a micro, pequenas e médias empresas com soluções tecnológicas sustentáveis e inclusivas para desenvolvimento de energias renováveis e redução da emissão de carbono

Por Petrobras

A estratégia de transição energética da Petrobras alia a busca por fontes renováveis à oferta de energia acessível para todos. Nesse sentido, a companhia uniu-se ao BNDES e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em um novo instrumento de investimento que abrirá oportunidade para pequenas empresas desenvolvedoras de soluções tecnológicas sustentáveis e inclusivas.

O Fundo de Investimentos em Participações (FIP) nos setores de transição energética e descarbonização tem capital de até R\$ 500 milhões, que serão destinados a cerca de 15 startups e micro, pequenas e médias empresas de inovação que oferecem caminhos para uma matriz energética mais limpa e segura, baseada em fontes renováveis, contribuindo para a redução da emissão de carbono na atmosfera e para a mitigação dos efeitos climáticos. O fundo também tem um papel social relevante: fomentar o empreendedorismo, a geração de empregos qualificados e o desenvolvimento tecnológico no país.



Rodrigo Leão, gerente executivo de Energias Renováveis da Petrobras — Foto: Selmy Yassuda



As startups escolhidas terão o fundo como sócio minoritário, em um tipo de investimento chamado “equity”. Para seguirem adiante na seleção, as candidatas terão que se enquadrar em alguns requisitos essenciais, como apresentar produto mínimo viável (MVP) validado e receitas recorrentes, com operações no Brasil. Também é necessário que tenham foco nos seguintes critérios: geração de energia renovável; armazenamento de energia e eletromobidade; combustíveis sustentáveis; captura, utilização e armazenamento de carbono; soluções baseadas na natureza; e descarbonização do setor de óleo e gás.

Poderão participar da seleção startups que estejam em diferentes estágios de captação de aportes, desde as rodadas chamadas “seed” (semente, em inglês, que se refere em geral à primeira captação) até as “séries B”, mais avançadas. Um gestor profissional apontado por Petrobras, BNDES e Finep será responsável pela análise e seleção das startups que farão parte do portfólio do fundo.

O papel das startups

A opção por esse tipo de investimento reforça a atuação da Petrobras na modalidade venture capital, como são chamados os fundos de grandes companhias que investem em startups, impulsionando iniciativas inovadoras voltadas para transição energética justa e sustentável. As candidatas submeterão suas propostas às empresas que integram o fundo de venture capital, e as startups selecionadas avançarão para as próximas etapas, já no primeiro semestre de 2026, quando será feito um comunicado ao mercado.

A Petrobras já tem o Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), que atua há muitos anos em vários segmentos, inclusive transição energética, mas a gente acha importante suportar e financiar outros players. Esse mecanismo permite que a gente tenha mais um leque de opções de como atuar na transição energética. A Petrobras no momento tomou a decisão de fazer os investimentos como um player minoritário, por meio de investimento em empresas com potencial de inovação.

— Então esse instrumento pode auxiliar a gente a mapear novas empresas, entender como funciona — afirma Rodrigo Leão, gerente executivo de Energias Renováveis da Petrobras.

O executivo destaca o caráter inovador do fundo, ao voltar atenção para empresas que em geral estão distantes das grandes corporações:

— O conceito de transição energética justa é muito amplo e tem várias interpretações. A Petrobras tem trabalhado com conceito de equilíbrio de diferentes esferas. A transição tem que ter equilíbrio econômico, social, ambiental. A tendência é sempre olhar os maiores, os que estão mais maduros no segmento de transição energética. Esse é um caso que vai fugir disso. Nós vamos ter um espaço para olhar empresas que pouca gente conhece, que podem estar com investimentos interessantes que ninguém está vendo. Ajuda a gente a mapear e a olhar diferentes empresas com perfil de menor porte e alto grau de inovação. Também dialoga com a transição justa porque a gente vai conseguir olhar uma gama muito diferente de segmentos e vai ajudar a gente a mapear em quais segmentos de fato faz sentido a Petrobras atuar.

Recorde de propostas

O Fundo Petrobras BNDES-Finep em corporate venture capital (CVC) está na fase de conclusão da escolha do gestor profissional. A chamada pública para escolha do gestor bateu o recorde de 32 propostas, e a primeira colocada foi a Valettec Capital. A etapa atual é chamada “due diligence”, em que se verifica se a vencedora cumpre todos os requisitos necessários.

— Na sequência vamos começar o trabalho de buscar as empresas que poderão ser as futuras investidas. Essas empresas que vão estar no portfólio de seleção do CVC terão uma condição já diferente. Para os players que vão pleitear esse fundo, é uma oportunidade muito interessante, de ver a Petrobras não só como um parceiro financeiro, mas como um parceiro tecnológico e quem sabe futuramente empresarial, dependendo de como as coisas vão evoluir — destaca Rodrigo Leão.

Uma das missões das três partes (Petrobras, BNDES e Finep) é exatamente buscar novos cotistas. Não se encerra só nesses três investidores. Vamos construir um processo para buscar outros parceiros para entrar nesse fundo. A Petrobras tem um percentual importante, mas sem dúvida o BNDES, que já tem um perfil de investimento e atua há muito tempo, e a Finep, que financia projetos de inovação, vão ser muito importantes para a gente ter sucesso nesse fundo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/12/2025

BANCO CENTRAL APRESENTA AO TCU INFORMAÇÕES SOBRE PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DO BANCO MASTER

Ministro Jhonatan de Jesus solicitou dados em processo que apura possível omissão

Por Daniel Gullino — Brasília



**A sede do Tribunal de Contas da União (TCU) —
Foto: Valter Campanato/Agência Brasil**

O Banco Central (BC) apresentou nesta segunda-feira ao Tribunal de Contas da União (TCU) esclarecimentos sobre o processo de liquidação do Banco Master. O protocolo das informações atendeu a uma determinação do ministro Jhonatan de Jesus.

Os documentos serão analisados primeiro pela unidade técnica do TCU, e depois serão encaminhados ao relator. O processo está sob sigilo, também por

determinação de Jhonatan.

O processo que tramita no TCU investiga uma possível omissão do BC em relação a operações do banco, que é controlado por Daniel Vercaro. A empresa também é alvo de uma investigação da Polícia Federal (PF), que levou à prisão de Vercaro e outros executivos, posteriormente soltos.

Jhonatan de Jesus determinou que o BC deveria fornecer documentação sobre os fundamentos técnicos e jurídicos da decretação da liquidação, decidida em novembro, indicando os principais marcos do processo decisório.

Também deveria ser informado se houve análise de alternativas menos gravosas previstas em lei, como soluções de mercado ou reorganização, e as razões para adotá-las ou descartá-las.

Além disso, Jhonatan quer saber se houve divergências entre áreas técnicas internas e como essas posições foram tratadas. O ministro determinou, ainda, a apresentação de uma linha do tempo das negociações anteriores ao encerramento das atividades.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/12/2025

GOVERNO REGISTRA DÉFICIT PRIMÁRIO DE R\$ 20,2 BILHÕES EM NOVEMBRO DE 2025

No acumulado do ano há um saldo negativo de R\$ 83,2 bilhões

Por Eliane Oliveira — Brasília

O Governo Central (formado por Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou déficit primário (receitas menos despesas, descontados os juros da dívida) de R\$ 20,2 bilhões em novembro de 2025, segundo dados divulgados pelo Ministério da Fazenda nesta segunda-feira. O resultado representa uma deterioração em relação a novembro de 2024, quando o déficit havia sido de R\$ 4,5 bilhões, em valores nominais.



***O prédio do Ministério da Fazenda em Brasília —
Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil***

Do lado das despesas, houve aumento real de 4% em novembro, puxado sobretudo pela elevação dos benefícios previdenciários, que cresceram R\$ 3 bilhões, além de maiores gastos com pessoal e gastos discricionários — não essenciais, sobre os quais o governo tem liberdade para decidir se corta ou ajusta — que cresceram R\$ 3,9 bilhões.

O resultado negativo de R\$ 20,2 bilhões foi composto por superávit de R\$ 1,4 bilhão do Tesouro Nacional e déficits de R\$ 239 milhões do Banco Central e R\$ 21,3 bilhões da Previdência Social, respectivamente.

No acumulado de janeiro a novembro de 2025, o resultado primário do Governo Central foi negativo em R\$ 83,8 bilhões, em valores nominais. No período, a receita total cresceu 3,3% em termos reais em relação ao mesmo intervalo de 2024, enquanto a receita líquida avançou 2,9%. As despesas totais aumentaram 3,4% em termos reais, o que levou à manutenção do déficit no acumulado do ano.

Nos onze primeiros meses de 2025, o déficit primário de R\$ 83,8 bilhões resultou de superávit de R\$ 245,4 bilhões do Tesouro Nacional e déficits de R\$ 914 milhões do BC e R\$ 328,3 bilhões da Previdência.

Já no acumulado de 12 meses até novembro, o resultado primário do Governo Central foi negativo em R\$ 57,4 bilhões, o equivalente a 0,47% do Produto Interno Bruto (PIB). No período, a receita líquida apresentou retração real no mês, enquanto as despesas primárias avançaram. Em novembro, a receita total caiu 2,6% em termos reais frente ao mesmo mês do ano anterior, e a receita líquida recuou 4,8%, pressionada principalmente pela queda em concessões, dividendos e participações.

Menos arrecadação em novembro

O resultado de novembro reflete a combinação de queda real de 4,8% da receita líquida e alta de 4% das despesas totais em relação ao mesmo mês de 2024.

De acordo com o Tesouro Nacional, o recuo das receitas foi influenciado sobretudo pela redução de 52,5% das receitas não administradas, equivalente a R\$ 16,7 bilhões. O movimento foi puxado pela diminuição dos ingressos com dividendos e participações, que caíram R\$ 6,9 bilhões, e com concessões e permissões, que recuaram R\$ 4,7 bilhões.

No caso dos dividendos, o resultado decorre da ausência, em 2025, de um ingresso extraordinário de R\$ 6,1 bilhões do BNDES, registrado em novembro do ano passado. Já a retração das receitas de concessões está associada ao recebimento, em novembro de 2024, de R\$ 4,3 bilhões referentes às outorgas de usinas hidrelétricas no processo de desestatização da Copel, valor que não se repetiu neste ano.

Em sentido oposto, as receitas administradas pela Receita Federal apresentaram crescimento, com alta real de 5,2%, impulsionada principalmente pela arrecadação líquida do IRPJ (+R\$ 2,4 bilhões), do IRRF sobre rendimentos do trabalho (+R\$ 1,3 bilhão), além do avanço do IOF (+R\$ 2,6 bilhões) e da Cofins (+R\$ 1,8 bilhão).

A meta de resultado primário para 2025 é de déficit zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB, o que corresponde a cerca de R\$ 30 bilhões, conforme as regras do arcabouço fiscal. Para fins de apuração do cumprimento da meta, serão desconsiderados aproximadamente R\$ 44,4 bilhões em despesas extraordinárias, relacionadas a precatórios e ao reembolso de aposentados afetados por fraude no INSS.

Do lado das despesas, o aumento em novembro foi concentrado nas despesas discricionárias do Poder Executivo,

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/12/2025

AMAZÔNIA PODE PERDER ATÉ 50% DA VAZÃO DOS RIOS, APONTA ESTUDO

Estudo aponta que as mudanças climáticas podem impactar 90% da potência das hidrelétricas do país

Por Bruno Rosa — Rio



Belo Monte é uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo e está localizada no Rio Xingu — Foto: Roney Vieira

As mudanças climáticas, agravadas pelo aquecimento global, vão afetar a segurança energética do Brasil. A conclusão faz parte do estudo "Impacto da Mudança Climática nos Recursos Hídricos do Brasil", da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que aponta redução média nas vazões dos rios de todo o país até

2040. A região amazônica será a mais afetada, com queda de até 50%, seguida das regiões Norte e Nordeste, que, na média, terão um recuo de até 40%.

O estudo aponta ainda que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste deverão ter reduções de até 10%. De acordo com o levantamento, a redução na vazão dos rios é causada pelo aumento da temperatura, pela alteração no regime de chuvas e pelo crescimento da evapotranspiração, quando há perda de água do solo e da vegetação para a atmosfera, intensificada pelo calor.

Segundo especialistas, o volume de chuvas impacta diretamente a vazão média dos rios e, por consequência, a geração de energia das hidrelétricas, que hoje somam 43,7% da capacidade instalada, de acordo com dados do Operador Nacional do Sistema (ONS). "Sendo as hidrelétricas a principal matriz energética do Brasil, impactos nesse setor são preocupantes, já que os prejuízos decorrentes podem inviabilizar projetos existentes e planejados, caso não sejam consideradas as projeções climáticas", traz um dos trechos do estudo.

No geral, o levantamento aponta que as mudanças climáticas podem impactar, de alguma forma, 90% da potência instalada e planejada das hidrelétricas do país, com a redução das vazões médias afluentes. "No Brasil, de forma especial, a segurança hídrica está diretamente relacionada à segurança energética e alimentar, visto que grande parte da energia é produzida em usinas hidrelétricas e o país se posiciona como um dos maiores produtores de alimentos do planeta", destaca o estudo.

A ANA e UFRGS alertam para a região Norte. "Dentre os empreendimentos existentes, os maiores impactos se concentram nas usinas com maior potência instalada, a maioria delas localizada na bacia amazônica", diz o estudo. O levantamento aponta que os impactos na vazão serão mais intensos nos rios Juruá, Purus, Tapajós e Xingu, todos afluentes do Rio Amazonas. "Enquanto a precipitação pode reduzir entre 10% e 15% na região, a vazão média pode diminuir até 50% nas bacias dos rios Xingu, Juruá e Purus", exemplifica o estudo.

O Xingu conta com a usina de Belo Monte, uma das maiores do mundo. "A água é o elemento mais sensível e imediato por meio do qual os impactos das mudanças climáticas se manifestam", diz o documento. O levantamento lembra que pode ocorrer aumento do grau de intermitência (rios totalmente secos em períodos do ano) na Região Nordeste. "Além disso, espera-se um aumento (de

até dois meses) na duração de períodos de escassez hídrica, quando a vazão disponível no rio é menor que a atualmente utilizada como referência no planejamento dos usos da água”, aponta.

O estudo lembra ainda que não há apenas impacto na geração de energia elétrica. A mudança no regime de chuvas vai afetar em cheio a agricultura. O levantamento aponta que 90% da agricultura atualmente é irrigada por pivôs. O estudo cita impactos ainda em 10% do cultivo de arroz e em 90% do cultivo de sequeiro (algo que depende da chuva para a agricultura, sem irrigação). “O aumento da frequência e intensidade dos extremos, associado às mudanças climáticas, evidencia que gerir a água de forma sustentável e adaptativa não é apenas uma medida técnica, mas uma necessidade estratégica para garantir segurança hídrica, alimentar, energética e ambiental no Brasil.”

Com os eventos climáticos extremos se tornando cada vez mais frequentes, o estudo lembra também do grande volume de chuvas em curto período de tempo. As projeções mostram aumentos na chuva máxima em todos os centros urbanos, com a região Sul indicando alta entre 5% e 25%, enquanto as regiões Norte e Nordeste “indicam as maiores projeções de alteração”, com aumento de pelo menos 40% na chuva máxima de um dia

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/12/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

DE EMPRESA FAMILIAR A GIGANTE QUÍMICO: GRUPO OCQ CRESCE COM AQUISIÇÕES E FATURA R\$ 6 BI

Compra da Elekeiroz, em 2023, foi a grande tacada da companhia fundada nos anos 1980 por ex-funcionário da Rhodia

Por Ivo Ribeiro

Com um portfólio de 23 empresas mais uma joint venture na Índia formada neste ano, o grupo químico OCQ, fundado por um ex-funcionário da antiga Rhodia no Brasil, tem uma trajetória de crescimento calcada em aquisições e fusões no setor. A origem se deu em 1984, com Francisco Fortunado e os irmãos Domingos e Sérgio ao fundar a Oswaldo Cruz Química, em São Paulo, cuja sigla do nome tornou-se a marca do grupo a partir de 1999.

Francisco era vendedor, mas não de produtos químicos. “Vendia elásticos para confecções no Brás, bairro de São Paulo, a fim de custear a faculdade de Engenharia Química”, relatou em entrevista à publicação da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química) em maio. Criou a empresa ao perceber a necessidade de adesivos especiais no mercado. O nome veio da Faculdade Oswaldo Cruz, onde estudou. No ramo químico começou na venda de soda cáustica. “Foi minha primeira escola no segmento”, relatou.



Atualmente, com faturamento consolidado em torno de R\$ 6 bilhões, o OCQ está presente em nove países, incluindo o Brasil. O faturamento deste ano deve ficar no mesmo patamar do obtido em 2024, devido à desvalorização do dólar e ao ciclo de baixa mundial do setor químico e petroquímico, com queda dos preços.

Instalações industriais da fabricante química Elekeiroz, do grupo OCQ, em Várzea Paulista (SP)
Foto: OCQ/Divulgação

No Brasil está presente em oito Estados e opera 15

unidades industriais — 14 no País e a Noren Plast, na Argentina, especializada em resinas acrílicas para os mercados de tintas e celulose.

O comando da gestão do OCQ, um dos maiores grupos do setor químico da América Latina, ainda é familiar. Francisco e seu irmão Domingos Fortunato Neto são co-CEOs, e quatro integrantes da segunda geração (dois de cada ramo familiar) estão em cargos de diretoria, informa Fillipo Fortunato, diretor de aquisições e fusões e estratégia. Um dos três sócios originais deixou a companhia algum tempo depois.

A grande tacada do grupo se deu em 2023, quando fez a aquisição da Elekeiroz, a indústria química mais longeva do País: foi fundada em 1894 como Queiroz Moura & Cia. Ltda. pelo farmacêutico Luiz Pinto de Queiroz. Líder em produtos químicos intermediários na América Latina, a companhia pertenceu ao grupo Itaúsa durante 36 anos, até 2018, quando foi vendida ao fundo americano H.I.G. Capital.

O negócio, que praticamente dobrou o tamanho do grupo OCQ, de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 4,6 bilhões, teve um “Enterprise Value” (valor total de uma empresa, considerando preço das ações mais dívida líquida) de R\$ 900 milhões, disse Fortunato, filho de Francisco, em entrevista ao Estadão. “Foi uma aquisição muito estratégica, pois a Elekeiroz produz muitos intermediários químicos dos quais somos consumidores”, afirma.

O novo ativo permitiu ao grupo entrar no mercado petroquímico e verticalizar suas operações. A Elekeiroz manteve gestão independente, devido ao seu porte e relevância, desde a compra em 2023. A fabricante de produtos petroquímicos intermediários gera cerca de 40% do faturamento total do grupo.

Atualmente, a capacidade de produção total do OCQ é de 615 mil toneladas, entre insumos e produtos finais. Em oito das empresas do portfólio — Oswaldo Cruz Química, Elekeiroz, Vetta Química, Fortbanco, A&S Technologies, Noren Plast e BR Resinas —, o grupo tem controle total ou majoritário. Nas demais, se posiciona como co-controlador ou investidor minoritário, operando em parceria com outros sócios e grupos econômicos.

O OCQ continua em sua estratégia. Neste ano, foram incorporadas duas novas empresas ao portfólio e a Fortmax, joint venture com a indiana Thermax Chemical. O grupo brasileiro ficou com 49% do capital da Formax, que pode fabricar 100 mil toneladas ao ano e atua em um mercado sete vezes maior que o do Brasil: tintas para revestimentos.



Fillipo Fortunato, diretor de M&A (Fusões e Aquisições) do grupo químico e brasileiro OCQ Foto: OCQ/Divulgação

A estratégia do OCQ é a verticalização dentro do setor químico, indo das matérias-primas intermediárias até produtos finais, como as resinas acrílicas, PVA e poliéster. As aquisições neste ano foram da RevoChemical e da Totalsilco, que visam fortalecer a presença do OCQ em especialidades químicas e ampliar a atuação em mercados de alto valor agregado.

“Buscamos combinar inovação tecnológica, crescimento orgânico e aquisições estratégicas para consolidar em química de especialidades e soluções sustentáveis”, diz o diretor de fusões e aquisições do OCQ. No todo, os investimentos em 2025 vão totalizar R\$ 100 milhões, entre aquisições, expansões e novos equipamentos, informa a empresa.

Embora o executivo evite falar dos grandes concorrentes, que diz serem em muitos casos fornecedores ou clientes, a OCQ compete com gigantes do setor, caso de Inova, Basf, Braskem, Dow e Yara e com Unigel, Indurama (ex-Oxiteno) e várias fabricantes. A companhia está presente em diferente setores e indústrias consumidores, como construção civil, tintas e vernizes, têxtil,

automotivo, mineração, adesivos, calçados, madeira, pneus, embalagens, papel e fertilizantes, dentre outros.

Fillipo Fortunato diz que a situação financeira do grupo é bem confortável atualmente. A alavancagem, que foi a 2,5 vezes na relação de dívida líquida sobre o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) quando da aquisição da Elekeiroz, reduziu à metade. “Este ano está abaixo de 1,3. A dívida líquida é de R\$ 700 milhões e estamos gerando Ebitda de R\$ 500 milhões”, informou o executivo.

O grupo é controlado pela holding Dofra (de Domingos e Francisco), com três unidades de negócios: o OCQ menos Elekeiroz, a área de distribuição Vetta e a Elekeiroz, que é dona de uma fábrica em Várzea Paulista (SP) e duas em Camaçari (BA).

O tarifaço de Donald Trump, presidente dos EUA, sobre as importações de produtos brasileiros pelo país, segundo Fortunato, não atingiu o OCQ, que embarca ao exterior apenas 5% do faturamento e quase nada ao mercado americano. “Indiretamente, atingiu clientes nossos em setores que exportam aos EUA, caso de fabricantes de madeira, móveis e celulose.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/12/2025

CSN GANHA ALÍVIO DE CAIXA COM FINANCIAMENTO DE R\$ 1,13 BI DO BNDES PARA SIDERÚRGICA DE VOLTA REDONDA

Controlada da família Steinbruch, empresa enfrentou problemas de produção a partir de 2023 e teve fazer plano de modernização de quase R\$ 8 bilhões

Por Ivo Ribeiro e Daniela Amorim (Broadcast)

Como parte do programa de modernização e reconstrução de sua usina siderúrgica Presidente Vargas, situada em Volta Redonda (RJ), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da família Steinbruch, recebeu financiamento de R\$ 1,13 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O banco estatal de fomento informou a aprovação do crédito nesta segunda-feira, 29.

Os recursos, segundo o BNDES, vão ser utilizados no projeto de modernização de três unidades de produção da usina da CSN em Volta Redonda, que tem capacidade de produção de 5,8 milhões de tonelada de aço bruto por ano, nos tipos planos e longos. As linhas de produção passaram a ter problemas no início 2023, afetando a produção de aço bruto da siderúrgica.

Em razão disso, a CSN teve de recorrer à importação de placas (produto semiacabado) para poder atender a seus clientes em diversos setores — máquinas e equipamentos, embalagens, automotivo, linha branca, entre outros. A empresa anunciou, na época, um plano de investimento na usina de quase R\$ 8 bilhões, até 2028.



Além de modernizar várias linhas produtivas, começou a reconstruir boa parte da usina que estava com equipamentos obsoletos. Procurada, a CSN não se manifestou sobre o empréstimo do BNDES.

Instalações da Usina Presidente Vargas, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ): empréstimo de R\$ 1,13 bilhão do BNDES Foto: CSN/Divulgação

Segundo comunicado do BNDES, o crédito aprovado à CSN prevê R\$ 500 milhões, no âmbito do programa BNDES Mais Inovação, para aquisição de máquinas e equipamentos com características

inovadoras e bens de informática, além de contratação de serviços tecnológicos para Internet das Coisas (IoT).

Os demais R\$ 625,8 milhões, acrescenta o banco de fomento, são provenientes da linha Finem e são voltados à modernização das plantas de sinterização de minério de ferro na Usina Presidente Vargas, que foi instalada a partir de 1941 e entrou em operação em 1946. Parte dos recursos será desembolsada como reembolso de investimentos já feitos desde 2023, conforme previsto nas regras de contratação de crédito.

Alavancagem e venda de ativos

Financiamentos do BNDES a setores de fabricação de aço, celulose, mineração, petroquímica e outros de grande porte são comuns, porque são atividades de capital intensivo — requerem somas vultosas de investimento em novos projetos, em expansões ou em modernizações de fábricas.

Para a CSN, a aprovação tem grande relevância, pois a empresa não acessava há tempos as linhas tradicionais para indústria do banco. Segundo apurou o Estadão, houve suspensão de liberação devido a questionamentos sobre “problemas ambientais” da parte da usina de Volta Redonda, que afetaram aprovação de créditos, além de outras questões envolvendo a empresa e o banco. Isso parece superado, e a empresa passa a ter esse selo de credibilidade com o BNDES.

O financiamento, atualmente, com reembolso de parte já investida, é um alívio ao caixa, pois a empresa atravessa um ano de alavancagem alta, com uma dívida líquida (valor bruto menos o caixa) de R\$ 37,5 bilhões, conforme dados do balanço do terceiro trimestre. Como mais de R\$ 600 milhões são de devolução de valores já aportados pela CSN, o empréstimo tem impacto quase neutro na dívida líquida da companhia.

O nível de endividamento da empresa, em 30 de setembro, levou a agência de classificação de risco S&P Global Ratings, em novembro, a rebaixar seus ratings de ‘brAA+’ para ‘brAA’ e colocá-los em observação (CreditWatch negativo). Para a agência, a companhia não vem conseguindo reduzir seu nível de alavancagem e apontou como necessário, no curto prazo, por exemplo, venda de ativos de seu portfólio.

A CSN decidiu logo após a nota da S&P e anunciou que estava vendendo parte de suas ações na ferrovia MRS Logística para a sua controlada CSN Mineração (CMIN), que está listada na B3. Isso foi uma forma de reforçar seu caixa, uma vez que não podia — por se tratar de empresas diferentes, embora seja a controladora — acessar o caixa de mais de R\$ 13 bilhões da mineradora de ferro.



Benjamin Steinbruch, principal acionista e CEO da CSN: companhia tem portfólio variado de ativos que gera alternativas de operações para reduzir alavancagem Foto: Christina Rufatto

O negócio foi consumado na semana passada, com a CSN vendendo para a CMIN o equivalente a 11,2% de participação societária na companhia de ferrovia MRS, em duas tranches, por até R\$ 3,35 bilhões. A CMIN, que já era acionista, e tem seu minério transportado pela ferrovia até o terminal de Itaguaí (RJ), passou a deter 29,91% do capital social (ações ON mais PN) da MRS. A CSN, sem perder direitos de votos no bloco de controle, ficou com 7,59%.

A operação de venda das ações ajudou a reforçar o caixa da CSN, mas o mercado, e a agência de rating S&P, aguardam que o principal acionista e CEO da companhia, Benjamin Steinbruch, anuncie em 2026 outros movimentos que reduzam a alavancagem da empresa para menos de três vezes a relação entre dívida líquida e o Ebitda (sigla em inglês de lucro antes de juro, impostos, depreciação e amortização).

O empresário disse em reuniões com analistas de bancos que a CSN tem outras alternativas para reduzir a alavancagem financeira. No médio prazo, para menos de três vezes na relação dívida Líquida sobre Ebitda. Argumenta que a empresa é dona de um portfólio variado de ativos, em vários setores. Segundo a S&P, o nível atual é preocupante, requer novos passos e prevê nova avaliação da siderúrgica em 90 dias.

Descarbonização

O financiamento atende ao objetivo do governo de investir na descarbonização da indústria, resultando na melhoria da qualidade do ar no entorno da fábrica em Volta Redonda, segundo José Luis Gordon, diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES. “Além disso, o projeto inclui o reaproveitamento de matéria-prima e fortalece a cadeia produtiva nacional de equipamentos”, disse o executivo do banco, em nota do banco à imprensa.

O projeto, informa o comunicado, prevê a implantação de sistemas de despoeiramento e outras iniciativas voltadas à descarbonização, o que levará a uma redução das emissões nas três unidades de sinterização da usina. Os investimentos visam atender às obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado pela CSN com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) para adequar os parâmetros previstos nas normas ambientais vigentes, explicou o banco de fomento.

Segundo Helena Guerra, Diretora de Sustentabilidade e Meio Ambiente da CSN, na nota, a empresa está avançando para uma etapa estratégica de modernização da usina, em Volta Redonda, com sistemas de despoeiramento e outras iniciativas voltadas à descarbonização dos seus processos de produção.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/12/2025

BANCO CENTRAL RESPONDE AO TCU SOBRE QUESTIONAMENTO QUE APONTA ‘PRECIPITAÇÃO’ EM LIQUIDAR MASTER

Na última quinta-feira, 18, ministro da Corte deu 72h para BC justificar ‘medida extrema’ e levantou hipótese de travar ações futuras sobre ativos da instituição controlada por Vorcaro

Por Lavínia Kaucz (Broadcast)

BRASÍLIA – O Banco Central enviou ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma resposta ao despacho do ministro Jhonatan de Jesus que questionou a liquidação do Banco Master, decretada em novembro.

O TCU informou que a resposta foi protocolada às 13h40 desta segunda-feira, 29, e juntada ao processo às 16h22. O conteúdo da manifestação está sob sigilo, assim como o restante do processo.

Em despacho na última quinta-feira, 18, o ministro do TCU deu 72 horas para a autarquia justificar a “medida extrema” e levantou a hipótese de travar ações futuras sobre os ativos da instituição financeira controlada por Daniel Vorcaro.



Avaliação interna do BC é de que autarquia cumpriu rigorosamente todo o rito legal necessário para decretar a liquidação do Master, sem 'queimar etapas' Foto: Wilton Junior/Estadão

No documento do TCU, o ministro aponta uma suposta “precipitação” do BC e sugere que o órgão regulador do sistema financeiro pode ter errado ao ignorar soluções de mercado que salvariam o banco sem uso de recursos do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

A avaliação do TCU, no entanto, contrasta frontalmente com

as evidências de fraude de R\$ 12,2 bilhões que fundamentaram a intervenção. As investigações do BC e da Polícia Federal sobre o Master apontam que o banco comprou falsas carteiras de crédito da empresa Tirreno, sem o cuidado de verificar a solidez dos ativos.

Jhonatan de Jesus argumenta que o BC teria demorado a analisar alternativas de reorganização societária. O ministro cita especificamente que, meses antes da liquidação, houve uma proposta de aquisição do Master pelo Grupo Fictor, no valor de R\$ 3 bilhões.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o Banco Central recebeu o pedido de explicações com tranquilidade. A avaliação interna é de que a autarquia cumpriu rigorosamente todo o rito legal necessário para decretar a liquidação, sem “queimar etapas”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/12/2025

CASO MASTER: DELEGADA DA PF QUE PEDIU PRISÃO DE VORCARO VAI CONDUZIR INTERROGATÓRIOS DA ACAREAÇÃO

Diretor-geral da PF manteve investigação sob os cuidados de delegada que deu início à apuração das irregularidades na venda do Master ao BRB

Por Aguirre Talento

BRASÍLIA – Autora do pedido de prisão preventiva do banqueiro Daniel Vorcaro, a delegada da Polícia Federal Janaína Palazzo será a responsável por conduzir a acareação entre o dono do Banco Master, o ex-presidente do Banco Regional de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa e o diretor de fiscalização do Banco Central, Ailton de Aquino, marcada para esta terça-feira, 30.



Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, deixou o Centro de Detenção Provisória, em Guarulhos, em novembro Foto: Fábio Vieira/Estadão

A acareação foi determinada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, relator da investigação após o envio do caso para a Corte. Toffoli havia também pedido ao diretor-geral da PF, Andrei Passos Rodrigues, para designar um delegado para a condução das diligências.

Andrei decidiu manter a delegada que conduzia o caso desde o início, a chefe da Delegacia de Inquéritos Especiais da Superintendência da PF em Brasília, Janaína Palazzo. Ela apontou à Justiça Federal a existência de irregularidades na venda de falsas carteiras de crédito consignado do Banco Master para o BRB por R\$ 12,2 bilhões. Com base nos indícios colhidos, a delegada pediu à Justiça Federal a prisão preventiva de Vorcaro e outros dirigentes do Master.

Ele foi preso em 17 de novembro por ordem da 10.^a Vara Federal de Brasília, e solto no dia 29 do mesmo mês após um habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 1.^a Região (TRF-1). Dias depois, a investigação foi enviada ao Supremo Tribunal Federal por causa da apreensão de um documento com Vorcaro que citava um deputado federal, como revelou o Estadão.

Vorcaro vai pessoalmente à acareação

A previsão é que os principais personagens da acareação, Vorcaro e o ex-presidente do BRB, compareçam pessoalmente ao ato.



A expectativa de quem vai participar da acareação é que a delegada vai, inicialmente, realizar o interrogatório de cada um dos três envolvidos para, em seguida, confrontá-los sobre pontos divergentes caso seja necessário.

Não foi divulgado um formato oficial para o ato e mesmo os participantes não sabem os detalhes do procedimento porque se trata de uma diligência nunca antes realizada –pela lei, uma acareação só costuma ser feita depois que são identificadas divergências na colheita inicial dos depoimentos. Nesse caso, porém, nenhum dos três até agora havia sido ouvido.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) havia se manifestado contra a realização do ato sob o argumento de que era necessário, primeiro, colher os depoimentos de cada um dos envolvidos nos fatos, o que ainda não ocorreu.

Toffoli, porém, rejeitou o recurso e manteve a realização do ato. Em uma de suas decisões, ele escreveu que os depoimentos serão conduzidos pela autoridade policial e que um juiz instrutor do seu gabinete vai organizar e acompanhar os interrogatórios. De acordo com fontes que acompanham o caso, a expectativa é que esse juiz instrutor seja o desembargador Carlos von Adamek, um dos mais próximos de Toffoli.

O processo estava paralisado no STF. A PGR pediu que a Polícia Federal finalizasse a análise do celular apreendido de Vorcaro para verificar se havia outros elementos de prova envolvendo autoridades com foro privilegiado, o que justificaria a manutenção do caso no STF ou a devolução para a primeira instância. Antes disso ocorrer, porém, Toffoli decidiu determinar novas diligências e marcou a acareação.

O Banco Central também recorreu contra a acareação e pediu esclarecimentos para saber se Aquino vai depor como testemunha ou como investigado. Um dos receios da instituição é que a condução do processo por Toffoli abra brecha para anular a liquidação do Master.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/12/2025

TEMOS DE PRIORIZAR O TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS

Por Cláudio Considera

Há algumas conquistas que atestam o avanço de um país, em vários aspectos, como conforto, nível de serviços e segurança. Então, aproveitando que estamos ingressando em 2026, sugiro que o Brasil volte a tratar com seriedade o transporte ferroviário, fundamental em países com dimensões continentais.

Transportar safras bilionárias do agronegócio por via rodoviária, em caminhões, é um absurdo que contribui para acidentes letais, congestionamento de estradas e perda de parte dos grãos. Não oferecer bons trens de passageiros para viagens dentro e fora dos Estados, é um desrespeito para com os consumidores.

O tão anunciado e nunca concretizado trem-bala entre São Paulo e Rio de Janeiro, agora é prometido para 2032. Entre idas e vindas, faz mais de 36 anos que um empresário ganhou a concessão para um trem de alta velocidade entre as duas maiores cidades do Brasil.

Não devo ser o único saudosos do Trem de Prata, que por quase quatro anos ligou as capitais paulista e fluminense. Segundo especialistas, esse trajeto foi encerrado pela concorrência das passagens aéreas mais baratas.

Em torno das estações ferroviárias, muitas cidades se desenvolveram no Brasil. Com o sucateamento do transporte ferroviário, que começou na década de 1950, as estações foram se deteriorando. Algumas foram reaproveitadas para outras atividades, outras simplesmente destruídas.

Esse sucateamento não ocorreu por acaso, com investimentos maciços no transporte rodoviário, a fim de atrair montadoras de veículos para o Brasil.

Foi bom para o consumidor? Não, certamente não. Até hoje, a malha aérea para o interior do Brasil é bem limitada. E a cada nova crise no segmento de transporte de passageiros por avião, essa malha é reduzida.

O modal de transportes deveria ser bem variado, aproveitando características brasileiras, como a grande quantidade de rios, lagos e canais. Mas as hidrovias também não avançam pela falta de investimentos e pela integração intermodal ineficiente.

Seria uma grande notícia para todos os brasileiros se houvesse um efetivo investimento em ferrovias e hidrovias. Se fossem resolvidos os problemas do transporte aéreo. E se as rodovias fossem mais bem utilizadas.

O deslocamento dentro do país ficaria mais rápido, seguro, confortável e barato. Haveria menos acidentes, poupando vidas e evitando que o Sistema Único de Saúde (SUS) tenha de despender grande parte de seus recursos com os sequelados em acidentes de trânsito.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/12/2025

ANO FOI MARCADO PELA VITÓRIA DO PRAGMATISMO NO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

Diante do fato econômico mais relevante do ano que se encerra, a economia brasileira demonstrou resiliência e competitividade

Por Luiz Carlos Trabuco Cappi

O ano de 2025 entra para a história como aquele em que a economia global e seu principal alicerce, o comércio, foram surpreendidos pelo impacto do tarifaço sem precedentes imposto pelos Estados Unidos a mais de 180 países. Foi uma sucessão de anúncios com barreiras tarifárias sempre maiores.

No caso brasileiro, a tarifa inicial de 10% foi estabelecida pelo em 5 de abril, no anúncio do chamado Liberation Day. Em seguida, em julho, foi ampliada em mais 40%, representando uma dificuldade quase intransponível para o acesso dos produtos brasileiros ao principal mercado consumidor do mundo.

Essa quebra de paradigma provocou apreensão sobre o futuro da economia mundial, a princípio. Mas, em lugar de abater, despertou reações em todas as partes do mundo. A alternativa brasileira foi evitar o confronto, a retaliação e buscar o diálogo. O que prevaleceu foram a temperança, a paciência e as declarações parcimoniosas. Com movimentos estratégicos coordenados de empresas

exportadoras e importadores americanos de vários setores, bem como das autoridades e da diplomacia, o Brasil pôde superar aos poucos o cenário desafiador.

Em novembro, conseguiu a suspensão da taxa de 40%, abrindo as negociações para um cenário de plena normalidade.

Neste ano do tarifaço, a estimativa é de recorde nas exportações, com a marca de US\$ 345 bilhões Foto: Márcio Fernandes/Estadão



Louve-se a força comercial das companhias brasileiras. À medida em que o mercado americano se tornou mais restrito, muitas empresas conseguiram ampliar as vendas a países com os quais já mantinham relações comerciais e, ao mesmo tempo, abrir novas fronteiras de negócios.

A resultante dessas operações é a qualidade e a competitividade dos produtos nacionais. Neste ano do tarifaço, a estimativa é de recorde nas exportações, com a marca de US\$ 345 bilhões. A corrente comercial com o mundo chegará a US\$ 629 bilhões, com alta próxima de 10% sobre 2024, graças ao incremento dos negócios e a abertura de mercados em 80 países nos últimos três anos. Até a primeira quinzena de dezembro, o saldo anual da balança comercial brasileira superava os US\$ 61,1 bilhões.

Diante do fato econômico mais relevante do ano que se encerra, a economia brasileira demonstrou resiliência e competitividade. Ao encaminhar temas complexos com pragmatismo, o Brasil tem motivos para expectativas positivas. O tarifaço deixa como lição a importância da humildade e da paciência na gestão de cenários agressivamente desafiadores, e assim evitar que a pressa do curto prazo vire um problema de longo prazo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/12/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

CHINA ANUNCIA REDUÇÃO DE TARIFAS DE IMPORTAÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS A PARTIR DE 2026

Redução das taxas de importação vai contemplar commodities baseadas em recursos naturais e produtos médicos, por exemplo

Por Reuters — Pequim 29/12/2025



Porto em Xangai, China — Foto: Nelson Ching/Bloomberg

A China anunciou nesta segunda-feira (29) ajustes tarifários para alguns produtos a partir do próximo ano, incluindo a redução das taxas de importação de commodities baseadas em recursos naturais, como pólvora negra reciclada para baterias de íon-lítio.

O país também reduzirá as taxas sobre produtos médicos, incluindo vasos sanguíneos artificiais e kits de diagnóstico para certas doenças infecciosas, de acordo

com um comunicado da Comissão de Tarifas Aduaneiras do Conselho de Estado.

Para 925 produtos, as taxas tarifárias de importação provisórias aplicadas serão inferiores às taxas de nação mais favorecida aplicadas a todos os países membros da Organização Mundial do Comércio, acrescentou o comunicado.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/12/2025

MINÉRIO DE FERRO SOBE 2,58% NA BOLSA DE DALIAN

Contratos para maio, os mais negociados, fecharam cotados a US\$ 113,32 por tonelada

Por Valor — São Paulo



— Foto: Rich Press/Bloomberg

Os preços do minério de ferro subiram nesta segunda-feira (29), impulsionados pelas expectativas de uma demanda mais forte.

Os contratos do minério de ferro para maio, os mais negociados, fecharam com alta de 2,58% na Bolsa de Dalian, cotados a 796,50 yuans (US\$ 113,32) a tonelada.

A melhoria na rentabilidade das siderúrgicas chinesas está alimentando as esperanças de uma recuperação na produção de minério de ferro, afirma a Hanhua Futures.

Embora os estoques de minério de ferro continuem a aumentar nos portos, os estoques nas siderúrgicas ainda estão em níveis baixos, deixando espaço para novos reabastecimentos, acrescenta.

Data: 29/12/2025

BRASIL PROJETA NOVA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES COM INTEGRAÇÃO ENTRE MODAIS

PNL 2050 coloca ferrovias e hidrovias no centro do futuro logístico do país, amplia rotas de voos regionais e melhora estruturas das estradas

Por Governo Federal



Com previsão de conclusão em 2028, a Mara Rosa (GO) faz parte da Ferrovia de Integração Centro-Oeste e ligará a produção agrícola do centro do país aos portos da Bahia — Foto: Felipe Brasil/Ministério Transportes

Com o desafio de equilibrar uma matriz de transportes historicamente concentrada nas rodovias, o Brasil projeta uma reestruturação logística para fortalecer ferrovias, hidrovias, portos e conexões multimodais para melhorar o escoamento do setor produtivo. O Plano Nacional de Logística (PNL) 2050 reúne diretrizes e investimentos que

buscam reduzir custos, ampliar competitividade e garantir que a infraestrutura acompanhe as demandas crescentes da economia brasileira.

O PNL 2050, lançado pelo Ministério dos Transportes, quer reposicionar o país na rota dos modais eficientes, sobretudo para o escoamento do setor produtivo. Ferrovias, hidrovias e cabotagem são apresentadas como alternativas para reduzir custos e melhorar a competitividade. “A cada cinco anos, atualizamos e aprimoramos os planos de transporte rodoviário e ferroviário. Com isso, conseguimos integrar os diversos modais de maneira mais lógica, conectando-os por meio de corredores logísticos. O PNL 2050 traz dados relevantes, com uma matriz que realmente retrata a realidade do país”, afirma o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro.

A análise revela dificuldade de abastecimento interno, saturação de corredores rodoviários e aeroportuários e ausência de integração territorial. Para Jorge Bastos, presidente da Infra S.A., o novo plano marca um ponto de inflexão. “É fundamental que o Brasil tenha uma carteira estruturada de projetos, porque, sem projetos, mesmo com recursos disponíveis, a execução demora. O PNL dará a diretriz necessária para que possamos realizar esses projetos”, explica.

Investimentos em voos regionais

A necessidade de uma melhora logística na aviação regional é um dos principais focos, sendo que o Ministério de Portos e Aeroportos identificou que a concentração excessiva de rotas nos grandes centros está deixando regiões inteiras desconectadas. Para se ter ideia, atual mente, no Norte do país as distâncias inferiores a 100 quilômetros podem exigir mais de 20 horas de deslocamento, como no trajeto entre Porto Velho (RO) e Manaus (AM), devido à falta de voos diretos. Para enfrentar o problema, o governo quer ampliar rotas regionais, incentivar o turismo e reduzir distorções tarifárias, em um esforço para apoiar setores que dependem do transporte rápido, como a agroindústria.

Para romper a fragilidade da matriz atual, o PNL 2050 coloca as ferrovias e as hidrovias no centro do futuro logístico do país. Hoje, apenas um terço do potencial navegável brasileiro é explorado, desperdiçando um modal mais barato e menos poluente como a cabotagem. Do lado ferroviário, mais de 30% dos trilhos permanecem abandonados. O governo tenta reverter esse cenário com a Política Nacional de Concessões Ferroviárias, que organiza regras de governança, sustentabilidade e financiamento.

A carteira atual prevê oito leilões ferroviários, somando mais de nove mil quilômetros de trilhos e um volume estimado de R\$ 140 bilhões em investimentos diretos, com potencial de alavancar R\$ 600 bilhões ao longo da maturação dos projetos. “Hoje, portos, rodovias e ferrovias estão conectados à estratégia do PNL, e, com recursos, legislação, governança e vontade política, podemos desenvolver o setor de infraestrutura no país”, afirma Leonardo Ribeiro, secretário nacional de Transporte Ferroviário.

Estradas mais estruturadas

Mesmo com os planos de expansão de ferrovias e hidrovias, as estradas continuarão essenciais para a economia brasileira. A Pesquisa CNT de Rodovias 2025 mostra avanço relevante: 37,9% dos 114 mil quilômetros avaliados foram classificados como ótimos ou bons, um salto de cinco pontos percentuais em relação ao ano anterior, enquanto as vias ruins ou péssimas caíram de 26,6% para 19,1%. Em paralelo, o Ministério dos Transportes realizou 22 leilões de rodovias em menos de três anos, concedendo mais de 10 mil quilômetros e contratando R\$ 247 bilhões em investimentos.

NÚMEROS DE CADA MEIO DE TRANSPORTE		
FERROVIAS	RODOVIAS	LEILÕES RODOVIÁRIOS
 + 8 LEILÕES FERROVIÁRIOS	 RODOVIAS CONSIDERADAS ÓTIMAS OU BOAS 2024: 32,9% 2025: 37,9%	 ÚLTIMOS TRÊS ANOS: 22 LEILÕES
 + 9 MIL QUILÔMETROS DE TRILHOS	 RODOVIAS CONSIDERADAS RUINS OU PÉSSIMAS 2024: 26,6% 2025: 19,1%	 10.009 KILÔMETROS CONCEDIDOS
 + R\$ 140 BILHÕES EM INVESTIMENTOS DIRETOS	DADOS DA PESQUISA CNT DE RODOVIAS, QUE POR MEIO DE LEVANTAMENTO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE AVALIOU 114.197 KILÔMETROS	 R\$ 247 BILHÕES EM INVESTIMENTOS
 + R\$ 600 BILHÕES AO LONGO DO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS		 EM 2026: + 13 LEILÕES
		 + R\$ 148 BILHÕES ADICIONAIS

Números de cada meio de transporte — Foto: Arte

Para 2026, estão previstos mais 13 leilões, que podem adicionar outros R\$ 148 bilhões. Apesar disso, especialistas alertam que os avanços convivem com estradas saturadas, frota crescente e um risco permanente de repetição dos gargalos, caso não haja integração entre os modais. “Planejar é extremamente importante, não apenas para dar previsibilidade a investidores e à população, mas também para definir onde investir e quando realizar obras. Isso impacta diretamente no custo do investimento”, ressaltou a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse.

Portos fora do eixo Santos ganham espaço estratégico

O PNL 2050 também tenta reorientar o mapa portuário do país. Por décadas, cargas vindas do Norte e do Nordeste foram obrigadas a passar pelo Porto de Santos para acessar o mercado internacional, mesmo quando havia alternativas economicamente mais vantajosas. O plano quer ampliar o protagonismo de terminais como Suape (PE) e Paranaguá (PR) e integrar melhor estradas e ferrovias à infraestrutura portuária. Um diagnóstico detalhado da Infra S.A. mapeou custos, receitas e perfis de carga de todos os terminais brasileiros, criando a base para políticas de expansão e modernização. O documento está em consulta pública e receberá contribuições de especialistas, empresas e cidadãos. Para contribuir, basta acessar a plataforma Participe + Brasil até o dia 18 de janeiro de 2026. Após a conclusão do período de consulta pública, serão definidos os cenários--meta preliminares, etapa que orientará a priorização dos projetos e a consolidação das diretrizes do plano, antes de sua incorporação às metas do Programa de Integração Tributária (PIT).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/12/2025

INTERFERÊNCIAS DO STF E DO TCU NA LIQUIDAÇÃO DO BANCO MASTER ACENDEM ALERTA NO FMI E NO BANCO MUNDIAL

Ações para rever processo devem levar técnicos do FMI a rebaixar avaliação da solidez financeira do Brasil

Por Alex Ribeiro, Valor — São Paulo



O ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

As ações do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Contas da União (TCU) para rever o processo de liquidação do Banco Master devem pesar negativamente na avaliação sobre a solidez do sistema financeiro brasileiro que está sendo feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial.

Segundo fontes com conhecimento das consultas técnicas feitas em Brasília e Washington, o episódio foi levantado na visita que a delegação do FMI e do Banco Mundial fez em meados de dezembro ao Brasil para a elaboração do Financial Sector Assessment Program (FSAP) do Brasil.

O relatório será atualizado, segundo fontes, para incorporar os efeitos sobre o Banco Central das investigações do Master no STF. O ministro José Antônio Dias Toffoli marcou para amanhã (30) uma acareação entre o dono do Master, Daniel Vercaro, o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa e o diretor de fiscalização do BC, Ailton de Aquino, o que fragiliza a posição do regulador perante os regulados.

A fragilidade do ambiente legal sempre foi um dos pontos levantados pelos técnicos do FMI nas conversas com as autoridades brasileiras da área econômica. Mas o Brasil historicamente sempre alegou que, embora não houvesse proteção em lei, o Banco Central é independente de fato para fazer a supervisão bancária.

As ações para rever o processo de liquidação do Banco Master colocam por terra esse argumento e devem levar os técnicos do FMI a fazer um rebaixamento da avaliação da solidez financeira do Brasil.

O FSAP, conduzido a cada cinco ou seis anos pelos principais membros do FMI, é um relatório com alta visibilidade na comunidade financeira internacional e pesa na avaliação de risco que os mercados fazem do Brasil.

Uma fonte com experiência nas interações brasileiras com organismos multilaterais de Washington diz que, na prática, uma avaliação negativa tem repercussão no prêmio de risco que os investidores cobram para investir no Brasil.

Um técnico que já participou de conversas com os organismos diz que, historicamente, o Brasil procurou mostrar que tem um arcabouço regulatório de primeiro mundo e que vem avançando a passos rápidos na implementação de todos os princípios do acordo de Basileia.

Na visita anterior ao Brasil, em 2018, as autoridades brasileiras apresentaram o projeto de lei de resolução bancária como um passo importante para sanar algumas das ressalvas feitas pelo FMI. O projeto ainda não foi aprovado no Congresso. Agora, com o caso Master, o Brasil perde esse argumento.

Além de avaliar o arcabouço em vigor, o FMI e o Banco Mundial também fazem estudos aprofundados e sugestões para aprimorar a regulação bancária e do sistema financeiro.

Um dos princípios mais cobrados é que os dirigentes e funcionários do BC tenham proteção legal para não serem responsabilizados se tiverem agido de boa-fé. Outro princípio é que as suas decisões técnicas não estejam sujeitas a revisões de outras áreas do governo e do Judiciário.

A proteção legal é para evitar que os supervisores se sintam intimidados e deixem de tomar as decisões necessárias contra bancos problemáticos - que muitas vezes têm conexões com o poder.

As decisões não devem ser revistas porque causam insegurança jurídica e, na prática, minam a confiança dos mercados de que o BC poderá agir de forma tempestiva e definitiva nas crises sistêmicas.

Fonte: Valor Econômico - SP

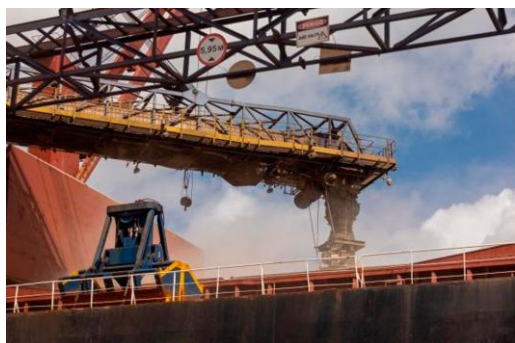
Data: 29/12/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

FRETE DE GRANÉIS SÓLIDOS FECHA 2025 EM ALTA DEVIDO AO USO DE MENOS NAVIOS

Por Nelson Moreira Navegação 28/12/2025 - 17:31



O mercado de transporte marítimo de granéis sólidos encerrou 2025 de maneira descrita como "tradicional", com as melhorias nas taxas de frete impulsionadas por menor utilização dos navios, em vez de aumento na demanda. De acordo com a Xclusiv Shipbrokers, a trajetória do mercado no último trimestre contrariou as expectativas anteriores de boom na demanda, apresentando, em vez disso, aumento nas taxas devido à absorção de tonelagem por ineficiências operacionais.

O Baltic Dry Index (BDI) encerrou o ano em 2.770 pontos, com ganho de 31% desde o final do terceiro trimestre. Os navios Capesize lideraram esse aumento, com o Baltic Capesize Index (BCI) subindo 56%, para 4.768 pontos, no mesmo período. Os índices Panamax e Supramax também registraram ganhos, de 19% e 17%, respectivamente.

O levantamento atribui esses a uma combinação de fatores, incluindo atrasos portuários, principalmente na China e no Brasil, maiores distâncias de navegação devido a mudanças geopolíticas nas rotas e desaceleração nas entregas de novos navios à frota.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/12/2025

PORTA-CONTÊINERES CRUZAM O CANAL DE SUEZ PELA PRIMEIRA VEZ APÓS DOIS ANOS

Por Nelson Moreira Navegação 28/12/2025 - 17:02



Após dois anos, dois porta-contêineres da CMA CGM cruzaram Canal de Suez, marcando a volta à região da frota mercante do grupo francês. Na terça-feira (24), o CMA CGM Jacques Saade, um dos maiores do mundo na categoria, com 400 metros de comprimento, 62 metros de boca, arqueação líquida de 231 mil toneladas e capacidade para transportar até 23 mil TEUs, partiu do Marrocos para a Malásia, enquanto o CMA CGM Adonis, com 154 mil toneladas de carga, navegou em direção ao norte. O Jacques Saade opera na rota Ásia-Norte da Europa, e o Adonis, na Ásia-Mediterrâneo.

Também cruzou o Canal o Maersk Sebarok, porta-contêineres com 318 metros de comprimento, 40 metros de boca, 14 metros de calado e 82 mil toneladas de arqueação bruta. Foi o primeiro navio da empresa a navegar pelo região após a assinatura de acordo de parceria com a Autoridade do Canal de Suez.

A navegação pelo Canal de Suez estava interrompida desde novembro de 2023, após ataques de militantes houthis do Iêmen a navios comerciais, anunciados com ato de solidariedade aos palestinos durante o conflito em Gaza. Após o anúncio de cessar-fogo em Gaza em 10 de outubro, não houve mais relatos de ataques dos houthis contra navios..

O almirante Ossama Rabiee, presidente da Autoridade do Canal de Suez, creditou a volta à região das empresas de transporte aos recentes esforços de marketing da entidade. Ele previu impactos positivos para o transporte marítimo, incentivou outras companhias a retomarem as viagens pelo Mar Vermelho e pelo Estreito de Bab el-Mandab através do canal e disse que há expectativa de aumento gradual do tráfego pela região em 2026, com os níveis retornando ao normal no segundo semestre..

A CMA CGM anunciou que planeja usar o Canal de Suez para seu serviço Indamex, entre Índia e Estados Unidos, a partir de janeiro. Já a Maersk informou que adotará uma abordagem gradual e progressiva para retomar totalmente a navegação pela rota.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/12/2025

PROJETO DE OBRAS NO PEDRAL DO LOURENÇO AVANÇA NO RIO TOCANTINS E AMPLIA BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO DA REGIÃO

Da Redação Portos e logística 28/12/2025 - 16:56



Execução das obras no Trecho 2 irá fortalecer a navegação interior e ampliar o escoamento da produção entre as regiões Norte e Centro-Oeste

O projeto do Pedral do Lourenço, no rio Tocantins, avançou com a autorização para o início das obras no Trecho 2, após decisão da Justiça Federal, no último dia 19 de dezembro, que permitiu a retomada do empreendimento. A medida ocorre após a validação do licenciamento ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

(Ibama).

Resultado de mais de 15 anos de estudos técnicos, análises ambientais e articulação institucional, o empreendimento é conduzido pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), em parceria com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), e integra a carteira de investimentos do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do Governo Federal. A iniciativa vem para fortalecer a navegação interior, ao ampliar a eficiência logística e gerar ganhos econômicos e sociais para a população da região.

Localizado em um trecho estratégico do rio Tocantins, no Pará, o Pedral do Lourenço concentra historicamente a principal limitação à navegação contínua da hidrovía Tocantins-Araguaia. A melhoria das condições nesse ponto permitirá ampliar a regularidade da navegação ao longo do ano, aumentar a segurança operacional e oferecer maior previsibilidade ao transporte hidroviário.

Com cerca de 1,7 mil quilômetros de extensão, a hidrovía conecta áreas produtoras do Norte e do Centro-Oeste ao Porto de Vila do Conde (PA), desempenhando papel fundamental na integração regional. A superação desse gargalo amplia a capacidade de escoamento da produção, contribui para a redução dos custos logísticos e fortalece a competitividade das cadeias produtivas, com impactos positivos na economia local e regional.

Para o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier, o fortalecimento da navegação interior gera efeitos diretos no cotidiano das famílias e no abastecimento dos municípios. “Quando reduzimos o custo do transporte, esse ganho se reflete no preço final dos produtos, no abastecimento das cidades e na melhoria da qualidade de vida da população. O Pedral do Lourenço faz parte de uma política pública que busca tornar a logística mais eficiente e acessível para quem vive e produz ao longo do rio Tocantins”, concluiu.

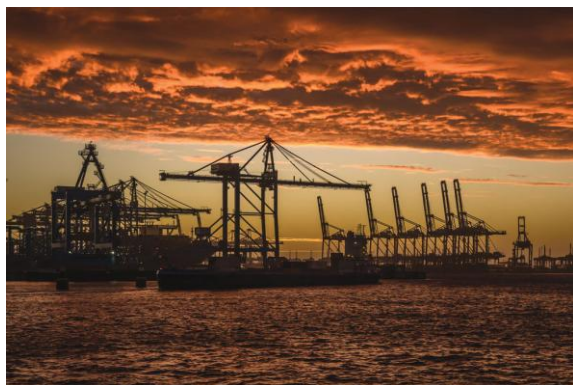
Com o avanço do projeto, além da melhoria das condições de navegação, a região passa a contar com ações de cuidado socioambiental, diálogo permanente com comunidades ribeirinhas e a construção de soluções mais adequadas à realidade local, assegurando que os benefícios da hidrovía alcancem quem vive e depende do rio Tocantins.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/12/2025

NOS ÚLTIMOS 25 ANOS, OS 20 MAIORES PORTOS DO MUNDO QUASE QUADRUPLICARAM O VOLUME TOTAL MOVIMENTADO

Da Redação Portos e Logística 27/12/2025 - 17:42



Os 20 principais portos do mundo quase quadruplicaram seu volume combinado nos últimos 25 anos: de cerca de 110 milhões de TEUs para mais de 415 milhões de TEUs anualmente, um crescimento de 3,88 vezes.

O número esconde desenvolvimentos muito diferentes em nível individual, relata a Alphaliner.

No início dos anos 2000, os portos europeus tinham uma presença dominante no ranking. Seis terminais — Rotterdam , Hamburgo , Antuérpia , Felixstowe e

Bremerhaven , no norte da Europa, juntamente com Gioia Tauro, no Mediterrâneo — representavam então 20,8% da movimentação total de contêineres nos 20 principais portos. Hoje, essa participação foi drasticamente reduzida: apenas Rotterdam e Antuérpia permanecem na lista, com uma participação combinada de 6,45%. Essa evolução reflete a perda de peso relativo da Europa em comparação com outras regiões que cresceram mais rapidamente.

Uma dinâmica semelhante é observada América do Norte no complexo Los Angeles/Long Beach (LA/LB), que era o principal ponto de entrada no Hemisfério Ocidental, com 9,5 milhões de TEUs. Embora seu volume tenha mais que dobrado, chegando a quase 19,9 milhões de TEUs, o complexo caiu para a nona posição em 2024. Como destaca a Alphaliner, os portos norte-americanos não acompanharam o ritmo de crescimento vertical observado na Ásia. O Porto de Xangai expandiu sua atividade em mais de 800% no período.

As transformações mais profundas ocorreram na Ásia. Em 2000, Xangai movimentava 5,6 milhões de TEUs. Duas décadas e meia depois, o porto quebrou todos os recordes ao ultrapassar a barreira dos 50 milhões de TEUs, atingindo 51,5 milhões em 2024 e consolidando-se como o maior porto de contêineres do mundo.

O Porto de Hong Kong liderava o ranking global no começo do século, com 18,1 milhões de TEUs. Em 2024, seu volume foi reduzido para 13,6 milhões de TEUs. No Sudeste Asiático, Singapura conseguiu manter sua posição como um importante centro global de transbordo. Ao longo do período analisado, permaneceu entre as duas primeiras posições do ranking e, em 2024, atingiu a marca de 40 milhões de TEUs, reafirmando seu papel estratégico nas cadeias logísticas internacionais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/12/2025

EM 2026, ENTRARÁ EM VIGOR UMA REGRA DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA CONTÊINERES PERDIDOS NO MAR

Da Redação Navegação 27/12/2025 - 17:34



A partir de 1º de janeiro de 2026, a notificação de contêineres perdidos no mar será obrigatória, de acordo com as novas disposições incorporadas ao Capítulo V da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS), relativas à segurança da navegação.

A medida visa melhorar a segurança marítima e proteger o meio ambiente marinho. De acordo com o último relatório do Conselho Mundial de Navegação (World Shipping Council) sobre contêineres perdidos no mar, 576 contêineres foram perdidos em 2024. O

número representa um aumento em comparação com o período anterior, em um contexto marcado por um aumento de 191% nas travessias ao redor do Cabo da Boa Esperança, devido a desvios de rotas para evitar o Mar Vermelho, o que expôs as embarcações a condições climáticas e marítimas mais adversas.

As novas obrigações de comunicação foram estabelecidas pela Resolução MSC.550(108) e aplicam-se a todas as embarcações que transportam um ou mais contentores, bem como àquelas que avistam contentores à deriva. Os comandantes devem comunicar imediatamente tanto a perda como o avistamento de contentores, a fim de alertar outras embarcações, as autoridades costeiras competentes e o Estado de bandeira.

As informações necessárias incluem a identificação da embarcação, a posição do incidente ou avistamento, a data e a hora, o número de contêineres envolvidos (na medida do possível), sua descrição (incluindo tamanho e tipo) e se transportam mercadorias perigosas, com os respectivos números da ONU. A Circular CCC.1/Circ.7 da IMO inclui um formato de notificação e links para formulários provisórios para os Estados-Membros utilizarem em seus relatórios à organização internacional.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/12/2025

PELA SEGUNDA VEZ, ANTAQ RECEBE OURO POR BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

Da Redação Portos e logística 27/12/2025 - 17:18



Agência obteve bons resultados em avaliação do MDIC. Dois selos prata também foram ofertados

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o Selo Ouro de Boas Práticas Regulatórias. A fim de alcançar esse reconhecimento, foram analisados 13 requisitos propostos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com resultados positivos para a Agência no somatório da análise.

Para o selo ouro, o critério avaliado foi a obrigatoriedade exigida pela Agência de prestação de informações para alimentação do Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP). Além desse maior prêmio, a Agência também foi agraciada com dois selos prata. Nesse critério, foi considerado o modo de identificação do agente responsável pela armazenagem adicional de carga nas instalações portuárias e, também, os procedimentos para celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Antaq.

O Superintendente de Regulação, José Renato Fialho, ressaltou a relevância desse reconhecimento para a ANTAQ: “A iniciativa, de modo geral, é de extrema importância porque expõe quais boas práticas regulatórias estão sendo aplicadas nas várias Agências existentes. Estamos sempre nos atualizando, a Agência nunca se acomoda e procura sempre melhorar”. E completa: “A ANTAQ garantiu requisitos de excelência, e esse resultado só confirma que estamos no caminho certo”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/12/2025

FUNDO DA MARINHA MERCANTE DESTINA R\$ 7,1 BILHÕES A PROJETOS NO NORDESTE EM 2025

Da Redação Indústria naval 27/12/2025 - 17:15



Iniciativas aprovadas devem gerar mais de 10,2 mil empregos diretos para a região

Os projetos da Marinha Mercante priorizados para a Região Nordeste em 2025 somaram R\$ 7,1 bilhões em recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), com 21 obras aprovadas e potencial de geração de mais de 10,2 mil empregos diretos. Os investimentos contemplaram iniciativas de construção naval, modernização de estaleiros, docagem e reparo de embarcações.

O Fundo é um dos principais instrumentos de financiamento da política pública para o setor aquaviário e tem como objetivo priorizar o desenvolvimento regional e a sustentabilidade da indústria naval em todo o país.

A Bahia é o estado que lidera em volume de recursos e número de iniciativas, com 20 projetos aprovados e previsão de criação de 10.189 empregos. Entre as empresas beneficiadas estão a DOF Subsea Brasil Serviços LTDA e a CMM Offshore Brasil LTDA, com projetos voltados à construção de embarcações de apoio marítimo que são essenciais para operações offshore.

Também se destacam a Belov Engenharia S.A. e a Belov Offshore Industrial LTDA, com iniciativas de construção de embarcações de apoio portuário e modernização de estaleiro, além da LHG

Logística LTDA, voltada à navegação interior, e da Wilson Sons Serviços Marítimos LTDA, com projetos de docagem e reparo.

Já em Pernambuco, a Empresa de Navegação Elcano S.A. será contemplada com recursos para manutenção de frota da navegação de cabotagem, com um projeto de docagem e reparo aprovado. A expectativa é de 26 empregos diretos.

A Região Nordeste tem recebido aportes importantes do Ministério de Portos e Aeroportos, especialmente por meio do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e de ações de modernização portuária. Em 2024, o setor naval nacional registrou um volume autorizado de mais de R\$ 30,8 bilhões em projetos, incluindo construção de embarcações, reparos, docagens e expansão de estaleiros investimentos que também tiveram impactos em empresas e cadeias produtivas no Nordeste, como parte de uma política mais ampla de fortalecimento da indústria naval em todo o país.

Na última reunião do Conselho Diretor do FMM (CDFMM), o Ministério de Portos e Aeroportos aprovou 25 novos projetos, totalizando R\$ 3,8 bilhões, além de reapresentar outros nove projetos no valor de R\$ 1,2 bilhão. No acumulado de 2025, os projetos aprovados já somam R\$ 32,1 bilhões, um recorde histórico desde a criação do Fundo, em 1958, com potencial de geração de 9.662 empregos diretos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/12/2025

PDVSA ARMAZENA ÓLEO EM PETROLEIROS EM CONSEQUÊNCIA DO BLOQUEIO DOS EUA

Da Redação Economia 25/12/2025 - 19:14



A estatal petrolífera venezuelana PDVSA começou a estocar navios-tanque com petróleo bruto e óleo combustível, em meio ao aumento dos volumes represados diante das medidas dos EUA para apreender embarcações ligadas à Venezuela.

A Guarda Costeira dos EUA interceptou este mês os navios-tanque "Skipper" e "Centuries" no Mar do Caribe, ambos carregados com petróleo bruto venezuelano. As ações contra embarcações entendidas como paralelas, de navios que transportam petróleo sujeito a sanções, juntamente com

o bloqueio anunciado pelo presidente Donald Trump a todas as embarcações sujeitas a sanções dos EUA, afastaram muitos armadores e deixaram mais de uma dúzia de cargas presas em águas venezuelanas aguardando para partir.

O acúmulo de pedidos, visto que a PDVSA produz cerca de 1,1 milhão de barris de petróleo bruto por dia, está rapidamente enchendo os tanques terrestres da empresa, especialmente no terminal de Jose, que recebe petróleo extrapesado da principal região produtora do país, a Faixa do Orinoco.

A PDVSA começou a transferir parte desses estoques para navios-tanque no último fim de semana, conforme mostraram dados da empresa e do setor de transporte marítimo, uma estratégia que já utilizou em anos anteriores para evitar cortes na produção de petróleo.

Como a Chevron, principal parceira da PDVSA em sua joint venture, não suspendeu as exportações dos tipos de petróleo bruto que produzem em conjunto, a maioria dos estoques na região oeste da Venezuela, onde a capacidade de armazenamento é muito limitada, está próxima dos níveis normais.

A Chevron, no entanto, é responsável por apenas cerca de um quarto dos tipos de petróleo bruto produzidos nas estações de mistura e refinarias da Faixa do Orinoco, cerca de 130.000 barris por

dia. A PDVSA normalmente exporta os outros três quartos para a China, que tem sido o destino de cerca de 80% das exportações de petróleo bruto da Venezuela este ano.

O presidente venezuelano, Nicolás Maduro, afirmou na noite de segunda-feira que as entregas de cargas de petróleo para exportação da Chevron continuarão, mesmo em meio à disputa com Washington, que está aumentando a pressão para que ele deixe o poder.

A Chevron afirmou repetidamente que suas operações na Venezuela “continuam sem interrupções e em total conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis aos seus negócios”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/12/2025

O PORTO DE PARANAGUÁ ATINGIU 80% DE CONCLUSÃO NAS OBRAS DO PROJETO FERROVIÁRIO DE MOEGÃO

Da Redação Portos e logística 25/12/2025 - 19:05



O projeto ferroviário-portuário de Moegão, no Porto de Paranaguá, atingiu 80,29% de conclusão, segundo medições técnicas realizadas na primeira quinzena de dezembro. A infraestrutura, desenvolvida pela Portos do Paraná, centralizará a recepção de trens carregados com produtos agrícolas a granel e os distribuirá para 11 terminais interligados em portos de todo o estado do Paraná. De acordo com o cronograma oficial, a conclusão do projeto está prevista para o início de fevereiro de 2026.

Até o momento, 87% das obras civis, 85,24% dos sistemas mecânicos e 57,81% da instalação elétrica foram concluídos. Simultaneamente, as equipes avançam com a instalação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio, bem como do sistema de proteção contra descargas atmosféricas. As próximas etapas incluem a automatização do complexo, a realização de testes de segurança e a construção de uma subestação elétrica dedicada a Moegão.

Segundo a Portos do Paraná, quando estiver em operação, o terminal de Moegão terá capacidade para receber até 24 milhões de toneladas de grãos e subprodutos anualmente, atendendo aos terminais do Corredor Exportador Leste (Corex). Atualmente, são descarregados diariamente cerca de 550 vagões ferroviários nos terminais exportadores, número que aumentará para 900 vagões por dia com a implementação do novo sistema, que estará concentrado em um único ponto de descarga.

A carga será transportada por esteiras rolantes até os 11 terminais integrados e, em seguida, carregada nos navios. De acordo com os gestores do projeto, o complexo terá capacidade para movimentar até 68.000 toneladas por dia. O projeto está sendo executado por quatro empresas de engenharia: Tucumann, TMSA, Zortea e Engelluz.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

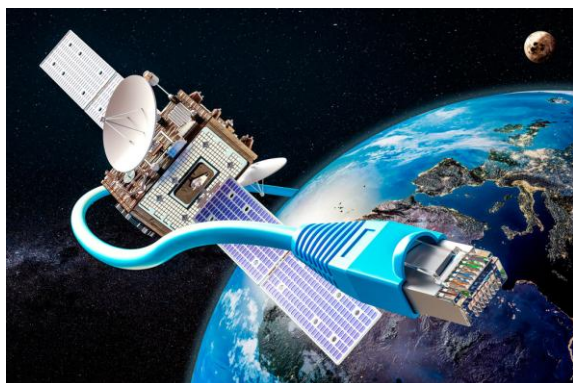
Data: 25/12/2025

CHINA MULTA NAVIO POR USO DO STARLINK EM SUAS ÁGUAS TERRITORIAIS

Da Redação Navegação 25/12/2025 - 19:02

A China multou uma embarcação de bandeira estrangeira depois que as autoridades constataram que ela estava usando ilegalmente a internet via satélite Starlink enquanto navegava em águas territoriais chinesas.

A infração foi detectada durante uma inspeção de rotina realizada por agentes da lei marítima no porto de Ningbo, na província de Zhejiang.



Durante a inspeção, as autoridades notaram uma pequena antena retangular instalada no convés superior do navio, que parecia visivelmente diferente dos equipamentos padrão de comunicação de segurança marítima.

Segundo a Administração de Segurança Marítima de Ningbo, verificações posteriores confirmaram que o equipamento era um dispositivo de comunicação via satélite LEO.

O terminal foi identificado como um dispositivo Starlink.

Os investigadores descobriram que a embarcação continuou a transmitir dados depois de entrar em águas territoriais chinesas, o que é uma violação dos regulamentos de telecomunicações e gestão de rádio da China, que controlam rigorosamente a utilização de sistemas de comunicação por satélite no país.

O Starlink, operado pela SpaceX, é proibido na China e não possui licença para operar. As autoridades chinesas consideram o serviço uma ameaça à segurança nacional, pois transmite dados diretamente para gateways no exterior, em vez de rotear as comunicações por meio de infraestrutura nacional aprovada.

Segundo a legislação chinesa, todas as comunicações via satélite dentro do país devem passar por gateways domésticos, e qualquer equipamento de rádio ou frequência utilizada na China requer aprovação oficial prévia. Os terminais Starlink, que funcionam como transceptores de rádio, não receberam tal autorização.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/12/2025

UE TOMA MEDIDAS PARA REFORMAR OS PADRÕES DE RECICLAGEM DE NAVIOS

Da Redação Indústria naval 25/12/2025 - 18:48



A Comissão Europeia iniciou uma consulta crucial sobre a 15ª atualização da Lista Europeia de instalações de reciclagem de navios. A ONG Shipbreaking Platform defende a remoção das instalações turcas que utilizam o controverso método de desmantelamento por aterragem e pede a exclusão dos estaleiros indianos que praticam o "encalhamento". A ONG também enfatiza a necessidade de desenvolvimento de capacidades alinhado com os objetivos da economia circular e da descarbonização.

Uma inspeção da Comissão Europeia revelou que nas instalações do estaleiro de reciclagem de navios Dörtel, em Aliaga, na Turquia, eram desmontados navios ainda parcialmente submersos, se recursos de segurança essenciais, como piso impermeável e coletor de escória. Essas deficiências representavam um sério risco de contaminação da água do mar, tornando imperativa a remoção dessa instalação da lista.

Por outro lado, diversos estaleiros indianos que utilizam o método de encalhe — cortando navios em planícies de maré desprotegidas — solicitaram inclusão na lista europeia. Apesar de terem passado por auditorias da Comissão Europeia, nenhum foi incluído. O método de encalhe não só é proibido na UE, como também foi identificado pelo governo indiano como uma prática que precisa ser gradualmente eliminada em favor de métodos mais sustentáveis até 2030.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 201/2025
Página 74 de 74
Data: 29/12/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Com o setor de transporte marítimo sob crescente escrutínio, a UE está sob pressão. Pede-se a aplicação da legislação aos verdadeiros proprietários dos navios e o encerramento de lacunas legais que permitem a evasão de responsabilidade com base na bandeira ou localização do navio. Os Estados-Membros da UE enfrentam agora uma decisão crucial: ceder à pressão dos armadores que procuram evitar a responsabilização ou apoiar o desenvolvimento de empregos verdes e centros de reciclagem sustentáveis.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/12/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 29/12/2025